

REVISTA

N.º 18

DA

ACADEMIA SERGIPANA DE LÊTRAS

Diretor: João E. Cajuelro



1957

ARACAJU — SERGIPE — BRASIL

DISCURSO DE SAUDAÇÃO

Des. Hunald Cardoso

Exmo. Sr. Governador do Estado

Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça

Exmo. Sr. Presidente da Academia Sergipana de Letras

Ilustres confrades

Prezado recipiendário poeta Clodoaldo de Alencar

Se o homem tem os defeitos de suas qualidades e é filho de suas obras, conforme assevera CERVANTES, através de uma de suas célebres personagens, no *D. Quixote*, e chega ao túmulo, como adverte BOSSUET, arrastando, depois de si, a longa cadeia de suas esperanças enganadas, o grato momento que estais a assinalar agora, na ampulheta do tempo, ao ocupardes a 34ª Cadeira, nesta *Academia Sergipana de Letras*, vaga com o infausto e sentido desaparecimento do mavioso poeta e laureado beletrista OLEGÁRIO ANANIAS DA COSTA E SILVA, e cujo patrono é o CONSELHEIRO MANOEL LADISLAU ARANHA DANTAS, há de figurar, prezado e fulgurante recipiendário, no acervo de vossos dias, como o que consubstancia uma das mais altas recompensas públicas, por vós, merecidamente, conquistadas e inscrever-se-á, como indelével marco, entre a florescência e a frutificação dos vossos intensos e incessantes esforços, na árdua luta pela vida.

A vossa admissão, em a nossa ilustre companhia, cujo salário é, em verdade, inestimável, conquanto não tenha valor monetário, não constituiu ato gracioso de favor pessoal e não pode ser tida, por conseguinte, como uma resultante de hábeis imposições de uma *entourage* que tivesse pejo de manifestar-se à luz do dia.

Se houve, em favor dela, algum trabalho de arregimentação e de inculca, como acontece em tôdas as eleições, para que não haja dispersão de votos, todo êle foi feito às claras e de modo espontâneo.

Não se lhe poderá, destarte, recusar a significação de um ato de justiça do tribunal das letras, em nossa terra, uma espécie,

assim, de prêmio ao inconcusso valor do exímio poeta neo-parnasiano, adepto, por temperamento, da *Escola Simbolista*, sem os percalços das nebulosidades ou dos nefelibatismos, e cuja promissora estréia, no campo da publicidade, data de 1933, com o livro de versos — *Archotes*. Com êle, em vez de esperar o insucesso ou aguardar, como CASTRO ALVES, da incompreensão, a recompensa de “um ramo de ciprestes”, quando pôs em circulação *ESPUMAS FLUTUANTES*, iluminastes a estrada ascensional que tinheis a percorrer e vos reservastes um lugar, entre os que praticam a literatura, na sua forma mais trabalhosa e difícil, a poesia.

Saudando-o, contam-se, entre os autorizados críticos que vos aplaudiram, entusiásticamente, naquele momento, vultos de grande prestígio literário, como JOÃO RIBEIRO e CARLOS CHIACCHIO, o que, efetivamente, era muito expressivo.

Têm sido os vossos poemas, esparsa e freqüentemente, divulgados em inúmeros jornais e revistas, tanto desta região, como do sul do país, sinal evidente do quanto são apreciados e compreendidos, dentro das linhas mestras em que esplendem — amar e crer.

Ainda recentemente, sob o sugestivo título — *UM GRANDE NOME DA VERDADEIRA POESIA*, o prestigioso mensário *Restauração*, que se edita em Salvador, no vizinho Estado da Bahia, sob a direção de FRANCISCO DE MATTOS, um dos mais festejados trovadores do Brasil, tão fecundo e gracioso como ADELMAR TAVARES, no gênero, e ELIHU RUBENS DE CASTRO, vos dedicava, em seu número de novembro próximo passado, duas páginas integrais, ilustrando-as com a reprodução de cinco sonetos vossos: *A Canção do Cristianismo*, *O Chôro de Deus*, *A Pérola*, *A Canção Tardia* e *O Rio*, apresentando-os aos leitores, com a seguinte nota redacional:—“CLODOALDO DE ALENCAR nasceu na cidade de Quixadá, Estado do Ceará, em 2 de agosto de 1905. Reside, há longos anos, em Sergipe, onde constituiu prole numerosa e exerce a advocacia. Estreou, como poeta, com o livro intitulado *ARCHOTES*, cuja segunda edição entrará brevemente para o prelo, aumentada e contendo os trabalhos da crítica nacional a propósito daquela estréia. Jornalista, que também o é, recentemente foi eleito Assistente Jurídico da *Associação Sergipana de Imprensa*. Tem exercido, em Sergipe, vários cargos públicos, inclusive o de Promotor Público e Tabelião. Foi Oficial de Gabinete e, eventualmente, Secretário particular do Interventor Federal no Estado o eminente sergipano Desembargador Hunald Cardoso, (deixem passar o eminente, em meus próprios lábios, a fim de não alterar a nota a que me reporto) no período político-administrativo surgido em 24 de outubro de 1945. É da Academia Sergipana de Letras e nome de invulgar valor da poesia brasileira, pertencente às escolas lírica e parnasiana, pois

ninguém poderá dizer, ao certo, em que mais avulta o seu talento poético, se no verso lírico, ou se no verso parnasiano.”

É o novel acadêmico, a quem estamos a receber, neste momento, com a máxima satisfação, nesta festiva sessão deste sodalício, filho do jornalista piauiense CLAUDIO GOMES DA SILVA e da Sra. MARIA GOMES DE ALENCAR. Desde cedo, dedicou-se às belas letras e, especialmente, à poesia, o mais alto nível da literatura, na autorizada opinião de CHATEAUBRIAND.

Pelo lado materno, descende da tradicional FAMÍLIA ALENCAR, da legendária terra da luz e dos verdes mares bravios, e cujos máximos representantes, nas letras e na história, são JOSÉ DE ALENCAR e a heroína BÁRBARA DE ALENCAR.

Além de uma segunda edição de ARCHOTES, promete-nos, também para 1957, um romance em prosa — *A Comarca*.

Veio dar em Sergipe — e tenho grande contentamento em acentuar e destacar êsse pormenor — adolescente, sob os auspícios de um autêntico animador da juventude, aquêle que em vida se chamou MAURÍCIO GRACCHO CARDOSO e sempre se cercou de moços, aos quais procurava auxiliar e encaminhar, como lhe era possível, fazendo-lhes as vêas de pai espiritual, do modo mais nobre e generoso.

Não só com os seus próprios irmãos e parentes assim procedia, como a quantos, lhe sendo estranhos, dêle se acercassem e fôssem beber o leite da bondade humana, em que lhe era pródigo o coração.

Ao vir, pois, empossar-se, no alto cargo de presidente do Estado, no quadriênio 1922-1926, trazia MAURÍCIO GRACCHO CARDOSO um cearense, quase imberbe ainda, filho de um compadre e amigo, sem dúvida alguma, com o íntimo propósito de retribuir ao Ceará a generosa acolhida que lhe dispensara, chegando ali sozinho, simples aluno da Escola Militar em Fortaleza, para a qual fôra transferido, a seu pedido, por determinação de FLORIANO PEIXOTO, deixando a da *Praia Vermelha*, no Rio, sem conhecer a ninguém e sem um cartão de apresentação, para quem quer que fôsse, “apenas circundado do halo da pobreza imaculada de seus pais e da sua própria laboriosidade infatigável”, e tendo no bolso, ao desembarcar do navio que o transportara, a importância de 2\$000, o que não o impediu de fazer-se, por si mesmo, e tornar-se influente político, advogado, professor de direito e de humanidades, jornalista, vindo a ocupar, posteriormente, além do magistério secundário e superior, importantes cargos administrativos e de representação, quer na órbita estadual, quer na federal.

Para que bem se possa avaliar qual deveria ser, na memória fidelíssima do seu coração, o intenso grau de reconhecimento que o vinculava ao Ceará e o impelia a trazer para Sergipe um cearense que, como êle, então, precisava desbravar e arrotear o futuro,

seja-me permitido tomar, de empréstimo, ao Dr. GOMES DE MATTOS, ilustre advogado, grande jornalista e renomado professor de direito, os dados que inseriu, a seu respeito, no artigo publicado, no *Correio do Ceará*, de Fortaleza, em 4 de junho de 1953, sob o título — *Palácio Tiradentes, Casa dos Ladrões do Brasil* e no qual, refletindo o pensamento dos seus coestaduanos, em geral, sôbre a marcante individualidade do adolescente e emigrante que o seu Estado acolhera e se convertera, depois, em um grande homem público e, exalçando-lhe o valor, fixou à posteridade, em elogio póstumo, êste imparcial e expressivo julgamento:

“Em 1950, faleceu, dentro de suas paredes, quase repentinamente, o DR. MAURÍCIO GRACCHO CARDOSO, conhecidíssimo da nossa sociedade, pois aqui consorciou-se com moça cearense, aqui foi aluno da antiga Escola Militar, redator chefe da *A República*, o mais bem elaborado jornal que já se publicou entre nós, professor do Liceu e da Faculdade de Direito, Secretário da Fazenda, Vice-Presidente do Estado, advogado, deputado estadual e federal, no tempo em que o COMENDADOR ACCIOLY, com o dedo, apontava melhores representantes nossos que as convenções dos partidos de hoje, com acôrdos indecorosos, exigindo dinheiro do candidato para figurar na chapa.

Era GRACCHO CARDOSO de brilhante inteligência, regular cultura geral e cavalheiro a tôda prova, educado nos bons costumes da escola antiga, em que os cidadãos de certa responsabilidade trajavam decentemente, não botavam os pés em cima da cadeira, nem compareciam à missa vestidos de *slack*.

Derrotado em 1912, com a queda da OLIGARQUIA ACCIOLY, levantou-se de novo, após ter sido, com o DR. JOSÉ ACCIOLY, co-proprietário de uma pensão familiar modesta, de segunda classe, no *LARGO DO MACHADO*, no Rio de Janeiro, dirigida por êles próprios, com o auxílio das espôsas, a fim de resolverem o problema da alimentação.

Isso significa que àquela época, de saudosa proibidade, os timoneiros da nau do Estado não metiam no bolso os dinheiros públicos. Destituídos de recursos financeiros, os homens que governavam, deixavam os altos postos com as mãos abanando, se é que antes de exercê-los não possuíam suas economias, adquiridas, de qualquer forma, pelo trabalho, herança, casamento ou loteria.

Após anos de hoteleiro, GRACCHO CARDOSO foi eleito governador de Sergipe, sua terra natal, sendo deposto em 1925, por uma quartelada do Batalhão do Exército sediado em Aracaju, fato ocorrido na presidência BERNARDES, “o homem que ninguém viu”, concorrendo para tanto a jornada da COLUNA PRESTES, que tinha a finalidade de levantar o ânimo amortecido dos nossos jecas-tatus, os quais permanecem ainda de cócoras, bebendo cachaça, fumando cachimbo e pensando em vender o voto.

O cadáver de GRACCHO CARDOSO teve como câmara ardente a própria Câmara Federal, da qual era vice-presidente e dignificara em três legislaturas, por força de méritos intelectuais e morais que lhe emolduraram a personalidade.

Honra excepcional foi rendida dêste modo à sua memória de político que prestou reais serviços à Nação. GILBERTO FREIRE, delegado da cultura de Pernambuco, indicado por seus pares, tecu-lhe sentido necrológio, ali mesmo perante o morto, no momento do entêrro, comovedora solenidade.

Foi uma sessão tocante, nos anais do parlamento, com assistência extraordinária, assim uma homenagem do coração dos colegas e amigos, rendida "ao velho Graccho", como o tratou várias vêzes na sua opulenta oração o erudito GILBERTO.

Descreveu-lhe, em discurso lido, a longa trajetória da existência de labor profícuo, de lealdade empolgante, de luta incessante, até ser colhido pela morte, aos 75 anos de idade, ainda em atividade plena para com o suor do rosto, ganhar o pão nosso de cada dia.

Salientou o tribuno fúnebre, fugindo à banalidade dos elogios baratos, que GRACCHO CARDOSO, tendo ocupado os mais importantes postos da administração pública e da política, se finara pobre, paupérrimo; não deixando depósito em banco, nem imóvel algum para o conforto da família.

Aos herdeiros legou somente a biblioteca em que aprimorara o espírito. Antes de congressista, pela última vez, era sustentado pelos vencimentos de catedrático da Faculdade de Filosofia.

GRACCHO CARDOSO, dessa forma, destacou o erudito pa-negirista, constituiu belo exemplo de rara honestidade ao sistema antigo. Incapaz de fazer câmbio negro com a moeda do caráter, jamais furtara, jamais prejudicara a quem quer que fôsse, onde quer que estivesse domiciliado, Ceará, Sergipe ou Rio, jamais se vendera, por preço algum, nem fôra negociista com o mandato, não obstante usufruir invulgar prestígio junto aos Ministérios.

Entretanto, afirmou GILBERTO, que, no momento em que GRACCHO era assaltado pelo mal súbito que o vitimou, entrava êle no *Palácio Tiradentes*, testemunhando esta cena inesquecível que o cobriu de funda tristeza: estudantes, num grupo numeroso, passavam pela calçada daquele edifício e um dêles disse para os companheiros: "Eis aqui a *Casa dos Ladrões*, e todos repetiram em côro com voz enérgica: — "*Palácio Tiradentes, Casa dos Ladrões do Brasil.*"

Sociólogo, que tem o dever de penetrar o âmago dos fenômenos sociais, GILBERTO FREIRE não ocultou a dura verdade que lhe doía no íntimo da alma, antes publicou-a da maneira exposta, em sessão tão solene, tão grave, tão respeitável."

Vindo para Sergipe, sob o escudo afetivo de GRACCHO CARDOSO, em breve o jovem cearense que é hoje o nosso vitorioso recipiendário provisionava-se advogado, para poder ter ingresso no Ministério Público, indo exercer uma das promotorias do interior, e dela passava para outros cargos, na administração da Justiça, como zeloso e inteligente auxiliar.

A 24 de janeiro de 1931, consorciava-se, na cidade de Estância, com a senhorita EURYDICE FONTES DE ALENCAR, filha do acatado clínico DR. JESSÉ DE ANDRADE FONTES e da SRA. BENIGNA DE ANDRADE FONTES.

Dêsse enlace, houve seis filhos, quase todos com acentuada vocação para a advocacia, já sendo o primogênito, o DR. JESSÉ CLAUDIO FONTES DE ALENCAR, advogado militante, na Capital da República, onde é procurador do SESI. Recentemente, foi contemplado o DR. JESSÉ CLAUDIO com uma bolsa de estudos, nos Estados Unidos da América do Norte, e obteve grau de distinção, no Curso de Cultura Social, do Ministério do Trabalho, tendo sido, também, aprovado em concurso para o cargo de Oficial Legislativo, na Câmara dos Deputados Federais.

Na qualidade de advogado provisionado, é o nosso ilustre recipiendário Assistente Jurídico da *Associação Sergipana de Imprensa*, a que vem prestando os melhores serviços, reconhecidos pela classe, no âmbito nacional.

Causas complexas e intrincadas, por êle patrocinadas na jurisdição sergipana, têm logrado êxito, como perante o Supremo Tribunal Federal.

Invocando, nesta solenidade, a inesquecível e cultuada memória de GRACCHO CARDOSO, com o duplo e deliberativo propósito de focalizar o desvanecedor conceito em que o têm os cearenses, expresso na apreciação altamente honrosa que de sua personalidade fêz o DR. GOMES DE MATTOS, no hino que lhe teceu, e bem assim o de associá-la, por intermédio dessa comovedora recordação, ao júbilo dos amigos e companheiros do recipiendário, pela sua posse, hoje, nesta *Academia de Letras*, pois, se vivo fôra, estaria também a bater vibrantes palmas, pela sua consumação, foi, no entanto, meu intuito precípua tornar evidente que, atraindo-o a Sergipe, através do poderoso ímã da sua dulcíssima amizade, queria testemunhar ao Ceará a sua inarcessível e imorredoura gratidão, pelo que conseguira ser, através do seu povo e dos seus pró-homens, entre os quais destaco a patriarcal e veneranda figura do DR. ANTÔNIO PINTO NOGUEIRA ACCIOLY, seu dileto chefe e seu grande amigo e a quem jamais faltou, até cerrarem-se-lhe os olhos, de uma vez para sempre.

Não foi, porém, ao hábil advogado, autodidata, ao jornalista esclarecido, ao admirável *causeur* que encanta, com as suas sutilezas de conversação, que o nosso sodalício quis distinguir, incor-

porando-o ao seu quadro social permanente, com os sufrágios que lhe deu.

Foi, se não estou enganado, preferentemente, ao poeta, ao ar-tífice de jóias, no mundo celestial da fantasia, cujas lindes a ins-piração alarga ou estreita, nos seus devaneios, isto é, no seu cor-fazem triunfar.

Foi ao bardo, assíduo freqüentador da fonte *Castália*, no *Pur-naso*, com o seu profundo sentimento do inexprimível e do infi-nito e que está sempre a desmentir, com as ressonâncias do seu alaúde, segundo a observação de CAMILO CASTELO BRANCO, as leis anatômicas e fisiológicas, vivendo do princípio vital de uma única entranha, o coração.

Objetivou, destarte, a *Academia Sergipana de Letras*, dar a OLEGÁRIO ANANIAS DA COSTA E SILVA, como sucessor na sua 34ª Cadeira, uma alma gêmea da sua, — *árcades ambos*, um verdadeiro produtor de quimeras, nos seus sonhos de beleza e de amor, um desbravador do mundo ignoto das maravilhas, para transformá-las, através do seu privilegiado estro, em mansões de perenes delícias, realizando aquilo que, tão proficientemente e à justa, dizia PLUTARCO: “a pintura deve ser uma poesia si-lenciosa e a poesia uma pintura que fala.”

Como não há regra sem exceção, embora sabendo que não sou poeta, não ponho, entretanto, à cabeça a carapuça tão hàbil-mente traçada pelo divino CAMÕES, ao desferir, de sua lira, no *Canto V*, dos *LUSÍADAS*, referindo-se ao desdém que se possa ter ao verso e à rima, contida na magistral e expressiva estrofe — “Porque quem não sabe a arte não a estima.”

Se não vivo engolfado, como acontece convosco, prezado recipiendário, num arrebol de sonhos, em que as irisações não são ouropéis, mas siderações do precioso metal do mais elevado qui-late, rendo, entretanto, o maior culto de admiração àqueles que têm o poder sobrenatural de revelar o belo e balsamizar as almas e do nada da sua fantasia, falando linguagem celestial, esculpem, como estetas, no verso, no mármore, no bronze ou na tela, para a Eternidade, obras primas do espírito humano.

Com a sua experiência de mais de meio século, no magisté-rio de humanidades, ensinou-me meu PAI, o PROFESSOR BRÍ-CIO CARDOSO, a quem conhecestes e de quem vos aproximas-tes, no seu *Tratado da Língua Vernácula*, que — “os salmos de DAVID, as lições de JOB, as lamentações de JEREMIAS, os ras-gos inimitáveis de ISAÍAS, nos persuadem que os ouvidos do ETERNO prezam as melodias. É o poeta inspirado, como o pro-feta ; a poesia, uma revelação da linguagem celícola.”

“O poeta”, ponderava êle, “escreve versos e o prosador fra-ses e períodos. Os versos são as cadências da glote do rouxinol

e do anjo; as frases e os períodos são os números da garganta do homem." E concluía o seu inelutável ditirambo :

"Há homens anjos e rouxinóis ; são os poetas."

Tinha razão, não se lhe poderá contestar.

Sois, portanto, dessa estirpe bem-aventurada, uma dessas individualidades preponderantes, no seu meio social, misto de anjo e de rouxinol, revelada nas manifestações da idealização, de rara beleza artística, a par da elevação moral.

Difícil, portanto, senão impossível, escolher no elenco de vossas criações artísticas, para dizer a que preferimos.

Mas, para que não faltem ao desataviado, desalinho e incolorido desta minha insulsa prosa recepcionária, em vosso louvor e em vossa honra, os primores e galas do vosso estro, haveis de permitir-me que, suprindo os meus graves senões e notórias deficiências, que sou o primeiro a lamentar, recite dois dos vossos magníficos poemas, como exuberantes provas do quanto valeis :

A CANÇÃO DO CRISTIANISMO

... E quando o Homem voltar das grandes lutas,
maldizendo os troféus de sangue humano ;
quando êle conhecer que as fôrças brutas
são, apenas, dos músculos do oceano ;

quando êle perceber que, nas disputas,
sòmente Deus é justo e soberano ;
que a salvação das almas impolutas
protesta contra tudo o que é profano :

— tôdas as mãos se apertarão, piedosas ;
tôdas as bôcas se unirão, gloriosas ;
tôdas as crenças morrerão por uma.

E o Homem verá, então, que o Bem não se ergue
no palácio dos nobres, ou no albergue,
sem fé, sem religião, sem Deus, em suma !

O CHORO DE DEUS

O sol, no ocaso, chora franjas de ouro ;
o céu, todos os meses, chora a lua ;
a terra tem, nas fontes, o seu choro ;
chora cascatas a êrma rocha nua ;

chora benditos grãos o milho louro ;
chora o Homem, chora o boi, chora a charrua ;
chora o zumbir das asas do besouro,
porque, em tudo o que existe, a Mágoa atua.

Há, no entretanto, um choro mais profundo,
mais lindo, mesmo, mais profícuo ao mundo ;
suas lágrimas — jóias — vinde vê-las ;

— Deus — o Infinito — em vão também soluça
e sôbre a Alma das Coisas se debruça
para chorar miríades de estrêlas...

Prezado e ilustre recipiendário :

Cumprido está, de modo singelo e afetoso, como me era, por muitos títulos, particularmente grato, o dever de que fui incumbido pela *Academia Sergipana de Lêtras*, de vos apresentar as suas saudações e os seus augúrios, segundo os estilos da Casa, no momento em que passais a ser um do nossos.

Sêde, portanto, bem-vindo ao nosso grêmio cujo seio, onde florescem tantos valores comprovados, a vossa inteligente e devotada colaboração terá freqüentes ensanchas de ser eficiente e proveitosa às tarefas que nos são específicas, no domínio das lêtras, para que Sergipe não deixe de participar dos impulsos da nacionalidade, em prol do seu desenvolvimento e aperfeiçoamento culturais.

Continuai a seguir, serena e impàvidamente, a áspera viagem da vida, indiferente ao ódio e à inveja, como vindes fazendo, e se os ventos e as marés não permitirem que ela se vos realize ao influxo da fortuna, não sossobrareis, entretanto, em qualquer circunstância, porque, acima de tudo, tendes fé.

EVANGELINO JOSÉ DE FARO

Luiz Pereira de Melo

A recordação da personalidade de Evangelino José de Faro, neste convívio de reminiscências e saudades, que expressa um preito de sincera homenagem e de dever à sua memória, propicia-nos a lembrança um acervo de etapas da existência do vulto que se evoca.

Educador, orador, promotor, juiz, desembargador e advogado, eis os traços mais assinaláveis da trajetória de sua vida.

A infância se nos afigura a "estação das crenças, dos temores e das superstições".

Como todo ser humano, Evangelino desde tenra idade que denotava uma vivacidade de inteligência bem singular.

Seus pais, Alexandre José de Faro e D. Josefa Isabel da Silveira Faro, algum tempo após o seu nascimento no Engenho São Félix, município de Laranjeiras, a 24 de junho de 1865, compreenderam o seu amor aos livros.

Estudioso e perseverante desde as primeiras etapas estudantis, contribuiu, para que muito cedo, em Aracaju, iniciasse e concluísse os seus estudos de humanidades.

VIDA ACADÊMICA NO RECIFE

Aos 18 anos de idade, em março de 1883, galgava o vestibular na tradicional Faculdade de Direito do Recife.

De referência ao período acadêmico, sabe-se que o mesmo fôra um prolongamento da dedicação aos estudos de preparatórios.

No Recife, realizou Evangelino José de Faro um expressivo círculo de relações. Grande foi na verdade sua convivência com Epiácio da Silva Pessoa, seu colega de Turma e companheiro de "República" na capital pernambucana.

Iniciou-se, então, uma estreita afinidade entre o grande paraibano, filho de Umbuzeiro, e o laranjeirense.

Desde os problemas jurídicos até os literários e filosóficos constituíam um ensejo perene para acimentar aquelas relações.

Foi nessa atmosfera de perseverante euforia que transcorreu o período de adolescência acadêmica de Evangelino José de Faro no Recife.

Estimulado pelos grandes mestres que orientavam os espíritos da mocidade de então, no estudo do Direito, sentiu o influxo dos sábios ensinamentos.

Muito embora compartilhasse do borborinho social existente no Recife, não foi, contudo, inclinado às lutas políticas de então na tradicional Faculdade.

Muito menos sentira as seduções dos embates da advocacia na fase acadêmica. Era um magistrado em formação.

Aos dezesseis dias do mês de novembro de 1889, recebia Evangelino José de Faro o título de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.



De sua mocidade, que é um — “recorte de alvorada, que passa célere e quase despressentida, como as tintas policrômicas do romper do dia”.

Irradiando uma simpatia contagiosa, mui raramente fôra vítima da melancolia — saudade que se ignora.

Retornando ao torrão natal, recebendo dos parentes, amigos e adunum decurso de treze meses e dias, até março de 1888, quando fôra no-

PROMOTOR PÚBLICO DA COMARCA DE ITABAIANA

Crete no fervor da realidade da Justiça, no acatamento à Lei e em suas virtudes cívicas, Evangelino iniciou sob os melhores auspícios, tão nobilitante encargo.

No desempenho do Ministério Público, naquela comarca sertaneja, ali permaneceu, exatamente até o mês de agosto do ano seguinte, pois logo obtivera remoção para Riachuelo e depois para Laranjeiras, em novembro de 1889, logo após o advento da Proclamação da República.

Não revelou os atributos de natural insegurança de alguns novatos no cargo de defensor da sociedade.

Cultor do direito, Evangelino patenteou naquele setor inicial da vida pública uma atuação serena, porém brilhante.

Trazia dos bancos acadêmicos os fulgores da eloquência da tribuna.

Dedicação ao trabalho, inteligência e relativa cultura — qualidades que possuía, na perfeita identificação do cargo, a par do espírito de combatividade.

Positivamente o heroísmo não existe unicamente nos campos de batalha, — “em que a vida se expõe nos choques das armas e na luta das forças brutas. Há heroísmo também no combater, naquelas condições, sem conforto e sem garantias, para implantar o império da Justiça e o poder da Lei entre os homens, como únicos meios possíveis de convivência social, da sobrevivência das liberdades e garantias individuais e do progresso e bem estar coletivo”.

Como fiscal da lei e seu fiel executor, Evangelino foi sempre um batalhador ardoroso, incansável e entusiasta no exato cumprimento do dever. Sua legítima vocação, porém, estava na magistratura, verdadeiro ideal de seu espírito.

Denotando entusiasmo cívico pela profissão que abraçara com devotamento, não tardou que a Junta Governativa Republicana o nomeasse Juiz Municipal do Termo Judiciário de Laranjeiras. Exerceu-o até maio de 1891, quando solicitou exoneração do referido cargo, por razões ignoradas.

Rumando para a Metrópole, ali exerceu o cargo de Fiscal do Governo Federal, anexo ao Banco Unitário.

Sua estada foi efêmera. Tanto assim que, retornando ao torrão natal em outubro de 1891, fôra nomeado, por Decreto de 10 de novembro do mesmo ano, Juiz de Direito de Itabaiana.

Empossara-se a 20 daquele mês. E oito dias após sua investidura, por Ato da Junta Revolucionária, que anulou os atos do Coronel Vicente Ribeiro (Primeiro Governador eleito em Sergipe), foi destituído do cargo de Juiz de Direito, recém-empossado.

Volvia, assim, Evangelino àquela cidade serrana, como seu primeiro titular, onde anteriormente ali servira, num decurso de três anos e oito meses como Promotor Público da Comarca.

DEPUTADO A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Eleito deputado à Assembléia Legislativa de Sergipe, no biênio de 1894 a 1895, o ex-magistrado, ingressando numa nova seara profissional, emprestou àquela Poder sua fecunda e honesta colaboração.

Atestam os Anais daquela casa legislativa o vigor da inteligência e capacidade de trabalho do novel representante do povo sergipano, na Assembléa Legislativa do Estado.

Percebia, porém, o desencanto pela política e o entusiasmo sempre crescente pela magistratura.

DIRETOR DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO ESTADO

Distinguido pelo Ato de 22 de junho de 1897, Evangelino assumiu imediatamente o lugar, em comissão, de Diretor da Instrução Pública de Sergipe, numa fase de intensa renovação de costumes públicos.

Integrado com os postulados da República, pertinentes ao complexo assunto da educação, elaborava Evangelino José de Faro uma Reforma do Ensino para Sergipe, quando em data de 15 de fevereiro de 1898 deixava aquêle cargo.

JUIZADO DE DIREITO DA COMARCA DE MARUIM

Por Decreto nº 259, de 15 de fevereiro de 1898, foi Evangelino nomeado Juiz de Direito da Comarca de Maruim.

Entrou em exercício no dia 5 de março do referido ano.

Revelando sempre e sempre seu ardente desejo em ser Juiz em sua terra natal, permutou de comarca com o Dr. Homero de Oliveira, então Juiz de Direito da Comarca de Laranjeiras.

Ali esteve na judicatura até 31 de julho de 1900, quando fôra removido para a Comarca de Vila Nova.

Não revelando satisfação pela margem franciscana, tão inóspita naquela época, saturada pelo terrível impaludismo que assolava a região do Rio São Francisco, não assumiu Evangelino, no prazo legal sua nova investidura judicante.

Tanto assim que o Decreto de 5 de novembro de 1900 o considerou como juiz avulso.

ENTUSIASTA DA AGRICULTURA NACIONAL

Deixando transitòriamente os misteres da magistratura, retornou Evangelino José de Faro para os labôres da agricultura.

Acompanhava o crescente panorama tanto da agricultura como da pecuária. Jamais perdera aquêle seu acendrado entusiasmo.

Asseverava através de argumentos convincentes quão concludentes, como já era bem sensível o início da decadência de nossa organização rural.

Lembrava como consequência o sentido da infra-estrutura agrária, oriunda de um latifundismo bem expressivo.

Realmente dêle — “se originam todos os fatores pelo atraso e pobreza, formando uma estrutura de produção que se manifesta pela escassez de capital”.

Patente é o império de modificação do ambiente rural de escravidão que ainda perdura no panorama da agricultura nacional. Só com o advento de uma reforma agrária, com bases jurídicas sólidas em consonância com as características econômicas, sociais e técnicas, poderá o Brasil possuir, enfim, uma verdadeira agricultura em seus diversos setores. No decurso dos anos que passou na agricultura, muito trabalhou e muito observou.

Disse-me certa vez, quando aposentado no Tribunal de Justiça, como Desembargador, que a debacle do algodão, com o preço baixo (na época) propiciaria ao Brasil buscar outras culturas, equilibrando melhor nossa depauperada economia agrária. Não era adepto do extermínio da cultura do algodão, apesar de Sergipe ter perdido o grande mercado de que sempre fôra detentor.

A policultura — “é uma arma de suma importância para o bem estar econômico de uma região”.

Pregava o aumento do cultivo da mamona, em face do consumo estupendo no mercado mundial do óleo de mamona.

Sergipe ofereceu em certa época boas perspectivas para esta cultura. O aproveitamento de áreas disponíveis, cobrindo-as com a mamona hoje tão industrial. Seria, sem dúvida, um fator de melhor situação de estabilidade econômica e agrária do nosso pequenino Sergipe, tão depauperado. Não devemos viver somente do coqueiro e mui especialmente do anão, cultura generalizada no nordeste.

Revelava Evangelino, em palestras consecutivas aos amigos e pávacionista em nosso país. Fundada na capacidade de uso do solo de cada de seu desenvolvimento.

Lembrava, igualmente, o serviço de irrigação do café em nosso Estado, realizável em nossos pequenos cafezais, propiciando maior capacidade produtora. Realmente os efeitos da irrigação no crescimento das plantas é bem assinalável pelos técnicos no assunto.

Dizia, com aquêle seu entusiasmo tão característico em prol da agricultura, que — “o ambiente do solo tende a se transformar”.

Não ocultava, por exemplo, o grande alcance do fomento da ovinocultura e caprinocultura, como verberava o descaso pelo plantio de leguminosas em grande escala. Acompanhava com invulgar ardor o desenvolvimento do cafeeiro em Minas e São Paulo, pelo que vira não sacrificados por geadas ou por cortes criminosos, senão pelo fracasso de nossa política agrícola. Discutia os efeitos da seca, tão comuns no Brasil, evidenciando o milagre da irrigação artificial. Explicava como os ilustres agrônomos já agiam de acôrdo com os pontos regionais e jamais com os princípios gerais da ciência. Adepto sincero dos antuários de folhagem, como plantas bem ricas em ornamentações, acentuava Evangelino Faro que Sergipe nunca chegaria a um grande Estado produtor de algodão, em virtude da ausência de nosso progresso técnico de lavoura algodoeira. Daí, o sensível decréscimo da produção. Não se — “trata de fato ocasional, dizia, devido a condições climáticas, mas que resulta da ausência da técnica de produção”.

Até o desleixo na estabilização da cultura, sentimos nos quadrantes do nosso pequenino Sergipe, ausência, naturalmente de uma ampla política agrícola na vida econômica do Estado. E foi o que se viu com lágrimas nos olhos: a lavoura algodoeira desaparecer do ciclo do nosso desenvolvimento econômico, numa perda substancial. Perdemos uma situação de verdadeira primazia...

Não tivemos uma continuidade de medidas governamentais de auxílio e assistência permanente e necessária. Apenas oscilações de medidas que não impunham resultados satisfatórios. Foi o final da batalha cruciante da nossa agricultura, desamparada e vencida profundamente.

Um outro setor ainda do entusiasmo de Evangelino José de Faro foi o que tange ao serviço das arborizações urbanas. Tão animador, que chegava até ao ponto de ressaltar, não somente os seus tipos, assim como o sentido de dimensão na largura das ruas e praças.

Eram — “as virtudes exaltadas de sua observação, tão acuradas no relêvo de seus estudos num florescimento generalizado”.

Declarava até os encantos das árvores que não seriam monopólio de jardins e sim de ruas e praças, pelos visíveis efeitos que elas apresentavam.

Admirava sempre uma árvore copada e de ramos vigorosos e abundantes. Sua Oração no transcurso do Dia da Árvore, é assaz conhecida no nosso meio. Em certa fase de nossa existência, foi o Brasil cognominado um país “essencialmente agrícola”. É que o acervo de nossas matas era tão significativo, que mui dificilmente “o homem poderia libertar-se delas e enveredar suas atividades por outros caminhos, que não fôsse a

exploração desordenada da terra, num primitivismo desalentador, jungido ao extrativismo fácil e nômade, que faz do indivíduo um oscilante em meio à natureza dinâmica".

Preocupava-se continuamente o nosso homenageado com a recuperação das florestas, através do serviço de reposição.

Narrava-me sempre, nos vários encontros casuais no Parque Teófilo Dantas, que: — "enquanto as indústrias erguiam chaminés no nosso Estado, as árvores caíam sob o ímpeto perseverante do machado".

Percebia-se o vigor de sua preocupação na ausência incessante de reposição. Na verdade, o replantio não nos preocupava, como povo duplamente...

Vendo uma árvore do nosso Parque ser decepada aos golpes do machado, chamou de — "vandalismo de derrubadas".

Efetivamente o sentido de incúria na destruição das árvores e florestas é sensível. Na atualidade, sente o governo federal o efeito da recuperação das florestas que já consagra três por cento do orçamento do Ministério da Agricultura para o serviço de resguardo e defesa do patrimônio arbóreo da nação.

Basta assinalar que no ano de 1955 a produção de mudas para o replantio atingiu nada menos de doze milhões, com onze Hortos Florestais no país.

Se vivo fôsse, admirado ficaria Evangelino, constatando a maravilha das florestas artificiais criadas nos Estados Unidos, na zona de New Jersey através das quais — "os cientistas da Universidade de John Hopkins estudam a influência da mata na formação do clima regional".

Não concebia o nosso perfilado, mesmo no último quartel de sua existência como diminuta ou quase nenhuma a cultura do trigo em nosso território.

Realmente é inconcebível.

Certa feita, estava lendo uma das publicações do Serviço de Divulgação do Ministério da Agricultura, exatamente em derredor do complexo problema do Nordeste, ou seja da utilização da hidráulica e açudagem, proposta, como se sabe há mais de trinta anos pelo notável engenheiro Clodomiro Pereira da Silva, nas páginas fecundas de seu livro "PROBLEMAS DO NORDESTE".

Suas considerações revelam, antes de tudo, o apaixonado sincero do nordeste, como exímio conhecedor dos seus torturantes problemas, como autoridade no assunto.

Vivia Evangelino encantado com o ensinamento dos nossos agrônomos, através de seus estudos publicitários.

Assinando revistas agrícolas, admirava o progresso do gado indiano e o vigor dos nossos reprodutores e os certames realizados no território nacional.

Sentiu também idêntico entusiasmo pela evolução do leite em pó, como expansão das fontes produtoras de leite e desenvolvimento da alimentação. Tanto apreciava o plantio de hortaliças, como a produção de galinhas Leghorn, Branca e pela conhecida galinha Carijó, da raça Plymouth Rock Barrada, raça de dupla utilidade.

Dizia-me que os reprodutores suínos da Inglaterra eram famosos. Não se descurava igualmente do valor, recuperação e saneamento das cooperativas agrícolas, no panorama do cooperativo nacional.

Se tivesse sido agricultor, em toda a sua vida sê-lo-ia forrado de grandes idéias e princípios científicos.

Imbuído de tais ensinamentos, teria certamente contribuído decisivamente para os misteres da agricultura.

Como cultor da ciência do direito, foi também Evangelino José de Faro um entusiasta sincero pelos assuntos agrícolas.

Autor de vários trabalhos na espécie, destacamos os mais divulgados nos quadrantes do nosso pequenino território: "AGRICULTURA GERAL", conferência proferida no Salão nobre do tradicional Gabinete de Leitura de Maruim, no dia 6 de outubro de 1907, publicada, poste-

ormente na "Revista Agrícola", da Capital da República, em sua edição de 1º de dezembro do referido ano e 1º de janeiro de 1908.

O "BÔRDO", planta produtora do açúcar, é um outro estudo que promana de sua inteligência.

"CONFERÊNCIA AGRÍCOLA", seguida de uma série brilhante, foi pronunciada nos fins de 1907, no edifício da Prefeitura Municipal de Laranjeiras, então cognominada de "Atenas de Sergipe".

Foi um idealista na evolução da agricultura entre nós.

Em Laranjeiras, sua terra natal, ainda existem traços marcantes daquele seu pendor, nas grandes iniciativas, como reflexo do descortínio naquela seara tão indiferente aos bacharéis em ciências jurídicas e sociais.

Temos de louvar os princípios (orais e escritos) de autoria de Evangelino Faro, incentivando um maior impulso à cultura do trigo nacional.

Lembrava que "já constituía cousa do passado a mentalidade que negava a possibilidade da triticultura, no nosso país",

Efetivamente as condições ecológicas em muitos Estados do Sul eram idênticas as do Uruguai e Argentina, países em que o trigo vem sendo uma evidente realidade.

De estudos realizados, Evangelino argumentava dizendo que até em Sergipe, o trigo também produziria.

Realmente não era destituído de senso sua observação.

Quando Promotor Público da Comarca de Neópolis (então Vila Nova), constatamos que certo industrial ali residente, procedendo a uma experiência do plantio do trigo, obtivera resultados confortadores naquele município sanfranciscano.

Nossa economia rural ficou estática, na permanência de braços cruzados. Esçamos irrefletidamente crescentes divisas para aquisição de trigo.

Vivemos, ainda hoje, "mantendo uma economia de sobremesa, sustentando certos produtos, chamados "produtos reis" que, em épocas de crise, não encontravam mercados externos, enquanto eramos obrigados a adquirir, lá fora, o essencial para nossa alimentação".

Evangelino percebia e proclamava, até mesmo em palestras com amigos, como o Brasil necessitava de uma produção agrícola que não propiciasse embarços em épocas de crises.

Embora nossa base alimentícia fôsse estruturada no feijão, no milho e na carne, o trigo bem poderia também revelar fulcros de nova riqueza.

Verberava e com tristeza nossa eterna dependência do trigo argentino ou americano, maxime quando "a concentração urbana dia a dia mais intensiva, está fazendo do pão uma utilidade indispensável".

Importando continuamente o trigo, o papel de imprensa e a gasolina, no elastério assustador, nada faremos para estabilizar nossa balança comercial.

Sua convicção na cultura da triticultura do Brasil, levava muitas vêzes Evangelino até ser um tanto visionário no seu carinho por tão importante problema de nossa agricultura.

O "GRÊMIO ESCOLAR"

Na Direção do "Grêmio Escolar", o Dr. Evangelino José de Faro realizou um grande apostolado educacional, numa invulgar vocação pedagógica, num incentivo ao ensino em Sergipe.

Fundado inicialmente em 3 de fevereiro de 1906, no "Engenho Ribeiro de Baixo", município de Laranjeiras, ali funcionou regularmente em um triênio de lutas e vitórias.

Percebendo os grandes ideais que estavam reservados ao "Grêmio Escolar", transferiu-o, exatamente em fevereiro do ano de 1909 para o Aracaju.

Não foi Evangelino apenas um proprietário ou simples diretor de um conceituado estabelecimento de ensino.

Foi mais alguma coisa de expressivo: ensinava e também orientava vários cursos, num devotamento invulgar.

Daí, o prestígio que fruía na sociedade sergipana o seu conceituado colégio, que tanto contribuiu para a educação em nosso país.

Ali, soube inculcar no espírito dos moços o respeito pelas idéias salutaras que tanto elevam o homem no seio da sociedade.

Era o princípio da própria dignidade característica de seu feitio moral.

Não esqueçamos, porém, que se o valor cultural era abundante, o trabalho material era perseverante por parte de D. ZIFINHA, sua desvelada espôsa, um abrigo seguro para o êxito crescente e constante do "GRÊMIO ESCOLAR".

SANTA, na expressão do vocábulo, aquela virtuosa e dinâmica mulher, não sabia o que fôsse fadiga no desempenho sagrado de seus mistérios.

Os alunos internos tinham-na como segunda mãe, tal o vigor da sua assistência maternal e humana.

Sabia, como ninguém, perdoar os erros e faltas dos alunos do "Grêmio Escolar".

É que perdoar é atributo das almas generosas.

Errar é humano; mas é também humano perdoar.

JOUBERT, lembrava que "a indulgência faz parte da Justiça".

Aquêles casal, Evangelino e Zifinha, era o sustentáculo do "Grêmio Escolar"; ante o respeito que suas lições de moral infundiam aos discípulos.

Já se disse que a bondade é um dogma para os espíritos cristãos. D. Zifinha, sua primeira espôsa, que foi positivamente um anjo tutelar, uma companheira pura e bondosa, tinha ações humanas com que muito raramente uma mulher pode expressar um tão grande altruísmo, atributo peculiar à sua estirpe.

Fino, sutil, inteligente e estudioso, foi Evangelino um exímio assimilador dos problemas de seu tempo, graças ao hábito que tinha pela leitura metódica, necessária e construtiva.

Percebia como a maioria dos sistemas educacionais era criação falsa do homem.

A par de tudo isso, porém, era abundante e suculento seu anedotário, digno de uma sobremesa de espíritos delicados.

Dizia somente o que queria.

Detentor de um estilo claro e elegante, seu vocabulário era eficaz e exato para tôdas as oportunidades.

O "Grêmio Escolar", de ontem, encontrou no "Jackson de Figueiredo" de hoje uma continuidade de suas tradições de inteligência, cultura e dignidade.

Benedito, é um rebento auspicioso do "Grêmio Escolar" de Evangelino. D. Judith é a alavanca propulsora que sustém o nosso melhor estabelecimento de ensino. A ação de ambos tem-se feito sentir em plena e eficiente colaboração em prol da grandeza do ensino em terras de Sergipe.

O ORADOR

Além de outras funções, releva considerar que Evangelino José de Faro, também cultivava, com entusiasmo, o sentido da oratória.

Legou-nos uma série de bons Discursos no decorrer de sua vitalizante existência.

Em data de 5 de novembro de 1917, no perpassar do natalício de RUY BARBOSA, na aposição do retrato do insigne brasileiro, no Salão Nobre do "Grêmio Escolar", proferiu vibrante discurso, publicado em

1919, em opúsculo pela Tipografia Comercial de Vieira & Carvalho de nossa Capital. Sua oração cívica é uma página de sadio entusiasmo.

Ei-lo, por exemplo afirmando: "a Escola é muito bem considerada em muitos aspectos, oficina ou lar; campo de cultura ou templo. De qualquer das formas a função educativa é sempre nobilitante, tôdas as vèzes que banido o sentimento mercantilístico, o mestre seja um devotado pioneiro a desbravar as incultas tendências infantis, naturalmente inclinadas para os vícios, encaminhando-as para a perfectibilidade".

Assim pensando, o ilustre pedagogo pátrio que foi Evangelino Faro, jamais deixou de exaltar o sentido da grandeza que encerra uma escola.

Educar a mocidade, assevera Evangelino, "principalmente despertando nela êste sentimento (amor da pátria), é a maior das missões do mestre, é o maior dos serviços à Pátria", é outra lição de autoria do nosso homenageado, contida naquela sua brilhante oração.

Empolgado pelo gênio de Ruy Barbosa, chamou-o de — "Mestre e Divino, porque saber assim, só se viu em Cristo, que, partícula do Céu, tudo lhe era fácil, consoante a sua natureza privilegiada".

O então senador baiano não poderia ser mais exaltado do que o fizera Evangelino Faro, num assomo de admiração ao talento do grande brasileiro. São 27 páginas de um opúsculo que retrata o insigne Mestre.

Ouçâ-mo-lo ainda: "É com suprema reverência que ousa efetivar esta solenidade, a da colocação do retrato do maior dos brasileiros, no modesto salão de aula primária do meu educandário. É suprema a reverência, porque grande, até onde pode chegar a grandeza de um ser mental, só nos é dado, a nós outros, humildes criaturas humanas, dêle nos aproximarmos, numa atitude de muita reverência, e sòmente amparados na sombra da grandiosa idéia que nos demove. Todavia, aos Divinos são permitidas entronizações, mesmo nas mais humildes das circunscrições, porque são os oráculos dos seus crentes, que se nêles inspiram, combinando as fôrças e acertando os pensamentos para as lutas da vida".

Ainda sentimo-lo empolgante naquela tribuna, nesta lição cívica do passado ao futuro.

Foi na solene e festiva aula inaugural do curso primário do "Grêmio Escolar" que se realizou o ato da aposição do retrato de Ruy Barbosa.

Parece-nos que estamos vendo o orador: tipo alto, esbelto, extremamente simpático, bigodes opulentos, usando uma flor à lapela, jamais abandonou o clássico colete com aquela corrente de ouro pesada e sua medalha cravejada com dois brilhantes, tomando os lados de seu vestuário.

Muitos e muitos outros discursos proferiu Evangelino José de Faro, no decurso de sua existência.

Citemo-los: Saudação ao Comandante Protógenes Guimarães em sua visita ao "Grêmio Escolar", no dia 26 de julho de 1923; Discurso proferido em 14 de julho de 1914, na solenidade da inauguração do edifício da Biblioteca Pública do Estado; de saudação ao Presidente do Estado, Dr. Maurício Graccho Cardoso, em reconhecimento à melhoria dos seus vencimentos, em 7 de setembro de 1923; no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em 28 de junho de 1914, na aposição do retrato do Desembargador Manuel Caldas Barreto Neto; na Escola Normal, em 15 de novembro de 1913, no transcurso do aniversário da Proclamação da República.

Seu Discurso, intitulado "A PEDAGOGIA E O MEU MÉTODO DE ENSINO", no "Grêmio Escolar", em 1º de dezembro de 1912, no encerramento dos Cursos, é uma das belas páginas como orador que fôra Evangelino Faro.

E tantos e tantos outros discursos pronunciados, e alguns publicados em opúsculos.

DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE RELAÇÃO DO ESTADO

Com o falecimento, ocorrido em 16 de setembro de 1913, do Desembargador Dionísio Teles de Menezes, membro do Tribunal de Relação, em exercício no cargo de Chefe de Polícia, no Governo do Presidente General Siqueira de Menezes, foi Evangelino José de Faro, por Decreto de 24 de setembro, nomeado Desembargador.

Estava em disponibilidade como Juiz de Direito.

Prestou o compromisso legal e assumiu o exercício do seu cargo, no dia imediato, ou seja em 25 do referido mês.

Em 30 de setembro, assinava Evangelino o primeiro Acórdão, no Tribunal de sua terra, no *habeas-corpus* impetrado pelo Bacharel Carlos Alberto Rolla, em favor de Cândido Evangelista dos Santos, preso na cadeia de Aracaju. Foi relator o Desembargador Libério Monteiro. Era Presidente do Tribunal de Sergipe, o Des. Caldas Barreto. Foi o Acórdão de nº 64, que se encontra às páginas 68 e 69 do volume dos Acórdãos de 1913.

Permaneceu como Desembargador do Tribunal de Relação, até 5 de maio de 1925, quando, por Decreto de 26 de outubro de 1925, no Diário Oficial do Estado, foi posto em disponibilidade.

Assim rezava o citado Decreto do Poder Executivo: "O Presidente do Estado, atendendo ao que lhe requereu o desembargador do Tribunal de Relação Evangelino José de Faro, resolve conceder-lhe disponibilidade, nos termos do artigo 7º da Lei nº 909, de 26 de outubro de 1925".

Assinaram o mencionado decreto o então Presidente do Estado, Dr. Maurício Graccho Cardoso, e o Secretário Geral do Estado, Dr. Carlos Alberto Rolla.

A Lei nº 909, de 26 de outubro de 1925, oriunda da Assembléia Legislativa, que regulava a aposentadoria, reforma e jubilação dos funcionários do Estado, prescrevia no bojo do Artigo 7º que: "Independente de invalidez, o juiz distinto por seu saber, ilustração, zêlo e probidade, a juízo do governo, que tiver mais de 30 anos de serviço efetivo prestado ao Estado, terá direito à disponibilidade, com as vantagens tôdas do cargo, inclusive as majorações que sobrevierem, se as requerer e lhas conceder o Presidente do Estado".

Publicada aquela Lei no órgão oficial do Estado, em 27 de outubro de 1925, trazia a chancela do Coronel Manuel Correia Dantas, Chefe do Poder Executivo de Sergipe, no momento.

No Acórdão nº 9, de 10 de março de 1914, na Apelação Criminal de Nº Sª das Dôres da Comarca da Capela, em que é apelante Manuel Saturnino, conhecido por Saturnino, e apelada a Justiça Pública, embora o Relator fôsse Libério Monteiro, exarou Evangelino Faro o seu voto bem fundamentado, mandando o réu a novo júri, analisando todo o processo e reconhecendo a circunstância agravante da reincidência.

Naquela época, os acórdãos eram resumidos. Os votos não ficavam atrás. Era um poder de síntese absoluta, salvo raríssimas exceções.

Como Relator do Acórdão nº 10, de 17 de março de 1914, Evangelino Faro, ao apreciar os autos de agravo de instrumento da Comarca de Propriá, em que foram agravantes Domingos José das Virgens e sua mulher D. Ana Josefa das Virgens, e agravado o Dr. Juiz de Direito da aludida Comarca, concluiu o ilustre Relator, lavrando um acórdão bem explícito e fundamentado, pelo não conhecimento do citado agravo.

Sensato foi, sem dúvida o seu Voto no Acórdão nº 30, de 9 de junho de 1914, da Apelação Criminal de São Cristóvão, esplanando o assunto pela incompetência do Juiz de Direito, para consentir o levantamento do dinheiro de órfão, sendo a competência do Juiz de Órfãos.

Um dos bons acórdãos de Evangelino Faro é, sem dúvida, o de nº 31, de 9 de junho de 1914, no recurso criminal de Laranjeiras. Foi exuberante na prova dos autos, motivo do delito.

Dos seus votos vencidos, releva, inicialmente, destacar o que proferiu no Acórdão nº 37, de 2 de junho de 1914, na apelação civil de Propriá. Não julgando válido o inventário e conseqüentes partilhas, considerou nulo o testamento público. É uma bela lição de direito em tôrno da feitura de testamentos.

Nota-se, realmente, como Evangelino, a partir do ano de 1914, um ano depois de sua ascensão ao Tribunal, já era um estudioso e integrado nos misteres do Tribunal.

No recurso de **habeas-corpus** nº 74, em que foi impetrante Luiz José da Silva Melo, em favor do réu Pedro Alexandre dos Santos, da Comarca de Propriá, preso na cadeia, apesar de haver sido absolvido pelo júri, Evangelino foi pela imediata soltura do paciente. Incriminou de impropriedade o argumento, afirmando: "O Decreto nº 119, de 7 de janeiro de 1890, do Governo Provisório, separando a Igreja do Estado, consagrando a plena liberdade de cultos, traz como conseqüência a abolição do juramento religioso. Se o Estado é leigo, se não tem uma religião oficial, como tinha o Império, e sendo o Poder Judiciário um dos órgãos políticos, não há por onde possa o magistrado exigir que o cidadão invoque a DEUS ou a qualquer outra divindade, para garantir a verdade do que alega perante a Justiça. Que ser sobrenatural e supremo havia de preferir o Juiz no ato do juramento? Qual o culto religioso, ou rito, sob que se havia de praticar a fórmula divina do juramento? Para o Estado leigo, tanto vale o culto católico romano, como o presbiteriano, como o maometano ou o judaico, etc. etc. Ora, admita-se que o Juiz seja católico, apostólico, romano, e a parte professe o judaísmo; está aí manifesta a divergência; a autoridade não eceita o juramento contrário à sua fé; a parte insiste pelo respeito à sua consciência religiosa. Daí, ou o Juiz violenta a liberdade de consciência, constringendo a parte a jurar sôbre os Santos Evangelhos, ou a parte não jura, pois, se o jurar, dá um caráter oficial à religião de Cristo, violando destarte a Constituição Federal, e combatendo um crime contra a liberdade individual; se o juiz não obriga, mas recusa o ato de justiça, viola ainda a Constituição e comete crime de prevaricação.

Dir-se-á que, conquanto não jure ao menos a parte afirma em sua consciência a verdade do alegado. Não seria isso uma redundância? Expor um fato é necessariamente afirmá-lo. Afirmando-o, não há necessidade de advertir expressamente, que o fato é verdadeiro, porque se não há de pôr em dúvida o estado de boa consciência do cidadão, para presumir-se sem prova alguma, que êle esteja mentindo, por dolo, ou malícia. E tanto se há de repelir essa suspeição, quanto se verifique que a parte haja instruído as suas alegações com documentos autênticos, como aquêles que estão juntos dos autos, certidões extraídas do processo crime instaurado contra o paciente. Tais cousas parecem-me tão pequenas e destituídas de razão, que, por elas, eu jamais embarçarei ou dificultarei a concessão de uma ordem de **habeas-corpus**, a santa instituição de remédio pronto, contra a violência à liberdade pessoal".

No decurso do ano de 1917 também foi significativa a produção de Evangelino Faro, como desembargador.

Ao ser relatado, na sessão de 24 de janeiro, pelo Des. João Maynard, o recurso de agravo oriundo da Capital, como agravante Sisenando Vieira Filho, e agravado Leonel Curvelo de Mendonça, credor requerente da falência do mesmo agravante, o seu relator concluía pelo provimento ao referido agravo, reformando a decisão do juiz a quo, que decretara a falência do agravante, tornando-a sem efeito. Patenteando sua contrariedade com o princípio doutrinário exposto no Acórdão, proferiu Evangelino um longo e fecundo voto vencido. Ei-lo afirmando: "Penso que é restringir muito a compreensão da Lei negar-se o caráter de comerciante ao agravante, o que foi muito discutido pelos advogados, seus patronos, em desprezo da verdade jurídica que se encontra no Código Commercial. A doutrina é a ciência evolutiva, a Lei é a ciência organizada,

falando aos povos, no sentido de sua organização. Somos obrigados ao cumprimento da Lei, ainda que ela seja áspera, dura e muito forte”.

Estudando a natureza jurídica da sociedade, proclamou: “A sociedade em nome coletivo, ou com firma, pode ser constituída por duas ou mais pessoas, sem limite de número; ainda que algumas não sejam comerciantes, contanto que a firma social recaia em pessoas que pública e notoriamente exercem a profissão comercial. Ser comerciante é fazer da mercância profissão habitual, diz o artigo 4º do Código Comercial. Portanto, comerciante se diz aquêle que do comércio faz profissão habitual, constituindo essa profissão, não o hábito simplesmente e sim o exercício assaz freqüente, seguido da prática dos atos do comércio. O que daí se conclui é que o só fato de incluir seu nome na firma dá ao sócio o caráter de comerciante, sem mais formalidades, nem manifestações explicativas.

Não há quem conscientemente negue que o Sr. Sizenando, que figura na firma social da sociedade em nome coletivo conhecida na praça sob a firma ou razão social — SIZENANDO, ALMEIDA e CIA, não seja o Sr. Sizenando Vieira Filho. Haverá quem possa negar nesta cidade que o Sr. Sizenando é sócio solidário da firma de que faz parte Sizenando, Almeida e Cia?

Não absolutamente”.

Mostrou, no decurso de seu Voto vencido ao Acórdão nº 4, na época da publicação do Código, a doutrina geralmente aceita era a de “ser comerciante o sócio solidário”. Se o Código Comercial ainda não foi revogado, se atualmente, nesta parte, as suas disposições ainda são as mesmas do tempo da sua publicação, 1850, como é que se pode querer o contrário do que está determinado contra a letra expressa, clara e manifesta da Lei?! Conclusão: Em face do Código Comercial, é comerciante o sócio solidário da firma social de sociedade em nome coletivo; logo, o Sr. Sizenando Vieira Filho é comerciante”.

Procedendo a uma análise doutrinária, em torno dos nossos publicistas, notadamente Carvalho de Mendonça, Silva Lisboa, — o Visconde Cairu, Bento de Faria, estende aos estrangeiros, como sejam Behrme, Thok, Von Valden, Vidari, Renault, Thaller, Pardesus, Leon Calvet.

Em dado momento de seu fecundo voto vencido, no Acórdão nº 4, de 24 de janeiro de 1917, proclama: “O Direito, é certo, evolui, caminha, marcha, porque a ciência não estaciona. E não se tenha dúvida de que as idéias atuais, aqui entre nós, sejam, no conceito das sociedades mercantis, outras que não as de 1850, quando foi publicado o Código Comercial Brasileiro. Estou mesmo de acôrdo que estas idéias exerçam notável influência na interpretação dos textos. Mas o que se não pode contestar é que a influência na interpretação dos textos, por maior que ela seja, não chegará ao ponto de, na aplicação científica da doutrina, contrariar a letra da lei”.

Passou, então, a estudar a exata situação dos sócios declarados falidos em torno da lei, sua qualidade de comerciante, impontualidade de pagamento e como membro da sociedade em nome coletivo, e sua responsabilidade.

Em dado momento de seu Voto, com aquela sua reconhecida eloquência, exclama: “Mas, quem nos dirige é a lei, que será modificada no correr dos tempos, consoante a influência da doutrina e a evolução científica; e, enquanto tal não se der, não teremos outro recurso, senão o direito escrito, auxiliado pela jurisprudência, quando entre eles não houver conflito.

Não menos capcioso é o argumento de que a dívida do Sr. Sizenando Vieira é meramente individual e não da sociedade, e o patrimônio pertencer ao ser jurídico — a sociedade — e não aos sócios, e ser a garantia dos credores da mesma, e não dos credores extranhos a êle”.

E arremata Evangelino, dizendo: "Assim votei, considerando o Sr Sizenando Vieira Filho, comerciante, pelo que nego provimento ao cretouro a falência individual".

Em data de 10 de janeiro de 1917, deparamos um outro Acórdão de nº 43, de autoria de Evangelino Faro. É a apelação criminal da Cota de Anápolis, tendo como apelante a Justiça Pública, representada por seu Promotor, e apelado o réu Isidro Manuel Bacelar.

Ocupa o volume de Decisões do Tribunal de Relação de Sergipe, daquele ano. Trata-se do crime de arrombamento da casa comercial de Antônio Alexandrino Filho, realizado pelo denunciado, na noite de 8 para 9 de maio de 1916, entre 20 e 23 horas na cidade de Anápolis. É um comentário perfeito e sobretudo elucidativo em torno do sentimento psíquico do artigo 144 do Código de Processo Criminal de Sergipe. É o concurso da inteligência, da vontade e da liberdade, elementos componentes do **animus delinquendi in genere**.

No caso **sub judice**, o seu ilustrado Relator apreciou o elemento material, constatado pelo corpo de delito. E assim declara: "Não pode haver crime sem criminoso, porque o fato material em si mesmo escapa à ação da Justiça, tôdas as vêzes que para a sua realização se não tenha descoberto um autor responsável, conciente **tutti quanti**".

A confissão é um testamunho sôbre si mesmo, diz Mittermayer. "A confissão é muito valiosa, pois que é considerada como um meio de prova emanada da evidência material, quando vem da evidência mediata".

Perquirindo os indícios da prova, que em sua maioria não constituem certeza, foi motivo para que o seu Relator discorresse amplamente sôbre o assunto.

O mesmo ocorreu de referência às circunstâncias que rodeiam o fato principal, tirando conclusões bem interessantes.

No caso, a prova era artificial, uma vez que era tôda firmada apenas em conseqüências deduzidas de fatos, muito embora sua psicologia fôsse opulenta, a ponto de caracterizar uma crença da culpabilidade do réu.

Fêz um estudo em derredor da tentativa do crime, ressaltando ser ela desconhecida no velho Direito Romano, nas XII Tábuas, e bem assim no Direito Germânico, porque, como recorda Evangelino Faro, "naquele tempo o crime só era considerado sob o ponto de vista do elemento objetivo. Que a doutrina da tentativa só começou a ser estudada de modo científico no último período da Idade Média, pelos jurisconsultos italianos, cujo caminho havia sido desbravado pelos glosadores que os precederam.

A influência do Direito Romano provocou severa controvérsia entre os estudiosos.

Do estudo do Direito Romano foi pouco a pouco se formando entre os práticos italianos a opinião de que a doutrina da impunidade da tentativa sofria exceções relativamente aos "**delicta atrocissima**".

Comentou a marcha da tentativa desde o velho criminalista italiano ALBERTUS GRANDINUS, até os dias de então. Não olvidou o ensinamento magistral de autoria de TOBIAS BERRETO e João Vieira.

Entrando a estudar os elementos integrantes, discorreu em magistral esplanção os fatos de sua execução, sem postergar o dolo em suas modalidades características.

Embora o réu Isidro Manuel Bacelar fôsse o autor da tentativa de roubo, reconheceu, porém, Evangelino que a Apelação do órgão do Ministério Público, devolvendo ao Tribunal o conhecimento de tôda a causa, constatou uma série de nulidades substanciais.

Anulou o processo do despacho de pronúncia em diante, por preterições legais, determinando que se reforme dali em diante.

Libério Monteiro, na qualidade de Presidente Interino, assim se externou: "Dei também com o meu voto provimento à apelação; mas para julgar, como julgo, insubsistente o processo desde o início; porque, a meu ver, não está nitidamente, claramente delineada a figura da tentativa de roubo, atribuída pela denúncia ao apelado. Não é que deixe de reconhecer e fazer pública e cordial declaração do brilhantismo com que o Exmo. Sr. Desembargador Relator discutiu a matéria dos autos. Em mais de um ponto, subscrevo a sua judiciosa dissertação sobre o assunto. Até mesmo na parte conclusiva do julgado, em que faz sentir que, já estando em exercício do cargo o atual Dr. Juiz Municipal do Têrmo de Anápolis e que, não tendo êle, como seu antecessor, nenhum impedimento para funcionar no processo, competia-lhe proferir o despacho de pronúncia ou impronúncia, e não ao seu primeiro suplente, que era a autoridade em conflito com o Dr. Juiz de Direito da Comarca de Lagarto".

No decurso do ano de 1917, o Tribunal de Apelação de Sergipe, apenas lavrou 7 Acórdãos, sendo o último datado de 11 de dezembro, tendo Libério Monteiro como Relator, num recurso de graça.

Registre-se que no Acórdão nº 55, de 2 de maio de 1916, de embargos civis, entre partes embargantes Manuel Leite Serra e sua mulher D. Isabel Leite Serra, e embargados Manuel Lino de Albuquerque, Luiz de França Calixto e sua espôsa, percebendo Evangelino que o advogado dos embargantes não percebera devidamente o seu Voto no Acórdão, lançou o seguinte Voto: "Pensei que de mais explicações não carecesse, porquanto, é praxe, é costume, todos sabem, que a opinião do julgador, uma vez assinado um Acórdão, sem a declaração de vencido, é aquela que está exarada no mesmo Acórdão, sem que se possa imaginar outra cousa, e, muito menos, que fôsse combinando com o que já havia assinado e publicado há cinco meses passados. Só como fita cinematográfica e de mau gosto, em vista da severidade que merecem as cousas judiciárias, se pode acreditar tivesse o ilustre advogado dos embargantes assim lançado aquêles dizeres de suas razões, porquanto, no ilustrado patrono, menos a superioridade da competência funcional, provada à saciedade, não só no alto tirocínio da magistratura, como Desembargador dêste Tribunal, merecendo até pela superioridade de suas luzes e grave compostura do seu proceder a eleição de Presidente do mesmo Tribunal, cargo que exerceu brilhantemente por espaço de um ano, sem competidor, no desdobramento de suas argumentações.

Mas, como tudo tem sua explicação, não há fenômeno sem causa, penso que só uma se pode dar, é que, estando o ilustre advogado baldo de razões a expender, lançou mão de um estratagema — escrever banalidades e chufas, para distrair e encher o tempo, procurando mostrar que assim muito trabalhou em prol de seus constituintes. Em geral, acredita-se que aquêle que mais grita é quem tem mais razão. Outra explicação não tenho a dar, senão a que acima me referi, e para que se conheçam quais os têrmos empregados pelo ilustre advogado dos embargantes, passo a transcrevê-los: — "O grande jurisconsulto Pimenta Bueno, citado no número 43 do seu Processo Criminal, diz que na ordem moral a balança das opiniões é que faz presumir a verdade...

A maioria dos votos é que vigora nas decisões".

Quem tiver lido e acompanhado êste processo no Tribunal, e ler afinal os votos dos juizes que subscreveram o último Acórdão, verá que a maioria dêstes votos não é que vigora nesta decisão. É fácil demonstrá-lo. O Acórdão embargado foi proferido, aliás assinado por cinco Juizes. Dêstes, somente dous têm votos conhecidamente vencedores. São êles os Exmos. Srs. Des. Presidente do Tribunal e Relator do feito.

Os outros três são contra a decisão embargada. Com efeito o Exmo. Sr. Des. Silva Melo votou positivamente, vantajosamente o seu voto anterior". Evangelino Faro retorna ao assunto, afirmando: "de acôrdo com o Acórdão Embargado".

Não mudou de pensar no voto subsequente. Rebatendo as assertivas do embargante, não trepidou em declarar: "O ilustre advogado dos em-pinião, qualquer que ela seja, e que jamais deve-se mudar de seu primeiro pensar, ainda mesmo que melhores estudos, convincentes argu-julgam as sumidades nas lêtas e nas ciências. A demonstração temo-la obra qualquer, o autor muda de opinião ou modifica-a, conforme o evo-luir de seu espírito e as circunstâncias que atuaram no seu modo de pensar. Censura-se um juiz, porque não justificou o seu voto, tendo aliás o feito suficientemente no correr da discussão no Tribunal, no momento em que foi a causa submetida a julgamento. Não justifiquei, quando assinei o Acórdão, porque estando de acôrdo com o Relator, a quem cumpre lavrar o Acórdão, (quando não é vencido) entendi ser dis-ponível escrever **mutatis mutandis**, aquêles dizeres. Acórdão, quer di-zer resolução de corpos coletivos, e quando se não assina vencido, logo se sabe que combinado está com o Relator do feito. Obrigação de escrever, têm-na os vencidos, porque deverão declarar o motivo de sua divergên-cia, de seu desacôrdo".

Continuando em sua defesa analítica, Evangelino Faro apreciou não sòmente o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, ou seja o texto do Artigo 55 e bem assim o Artigo 24, § 10, do Regimento Inter-no do Tribunal de Relação de Sergipe.

Estabelecendo um sentido comparativo, afirma que: "Ora, dizendo os dous Regimentos, o primeiro (do Supremo) que é **licito**, e o segundo que o é **permitido** aos Juizes declarar os motivos de seu Voto, não dizem, entretanto, que seja obrigado a fazê-lo. Assim, pois, esta obrigação, o vencido é quem a tem, para justificar a sua divergência, ou mesmo os vencedores, quando não estão de pleno acôrdo com os dizeres da senten-ça, divergindo em um ponto qualquer da mesma, seja na teoria expen-dida, seja na redação do Acórdão. Mas, escrever desenvolvidamente o seu voto, quando se é vencedor, não é curial, nem próprio, nem justificá-vel, nem usual".

Mais além, quando justamente aprecia a hipótese de um juiz errar, assevera Evangelino: "mas haverá, por ventura, Juizes infalíveis neste mundo?! O famoso Savigny, a mais brilhante condensação da ciência jurídica, louvava o Juiz que, provocado a novo exame da causa, apro-fundava o estudo do assunto, encarando-o sob tôdas as faces. O Juiz tanto mais honra a sua toga, quanto maior jurisconsulto mostra ser, mas nenhum jurisconsulto sentiu-se jamais amesquinhado com o discutir. Não se humilha o Juiz que emenda o proprio êrro. E que se humilhe! A humildade não o avilta! Notável jurisconsulto italiano já o dissera uma vez: — "A humildade é uma virtude que faz grande do pequeno e grandíssimo ao que já é grande; o aviltamento é uma degradação que aniquila o pequeno e faz minguar o grande". Bellot, jurista suiço, autor da Lei do Processo Civil do Cantão de Genebra, no bojo de sua Exposi-ção de Motivos enseja o seguinte: "Partindo do princípio que as sen-tenças, nem sempre repousam na verdadeira justiça, que a infalibilidade não é atributo do Juiz, vê no sistema de recursos, não só meio indispen-sável para reparar as consequências do êrro e da Justiça, como instru-mento eficaz para as prevenir. O temor da censura, da prova de segunda discussão pública, fará o Juiz mais circunspecto; preservando-a de le-viandade e da precipitação, e se o vencesse, já se não diz, o interesse, mas secreto movimento de favor, havia de o reter a só idéia de que tal esquecimento de seus deveres não daria ao objeto de sua facilidade mais do que um sucesso efêmero".

Verberando a ausência de razão do advogado do embargante, de-claro Evangelino: "O êrro cometido no primeiro julgamento provém: — da ausência de peças decisivas, da falsidade dos documentos produzi-

dos, da má fé dos litigantes, circunstâncias tôdas estranhas ao Juiz! E demais, o resultado de simples distração de sua parte, tal como a omissão de uma parte capital da demanda, não compromete nem a dignidade de seu ministério nem o conceito de sua integridade?!"

Comentando o sentido da cousa julgada, registrou ainda mais o seguinte, digno de menção especial: "Entrando na convicção do Juiz a crença de que o processo é nulo, em bem do interêsse público, êle deve modificar o seu voto. Sustentar indistintamente a cousa julgada, ainda mesmo quando fôsse claramente reconhecida que ela era filha formal do êrro, ou o que seria ainda pior, de uma criminosa fraude ou prevaricação, seria afastar todos os preceitos da razão e da justiça eterna e sacrificar o fim dos meios; seria inverter a razão do estabelecimento dos Tribunais de Justiça e das normas tutelares do processo. A tese deve, pois, ser a da irrevogabilidade dos julgados, mas salvas as exceções urgentemente reclamadas pela voz eterna da justiça. O que a lei deve fazer é não admitir senão aquelas exceções que estiverem nos precisos têrmos. Esta questão está neste caso, e por isso decidi reformando o meu voto. O meu gesto não é uma singularidade. Não é uma conveniência ocasional, nem filha de um temor de qualquer natureza. É o fato de uma convicção, germinada na superioridade da minha razão. Serei o primeiro Juiz "que muda de opinião?" Tanto o não sou, que são inúmeros os embargos reformando sentenças. Além do que vimos citado em João Monteiro, apontarei outros casos de opiniões reformadas. Em 1895, discutia-se no Supremo Tribunal um conflito de jurisdição, entre Juizes de dous Estados, os de Minas Gerais e Goiás, conhecendo-se incidentemente da questão, a opinião da incompetência da Justiça, nos casos de verificação de limites estaduais, reunindo-se ali cinco votos contra quatro: os dos Srs. Américo Lôbo, Ubaldino do Amaral, Lúcio de Mendonça e José Higino. Mas, ao julgar-se em 1897, a ação originária de limites, nº 232, três daqueles julgadores, opinantes no primeiro julgamento pela incompetência do Supremo Tribunal, reconsideraram, no segundo julgamento, os seus votos, votando pela competência do mesmo Tribunal. Foram os Srs. Hermínio do Espirito Santo, Pereira Franco e Bernardino Ferreira, o último dos quais até serviu de Relator no Acórdão aludido". (Ruy Barbosa, — O ACRE —, Volume 1, Página 123). E não foram somente êsses notáveis juristas que variaram de opinião, divergindo no seu modo de pensar, em consquência da luz que melhor se fêz no seu espirito, no evoluir dos acontecimentos, ou no estudo dos assuntos.

Nos Estados Unidos da América do Norte, há um exemplo admirável de sumidades jurídicas que mudaram de opinião. É ainda o eminente Cons. Ruy Barbosa quem fala (ACRE, Vol. 1, Pág. 260): "Apenas vimos dessa unanimidade numa opinião de Magistrados a do Juiz TUNNEY, no primeiro litígio do Rhode Island contra Massachusetts. Tunney, porém, mais tarde se converteu ao sentir dos seus colegas, unindo-se a êles na sentença proferida sôbre o caso. E dêste modo, cessando essa divergência, realçada pelo valor de um grande nome, cessou o único voto discordante, etc...".

Mais além, dando explicações, mais detalhadas, afirma Evangelino: "Votei no primeiro julgamento dêste feito contra os apelantes, mandando que se mantivesse a sentença apelada, na ação de rescisão, contra êles proferida, porque estudando a questão, assim me pareceu de justiça. Num processo de tal monta, com tantos e tantos documentos, como o de que se trata, muitas vêzes escapa à percepção do juiz, ao seu inteiro conhecimento, alguma cousa que aliás pode ser considerada substancial É o caso. Apesar de muito ter estudado êste processo, de ter lido com a máxima atenção, pareceu-me que bem decidi, fazendo como fiz, julgando contra os apelados. Mas, novos estudos, mais acurado exame, despertado pelas cerradas discussões sôbre o caso, levaram-me, agora, a pensar de modo diverso. De meu novo estudo, chguei à conclusão de que a sentença apelada é merecedora de reforma, porque feriu direito em

tese, sendo proferida contra lei expressa, artigo 680, § 2º, do Regulamento nº 720, de 25 de novembro de 1850”.

Concluindo seu grande Voto, rematou Evangelino da maneira seguinte: “Em face do exposto, ficou provado, portanto, que o traslado conformidade do artigo 153 do já citado Regulamento, e nem feito de e por consequência nulo é o documento que sôbre êle assenta. Eis as razões por que modifiquei o meu voto, ordenando a reforma da sentença, como havia sido pedido. A argumentação do advogado dos embargantes não passa de um meio sofisma, com laivos de troça, impróprio em caso de tanta gravidade”.

Na sessão de 8 de outubro de 1918, do Tribunal de Relação de Sergipe, sob a Presidência do Des. Caldas Barreto, ao relatar o recurso criminal procedente do Juízo de Direito da 1ª Vara da Capital, tendo como recorrido o polaco Roman Gembarowsky, Evangelino Faro exarou grande decisão. É que o recorrido assassinara, a tiros de revólvermente, na tarde de 29 de junho de 1918, a Antônio Rolemberg, na Elétrica de Aracaju onde hoje se ergue o edifício dos Correios e Telégrafos. Falou durante duas horas a fio, com aquela eloquência que lhe era tão peculiar.

Dissecou todo o processo, e com êle, tôda a prova testemunhal.

Procedeu a uma obra analítica em derredor da pessoa do delinqüente, homem impulsivo e também protegido da situação política dominante de então, no nosso Estado.

Firmou seu brilhante Voto nos maiores criminalistas do nosso tempo. Arrasou com a pseudo-legítima defesa, invocada pelo assassino do inditoso moço Antônio Rolemberg.

Em dado momento, proclamou Evangelino, no seio do Tribunal de Relação: “Sr. Presidente: O povo e a sociedade estremeceram em lágrimas, e um luto profundo cobriu os espíritos que procuram a honra e repelem as consciências. É princípio firmado pela jurisprudência que, quando a lei atribui ao Juiz, e, ao mesmo tempo ao Juiz formador da culpa, a competência para decretar a irresponsabilidade do agente, pelo reconhecimento da defesa legítima, uma distinção bem firmada se impõe ao aplicador da lei. Esta distinção consiste em que, se todos os requisitos da legítima defesa, exigidos pelo artigo 34 do Código Penal, estão plenamente provados nos respectivos autos, o juiz da pronúncia deve absolver *in limine* o acusado. Se, porém, tal escusa não se acha plenamente comprovada, a competência é do Tribunal do Júri. Bem ponderada a natureza das funções do juiz togado e as do juiz popular, concluímos que a distinção assenta em princípios rigorosamente jurídicos. Assim, enquanto o juiz togado julga sômente pelo alegado e provado, o juiz popular julga segundo os ditames de sua consciência, de onde resulta a prova plena de todos os requisitos exigidos pelo citado artigo 34. Considerando que, estudando-se atentamente as peças que se contêm nos presentes autos, não se colhe a prova plena do terceiro requisito do artigo 34 do Código Penal”.

Analisando o depoimento da 3ª testemunha do sumário, que, por sinal, é a mesma do Auto de Flagrante Delito, percebe Evangelino ser a mesma um expressivo acervo de dubiedades e contradições ao descrever os acontecimentos. Daí, acentuar Evangelino, depois de apreciá-la convenientemente, proclamar o seguinte: “Considerando, porém, que o depoimento dessa testemunha não pode merecer inteira fé, mesmo quando se lhe não lobrigasse certa vacilação nos dizeres, diante da circunstância de ser dependente do réu, que ainda é Diretor da Usina Elétrica, da qual a testemunha é empregado, trazendo o fato consigo mesmo dúvidas de suspeição, segundo Mittermayer”.

Realmente Mittermayer prescreve, e com ponderadas razões, que — as relações domésticas e de dependência constituem nesta divisão uma quarta categoria de testemunhas suspeitas.

Deu o Tribunal provimento ao recurso, pronunciando o réu Ramon Gembarowski, como incurso na sanção do Artigo 294, § 2º, do Código Penal.

Não tomou parte no julgamento, por impedido o Des. Libério Monteiro. Assinaram o Acórdão Caldas Barreto, Evangelino (Relator), João Maynard e Lupicino de Barros. Era Procurador Geral do Estado o Dr. Armando Mesquita.

No decurso do ano de 1918, exatamente na noite do dia de segunda-feira, 14 de outubro, o inditoso poeta Péricles Barreto fôra assassinado por José Vicente de Sousa. Foi outro processo que apaixonou nossa Capital, ante a diversidade de circunstâncias.

Evangelino Faro, como Relator, em grau de apelação, proferiu também um grande Voto, num grande Acórdão.

Foi, na sessão de 25 de fevereiro de 1919, que opinou pelo segundo julgamento do responsável pelo homicídio de Péricles Barreto.

Vibrando no sentido único do sentimento de justiça, Evangelino, em dado momento de sua manifestação, como Relator, no seio do Tribunal, assegurou: "Quando punimos os culpados, o fazemos mais com o senso de corrigir, do que mesmo de vingança. E, tendo em consideração a preliminar suscitada pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral do Estado, para que se não tomasse conhecimento do recurso, pela falta do competente termo de apelação, decidem rejeitá-la, porque não constitui medida de absoluta necessidade a referida falta. **De meritis**: Tendo sido apresentada pelo advogado do apelado a dirimente do Artigo 27, § 4º, do Código Penal da República, se não fêz sobre ela o quesito especial, conforme determina o Artigo 324 do Código de Processo Criminal do Estado. Dos autos não consta que o Presidente do Tribunal do Júri houvesse formulado tal quesito preliminar sobre a excusativa do Artigo 27, § 4º do Código Penal, portanto, foi violada expressamente a disposição do Artigo 324 do nosso Código de Processo, assim, pois, nulo substancialmente é o julgamento do feito. Advertem, porém, aos que deram causa à semelhante falta para que não mais sejam elas reproduzidas".

Na seara da hermenêutica jurídica, tão revelada no decurso da elaboração de centenas de acórdãos e votos de sua lavra, percebe-se o senso de previsão jurídica que tanto patenteou em sua existência de desembargador.

Sólida cultura, noção de responsabilidade do cargo que desempenhava, os seus arestos testemunham aquêlé sadio senso jurídico e uma veneração pela Justiça. Nos seus julgados, subsiste sempre o vigor de uma lógica formal, de uma hermenêutica que predominou em sua função judicante.

Efetivamente não vivia Evangelino José de Faro, apenas arraigado ao fetichismo da lei. Sem a adoção de métodos revolucionários, sabia equilibrar sua lógica à luz dos princípios do sentimento de justiça e sobretudo de utilidade social.

O notável filósofo e escritor francês, consagrado autor de "Émile" e "Nouvelle Heloise", que foi, sem dúvida Jean Jacques Rousseau, preconizou, como "o primeiro preço da Justiça é conhecer que a praticou".

Juiz por temperamento e índole, Evangelino fêz do cargo um apostolado jurídico.

Deveria, contudo, ter errado, na fragilidade de uma exata interpretação da lei, uma vez que a justiça dos homens, sofre necessariamente as contingências das limitações humanas". É que "homens valem pelas obras que realizam. No conceito goetiano de que homens e gerações se afirmam pela compenetração com que desempenham o seu papel", o nosso homenageado soube ser Educador e Juiz.

Lamentável que somente de setembro de 1913 até outubro de 1925, estivesse no nobilitante mister de Desembargador, quando sua capacidade de trabalho patenteara o vigor de longos vôos no mundo jurídico.

Foi o homem do Direito na evolução do pensamento jurídico de sua época. Foi na Primeira Interventoria do Cel. Augusto Maynard Gomes que se processou o pedido de aposentadoria de Evangelino, que se achava em disponibilidade.

Eis o Decreto em aprêço: "O Interventor Federal no Estado de Sergipe, atendendo ao que lhe requereu o desembargador, em disponibilidade, do Tribunal de Relação, Evangelino José de Faro, firmado na disposição do artigo 2º do Decreto nº 27, de 10 de fevereiro próximo passado, e tendo em vista o laudo de inspeção médica a que foi submetido em 10 de março corrente, bem assim a informação da Contadoria e parecer do Contencioso da Diretoria de Finanças, resolve conceder-lhe aposentadoria, com o vencimento anual de quatorze contos, quinhentos e onze mil réis (14:511\$000). Augusto Maynard Gomes. Nicanor Ribeiro Nunes".

TEATRÓLOGO

Como deleite intelectual, realizou, de quando em quando, incursões esportivas pela seara do teatro.

Escreveu o drama em 3 atos, intitulado: "ISAURA, a LIBERTA", levado à cena na cidade de Laranjeiras, na noite de 21 de junho de 1903, com retumbante sucesso.

Um outro trabalho inédito no gênero faz parte das lêmbras da dramaticidade.

Há quem afirme que aquelas peças teatrais foram escritas em momentos de tédio, que de algum modo, no dizer de Leopardi, "é o mais sublime dos sentimentos humanos".

Distrair-se é "mais freqüentemente mudar de tédio".

Daí, com um espírito inquieto e sonhador, dissipando inteligência, vivacidade e bondade, não lhe seria difícil exteriorizar o seu pensamento na arte de João Caetano.

O ADVOGADO

Sentindo como a ociosidade é uma ferrugem que desgasta muito mais do que o trabalho, Evangelino Faro iniciou uma nova função, como um processo de adaptação à natureza humana — a advocacia, no pretório da Capital.

Na missão do advogado, lembrava o insigne Ruy Barbosa, "também se desenvolve uma espécie de magistratura. As duas se entrelaçam, diversas nas funções, mas — idêntica no objeto e na resultante: — a justiça.

Um em pleitear, outro em conceder.

Embora educado e atencioso, em sua nova atividade funcional, não sabia Evangelino suportar com uma paciência beneditina, com isenção de ânimo as surpresas das derrotas forenses.

Não media, convenientemente, o espaço da ação do juiz para o advogado.

O trabalho do magistrado se inicia e desenvolve por iniciativa e com assistência do causídico.

Entre o juiz e a nobre classe dos advogados deve existir sempre um círculo de simpatia, sem quebra naturalmente da dignidade recíproca. Imprescindível e indiscutível solidariedade deve existir através de uma mesma finalidade, entre advogados e juizes "obreiros que somos da mesma construção jurídica e social, irmãos ligados uns e outros ao culto da justiça. Os advogados pleitando pela vitória desse ideal, os juizes, traduzindo e sancionando essa verdade em nossas decisões".

O seu escritório de advocacia, situado à Rua de Lagarto, nº 987, localizado em sua própria residência, não tivera o desenvolvimento que se fazia mister.

Forrado de inteligência, ilustração e probidade no desempenho da esfera de ação, contudo, não lhe auxiliava, na última fase do quartel de sua existência, o seu temperamento.

Exasperava-se, em dados momentos, dando assim evasão aos próprios sentimentos de revolta, quando vencido na primeira instância.

Esquecia certamente o precioso ensinamento do famoso moralista francês que se chamou VAUVENARGUES, famoso por suas "MAXIMES", tão repletas de grande eloquência, recordando que "a paciência é a arte de esperar".

Constata-se, em breve tempo, uma atmosfera quebrando o ritmo de uma harmonia então reinante, cessando o ambiente de cordialidade entre os juizes e o novel advogado.

O homem é um animal dotado de expressiva soma de psicologia, o bastante para compreender o êrro de manifestações perturbadoras de uma harmonia inalienável.

Quando a soberba domina, embora transitòriamente os pensamentos e as palavras, tem início o poder da perdição.

Viveu, então, Evangelino uma vida quase que à margem do Direito.

Relanceando, neste ensejo, os aspectos relevantes de sua nova atividade, foi pouco a pouco se resignando ao recolhimento da vida privada.

Tanto que assim se desfez dos livros restantes de sua modesta biblioteca, já de há muito tempo desfalcada.

Era o canto do cisne de suas atividades jurídicas em Sergipe e para Sergipe, numa advocacia efêmera, como as flores de Malherbe...

Desvaneceram-se, assim, os contactos da realidade jurídica.

Aliás, é muito raro um desembargador aposentado ou em disponibilidade ainda transformar os seus hábitos.

Não somente a vitalidade orgânica já não permite, assim como o eclipse da supremacia das idéias, numa luta em prol do repouso físico

A despeito de tôdas as vicissitudes, que lhe tenha proporcionado a compreensão exorbitante de funções na vida pública, foi forte, sincero e sobretudo humano, em buscar o descanso para uma natureza que tanto trabalhou, sem, contudo, se corromper pelas paixões que cegam o espírito do homem.

Era o reconhecimento da plenitude do seu próprio domínio. Compreendeu, como Root, que só mesmo o espírito da mocidade governa o mundo.

Não sentiu Evangelino os fluxos da rapidez da justiça no ritmo da vida hodierna, pelo vigor de uma nova legislação processualística, oriunda da unificação do processo em nosso território.

Entrando em vigor no dia 1º de março de 1940, o novo Código de Processo Civil, promulgado com os objetivos de imediação, concentração e democratização processual, tais modificações de caráter processual mui diferentes eram, na verdade, da legislação dos tempos de Evangelino, quando na plenitude de suas funções judicantes.

Não era um entusiasta sincero da simplificação do processo, a fim de atingir a brevidade no término das demandas seculares.

Não nos esqueçamos de que a imediação processual, ou seja a identificação do juiz com a causa, é um princípio de grande alcance psicológico. ALEXIS CARRELL, em seu célebre livro "L'HOMME, CET INCONNU", registra que um bom juiz deve saber, sem se emaranhar na teia dos detalhes de argumentos legais, fazer um julgamento justo.

Positivamente, Evangelino possuía qualidades para magistrado, nunca, porém, para advogado, mesmo porque, "a lei reina e o juiz governa", no dizer de PILLON.

FATOS DIVERSOS

Na ação de Executivo Fiscal, movida pela Delegacia Fiscal de Aracaju, proveniente do imposto de renda, sobre os vencimentos de seu cargo, teve Evangelino Faro ensejo de estudar profundamente o assunto.

Intimado a pagar, deu à penhora uma Caderneta da Caixa Econômica, sob nº 17.620, apresentando, porém, embargos à penhora. Foi, inconcussamente, uma defesa brilhante e que teve grande repercussão na vida forense de Sergipe.

Mereceu do Dr. Carneiro de Lacerda, então Juiz Seccional, considerar a ação improcedente, julgando provados os embargos.

É digno de menção especial o gesto que teve Evangelino Faro, em defesa do processo usado para afastar do Tribunal de Relação o seu ilustre colega e amigo, Desembargador Caldas Barreto.

Na sessão do dia 10 de outubro de 1922, com a palavra, o Des. Evangelino Faro levou ao conhecimento do Tribunal o triste fato e lavrou formal protesto contra tão indecente processo usado por interessados, num falso requerimento apresentado em nome do Des. Caldas Barreto. O requerimento do ilustre Desembargador é uma peça digna de leitura, pelas verdades nêle contidas e pelos judiciosos conceitos emitidos. Através do "Diário da Manhã", e com o pseudônimo de "Alma Rubens", Evangelino Faro escreveu uma série de brilhantes artigos, analisando a falsidade do requerimento encaminhado ao Poder Executivo de então, solicitando sua aposentadoria.



Evangelino José de Faro era filho de Alexandre José de Faro e D. Josefa Isabel da Silveira Faro.

Avós paternos : Joaquim Vieira de Melo e D. Joana de Faro Leitão.

Avós maternos : Antônio da Silveira Linhares e D. Maria Isabel da Silveira.

Realizou na cidade de Maruim, em data de 7 de janeiro de 1888, o seu casamento com D. Josefa da Silveira Faro, a qual falecera em data de 26 de dezembro de 1944, no Recife, em casa de seu filho, Dr. Arnaldo da Silveira Faro. Era filha de Hércules Antônio da Silveira e Maria Isabel da Silveira. Deixou os seguintes filhos: Arnaldo da Silveira Faro, Bacharel e Fiscal do Consumo aposentado em São Paulo; Samuel, médico, residente na Capital da República; Alcides, desembargador do Tribunal de Justiça de São Gabriel, Bacharel, exercendo atividades em São Paulo; todos vivos.

São falecidos os seguintes filhos : Aminthas, farmacêutico ; Evangelina e a Profa. Josefa da Silveira Faro.

Viúvo em 26 de dezembro de 1944, contraiu segundas núpcias com D. Maria Alice de Araújo Faro, em 1º de junho de 1945 em Aracaju.

Do seu consórcio deixou os seguintes filhos: Hélio, Corretor Oficial de Valores de Aracaju; casado com D. Raimunda Nabuco Faro; Irênio, aviador, residente na Capital da República; D. Josefa, casada com Hermes Teixeira; Evangelice, comerciária; Alexandre, bancário; Guaracy, estudante e Diana, estudante (vivos).

Falecidos: Laice, Naire, Jacy e Jayme, mortos em tenra idade.

Netos do 2º casamento: Maria Alice, Carlos Alberto e Ângela Maria, filhos de Josefa com Hermes Teixeira; Marco Aurélio, filho de Hélio Faro com Raimunda Nabuco Faro.

CONCLUINDO

Precário, de há certo tempo, já vinha o estado de saúde de Evangelino José de Faro. Causava tristeza vê-lo em tão expressiva decadência física e também econômica.

Magro, bem abatido, sem aquela "verve" que lhe era tão peculiar. Andava vagoroso, olhar um tanto abstrato, passava indiferente por tudo e por todos...

Era, por assim dizer, uma visão do passado, êste passado que é “um lago de gozos deleitosos, quando a consciência não tem de que acusar o homem e os remorsos não pesam sobre o coração”.

Foi assim que o encontramos, alguns meses antes de seu desaparecimento em 31 de outubro de 1945.

Eramos Juiz de Direito da Comarca de São Cristóvão, antiga Capital do Estado, cidade colonial por excelência e repleta de tradições que seu passado conserva como glória de sua história.

Em pé, na esquina do antigo edifício do Tribunal de Relação, de seu tempo de desembargador (Itaporanga com Arauá, no Parque Teófilo Dantas), já não era o mesmo Evangelino de tempos idos e vividos.

Era um espectro !

Roupa azul marinho, com listas brancas, vendo muito pouco, bastante aquebrado no físico, assim o encontramos, numa manhã, cêrca de onze horas.

Disse-me da tristeza dos últimos dias de sua existência, quando as recordações eram os “únicos belos astros que adornam a noite da velhice”, recordando o grande pensamento de Antônio Feliciano de Castilho, notável prosador lusitano.

Penalizei-me profundamente.

Fiquei até mesmo um tanto afásico, ante aquêle quadro, com uma moldura já tão desbotada.

Temos a impressão de que aquêle olhar estaria certamente a lembrar o pensamento do imortal Cícero: “Recordo-me também das cousas que desejaria não recordar; e não posso esquecer as que eu desejaria esquecer”.

Previa para muito breve o seu desaparecimento.

Naturalmente como cristão, não olvidava aquela passagem edificante da Imitação de Cristo: “Anda sempre preparado e vive de tal modo que te não encontre a morte desprevenido”.

Em São Cristóvão, quando informado do seu falecimento, me veio à mente o ensinamento de Sêneca: “É doce recordar o que foi custoso padecer”.

Reconhecendo a hora extrema da vida, como católico, confessou-se com o Monsenhor Carlos Camélio Costa, então Cura da Catedral Diocesana.

Após receber a extrema-unção, no seio de sua segunda família, decorrência de um novo matrimônio, não mais falou.

Reconheceu a morte.

Apenas seu olhar, já vidrarento, percorria os quadrantes de seu quarto, como se algo buscasse...

Faleceu aos oitenta anos de idade. Daqui há oito anos teremos o transcurso de seu centenário, no ano de 1965.

O VIGÁRIO AYRES

Joaquim Mauricio Cardoso

O Vigário Salustiano José da Silva Ayres dirigia a paróquia de Estância por mais de 50 anos.

Era Vigário colado naquela freguesia e pregador da Capela Imperial, pelos seus dotes oratórios, pela fluência de seu verbo e pela profundidade de seus conhecimentos.

Era um talento privilegiado e os seus sermões, se não foram além, também não ficaram aquém dos de Vieira e Bernardes; daí o ser, então, condecorado com aquéle título, muitíssimo justo e merecido.

O Vigário Ayres, como era conhecido pelos seus paroquianos, tinha ainda um predicado admirável; era um bom crítico e por isso, às vêzes, sofria as conseqüências de seus atos. Era causticante nas censuras que fazia e humorista de primeira grandeza, quando levava o inimigo às cordas do ridículo.

Era um homem terrível e por isso mesmo temível.

Sempre respeitado, desempenhava com zêlo e dedicação os deveres sacrossantos de seu alto ministério.

E assim viveu dias felizes na sua paróquia, sempre querido e estimado de seus paroquianos.

Quis, porém, o destino colocar na estrada de sua vida tropeços que viessem causar desgostos a êle e a todos nós; mas, êle soube afastá-los com mão de mestre e prosseguir sua marcha triunfal para a glorificação.

Vigário que dirigisse uma paróquia naqueles tempos, não podia admitir que uma senhora, moça, casada ou viúva, se apresentasse na casa do Senhor com um vestido de mangas curtas, escandalosamente decotado e muito ligado ao corpo da dona que o vestia.

Certo dia chega em Estância, procedente do Rio de Janeiro, um seu afilhado, oficial do Exército Brasileiro, casado, trazendo em sua companhia duas mocinhas, que não estou bem certo se eram suas parentes ou não.

Em trajes que o Vigário chamava de *trajes menores*, aquelas moças compareciam à igreja para ouvir missa.

E sempre que o faziam, eram assim, escandalosamente vestidas.

O Vigário, do púlpito de sua igreja, causticava com o seu verbo candente aquela moda indecente, que a Estância, naquela época, não podia suportar.

E isto sucedeu umas três ou quatro vêzes; e quando, pela última vez, êle disse que tais senhoras assim decotadas, de mangas curtas, semi-nuas, só podiam ser mulheres de vida livre, que vinham à Estância perverter os rapazes, que não sabiam pecar, porque nunca foram tentados por *serpentes* como aquelas, que a Estância estava entregue ao diabo e era preciso arrancá-la das garras de tão terrível inimigo, o oficial do Exército, tenente Alfredo Silveira, que vinha suportando as práticas agressivas do Vigário, aos domingos, na missa conventual, não mais vacilou: — esperou-o após a missa, na “Travessa do Palácio” e, de rebenque em punho, chicoteou o Vigário, seu padrinho de batismo, por causa, dizia êle, de seus desaforos, de seus atrevimentos.

Não fôsse êle oficial do Exército, e teria sido linchado na praça pública e talvez o fôsse só pelas beatas.

O povo mais católico de todo Sergipe não se conformaria em ver o seu vigário, o seu querido pastor, desfeitoado e, de que forma, em plena via pública.

Além disto o Vigário foi forçado a assinar em juizo um termo de bem viver. Cumprida a lei, ficou o Vigário tolhido de falar no púlpito e nas práticas da igreja aos domingos; mas, destemido, corajoso e ousado, como todo baiano inteligente, sem que ficasse abatido o seu ânimo de lutador, aos domingos à tarde reunia, na sacristia de sua igreja, os que o queriam ouvir e àquele auditório pequeno, mas seleta, êle dirigia a palavra, relatando os fatos, censurando os desmandos e causticando impiedosamente o impudor dos degenerados, zelando, assim, pela moral da terra que lhe foi confiada para dirigir.

Êle não admitia, nem tolerava o escândalo.

Tudo que afetava a moral era crime e, assim, sem se desviar da rota que se traçou, nem um só dia deixou de combater a anarquia, que reinava em tôrno de sua igreja.

Seis meses se escoaram na ampulheta do tempo, quando um seu irmão, por questões de terra ou cousa que o valha, feriu o seu contendor na cabeça, produzindo sangue.

O Dr. Francisco Fontes, Delegado de Polícia da cidade, a quem o Vigário causticava também em suas práticas, pelos seus desmandos e pelos seus métodos violentos no exercício de suas funções, instaurou contra o irmão do Vigário um processo, que se tornou célebre nos domínios do fôro daquela terra.

O Dr. Francisco Fontes era um homem alto, cheio de corpo, muito alvo, muito corado, olhos azuis, e usava, dando-lhe um

ar de nobreza e superioridade, umas suíças louras, muito lindas, muito bem cuidadas.

No interrogatório a que respondia o irmão do Vigário, fêz êle ao réu a seguinte pergunta:

— O Sr. já escolheu o seu defensor?

Sim, Sr., — respondeu o réu: — meu defensor é o Vigário Salustiano José da Silva Ayres, meu irmão.

Depois de pequena pausa, replicou o Delegado:

— Êste senhor está cumprindo uma pena disciplinar por um ano, não pode, portanto, defendê-lo. Escolha outro.

— Outro não serve, Dr.... Neste caso ficarei sem defensor até que êle possa.

Terminado o interrogatório, o réu retirou-se, mas o processo prosseguiu. É que o delegado queria fazer *couro de onça*.

Dias depois, foi o réu intimado para o sumário. O Juiz, que por sinal era um Juiz de Direito e de verdade, perguntou ao réu se tinha defensor.

O réu deu ao Juiz a mesma resposta que deu ao delegado.

O Vigário compareceu, então, em juízo e assinou o termo de responsabilidade, para defender seu irmão.

No dia do julgamento, quando aquêle irrompeu, altivo e orgulhoso, por entre a multidão, trazendo pelo braço o réu, seu irmão e amigo, a assistência, que era numerosíssima, ovacionou-o com uma estrondosa salva de palmas, que o Juiz não pôde dominar.

O que foi êste Júri poucos sabem em Estância, porque dos que assistiram a êle, poucos existem hoje.

Basta dizer que o Vigário, que há seis meses não falava ao público de nenhuma tribuna, ao fazer a defesa do irmão, desferiu um ataque candente às autoridades que chegou a chamar de venais, citando fatos e casos comprometedores, profligou os costumes depravados da cidade e tudo quanto êle julgava fora dos eixos da moral, a mais pura, da justiça a mais reta, do dever o mais rijo, do direito o mais sagrado e da religião a mais santa.

O salão do Júri regorgitava de povo, que, de quando em quando, aplaudia freneticamente o Vigário, mas o juiz austero, como de fato era, tangia os tímpanos com fôrça, reprimindo às vêzes o entusiasmo.

Por três vêzes o delegado, levado por um ódio incontido e por um violento nervosismo, avançou para a tribuna da defesa, a fim de prender o padre.

Por três vêzes, também, o juiz lhe tolheu os passos, dizendo ali não estava o Vigário Ayres, que êle supunha lhe ofendendo; quem ali estava era o nobre órgão da defesa que a sua autoridade de delegado absolutamente, não podia alcançar.

A justiça podia, portanto, falar, era livre, como o que há de mais livre no mundo.

Por três vêzes ainda o Vigário, que era inimigo do juiz, o elogiou, realçando-lhe as virtudes e a sua atitude de juiz íntegro, independente e corretíssimo no cumprimento de seus deveres.

O Júri prolongou-se até alta madrugada, quando o conselho de sentença voltou da sala secreta, trazendo a absolvição do acusado.

O Vigário, temendo a fúria desmedida do delegado, que se mostrou até então violento, pediu ao Juiz garantia de vida para êle e seu irmão.

O Juiz, então, de conta própria, acompanhou-os até a casa de sua residência, que estava repleta de amigos sinceros, dedicados e bons.

O Juiz despediu-se e saiu, continuando, como sempre, inimigo do Vigário.

Naqueles tempos os homens eram assim : sinceros, criteriosos e direitos a mais não ser.

Havia, ordem, disciplina e moralidade em tudo e em todos.

A justiça respeitava e sabia respeitar-se.

É com verdadeira saudade que ainda me recordo de fatos desta natureza.

(De seu livro inédito, — “A Voz do Passado”).

ADEUS, QUERIDA ESPÔSA !

Zózimo Lima

QUEM, agora, na soledade e desolação em que me encontro, em que me deixaste às portas da velhice, depois de cêrca de quarenta anos de indescritível comunhão de afetos que se renovavam dia a dia, como se se desse o primeiro encontro das nossas almas, em plena adolescência, para a consubstanciação do grande amor que nos ligou na vida e se prolongará no Céu, me virá estancar as lágrimas, com o lenço branco da ternura e da saudade, que me brotam do âmago do coração cansado e dolorido ?

Quando os teus olhos, minha doce LAURA, me procuravam, aflitos, nos intervalos da lucidez que te proporcionavam os finais efeitos da morfina, como súplicas para que eu operasse o milagre impossível de te manter a vida que para nós foi sempre um romance e sonho eterno de felicidade, eu sentia, também, esmagado pela impotência do socôrro, como Maria no drama do Calvário, a espada da infinita dor atravessar-me o coração.

Revias, certamente, naqueles instantes últimos em que te despedias da vida que te foi, durante quinze anos, de indizíveis sofrimentos físicos, os quadros vivos e distantes do nosso sentimental romance do mais puro amor, que nasceu na juventude, e floresceu, e re floresceu com os anos, na vida conjugal, e frutificou nos queridos filhos, e se prolongará pela Eternidade.

Quem, agora, minha grande, saudosa e incomparável amiga, aqui, na terra, que se me tornou amargo exílio, virá ouvir as minhas confidências, amparar-me já batido pelos anos, na romagem pelos caminhos da vida que se esvai, ministrar-me conselhos e consolação quando eu fôr ferido pela insídia da perversidade humana ?

Foste a minha única inspiração na vida, a fôrça mágica que me impulsionou para tornar-me digno do teu afeto e da tua confiança, o substancial motivo da concretização dos meus anseios de mancebo pobre e desprotegido para tornar-me o homem que fui, espôso desvelado, exemplo raro de fidelidade conjugal, e que continuarei a sê-lo até ao fim da vida que me resta, como tributo continuado do meu grande amor, porque foste incomparável no

carinho, na meiguice, na resignação, dentro do lar que construímos, transformado em paraíso abençoado pela mão de DEUS.

Religiosa, que sempre foi, sem exageros, apegada aos santos da sua devoção particular, não saía das mãos da minha saudosa companheira, dia e noite, na saúde e na doença, o rosário que me pertencera desde os tempos de aluno de D. Bosco, o qual, anos antes, eu lhe oferecera, para que orasse sempre, aos pés do tradicional oratório da família, a fim de preservar-me contra as investidas da impiedade.

A sua fé se confirmou com a confissão e comunhão, quando percebeu que era grave o seu estado, propiciada por velho e virtuoso sacerdote que assiste no Hospital dos Servidores do Estado. Veio-lhe, de logo, a serenidade dos que viveram confiantes na grandeza da doutrina santa de Jesus.

Quando lhe dei o último beijo, na agonia dos desamparados, ao fecharem-se-lhe os olhos para sempre, senti que desabava sobre mim o mundo das vaidades e do orgulho, matando-me tôdas as esperanças aqui na terra e desfazendo todos os castelos de sonhos que eu alimentava para suportar resignadamente a velhice, que agora é a mais triste das velhices.

Adeus, minha querida LAURA. Resta-me a esperança de encontrar-te, ao lado do nosso querido WILSON, na glória eterna, aos pés d'AQUELE que deu o sofrimento, aqui na terra, como redenção ulterior dos nossos pecados.

ORAÇÃO GRATULATÓRIA

Trecho da Oração Gratulatória proferida na Catedral Diocesana pelo Côn. Domingos Fonseca, no dia memorativo do 1º Centenário da fundação da nossa Capital, aos 17 de março de 1855.

“Esta singular solenidade, cheia da graça e da majestade do culto católico, é um testemunho positivo, absolutamente insuspeito da vitalidade da nossa fé. Aqui estão o Chefe da Igreja, que preside os destinos da Diocese, e o Chefe do Estado, que governa o povo de Sergipe ; o Prefeito Municipal, dirigente da comuna aracajuana, e as demais autoridades constituídas ; a juventude garbosa das escolas e a gente que ama a cidade de Inácio Barbosa. E todos aqui estão aos pés do Rei-imortal dos séculos, na religiosa atitude de um povo reconhecido aos desvelos da divina Providência. E êste povo aqui está, porque crê com tôda a fôrça de sua inteligência e com todo o ardor de seu coração. Sim. Êste povo crê nos ensinamentos dignificantes da Religião Cristã.

Bendita religião, esta religião católica, apostólica, romana, a qual tem por chefe invisível a Jesus e por chefe visível a Pedro — o humilde pescador que vive gloriosamente na pessoa veneranda do S. Padre Pio XII — “A sentinela vestida de branco, que guarda, na terra, o depósito das verdades divinas !”

Bendita religião que assistiu ao nascimento da nacionalidade brasileira, quando, em 1500, em Pôrto Seguro, foi chantada a primeira cruz, e, diante dela, Frei Henrique de Coimbra celebrou a primeira missa !

Bendita religião que ouviu os primeiros vagidos da terra sergipana, onde, em 1575, o padre jesuita Gaspar Lourenço plantara a cruz redentora !

Bendita religião que também te deu a vida, ó Aracaju, pois nasceste à sombra gasalhosa dessa mesma cruz — trono ensanguentado, donde o Redentor do mundo falou à humanidade, para remí-la e salvá-la ; marco sagrado que assinalou a distância que separa o mundo pagão do mundo cristão ; archote luminoso que,

colocado no cimo do calvário, espancou as trevas do êrro, aclarando o caminho da verdade !

Bendita religião que foi mestra dos teus primeiros passos, religião que, entre os titubeios da tua juventude, te elevou, aos 3 de janeiro de 1910, à sede de um Bispado !

Aracaju querida ! Neste dia do teu primeiro centenário de cidade mimosa e capital progressista, estamos cantando e decantando as tuas glórias, pela maviosidade dos hinos religiosos e patrióticos, pela pena brilhante dos jornalistas e pela palavra autorizada dos historiadores, em consonância com o estro emotivo e fascinante dos poetas, e a eloqüência empolgante e convincente dos oradores. Que se tem feito senão dar graças a Deus pela fundação da tua cidade, bem-estar do teu povo e progresso da tua indústria, comércio e artes ; alfim, pela instrução, cultura e labor dos teus filhos ? Eis por que esta oração é, por igual, a tua oração e não é outra cousa que uma solene ação de graças ao Senhor Jesus — o filho idolatrado desta que é a tua excelsa protetora — N^ª S^ª da Conceição.

Contemplando da altura de cem anos a magnífica sementeira de glórias feitas pelos teus maiores, digo-te que são bem justas as tuas alegrias e mui dignos de encômio os teus agradecimentos à religião que te viu nascer e continua a dirigir-te os passos no caminho do tempo, porque ela foi, no passado, é, no presente, e há de ser, no futuro, desta gleba e dêste povo, o seu amparo e guia, confôrto e carinho, prazer, enlêvo e glória.

Salve ! Sítio dos cajueiros ou cajueiros dos papagaios, como indica o teu nome de origem tupi. Ó Aracaju, que antes já eras a modesta povoação Santo Antônio de Aracaju ! O teu dia maior foi e continua a ser 17 de março de 1855, quando o então Presidente Inácio Joaquim Barbosa — por um ato corajoso e decidido — transferiu, da velha e primitiva cidade de Cristóvão de Barros para as tuas terras, a Capital da Província Sergipana.

Da altura dos teus cem anos, contemplamos igualmente a tua elevação a cidade — capital do pequenino e glorioso Estado de Sergipe para cuja prosperidade e ventura exoramos também as bênçãos de Deus.

Aracajuanos queridos !

Aqui — ou onde estiverdes — evoluem-se até ao trono do Onipotente ardentes preces pelos vossos finados, entre os quais merecem distinguidos : o vosso primeiro Presidente, o vosso primeiro Vigário, o vosso primeiro Juiz e o vosso primeiro Bispo. Orai também pelos vossos irmãos vivos (presentes e ausentes) que amam êste torrão sagrado onde tivemos o nosso berço e desejáramos possuir o nosso túmulo.

Perfeitos cristãos nos sentimentos e nas obras, sobrepondo sempre aos interêsses das paixões e dos preconceitos os sublimes interêsses das vossas almas imortais.

A Diocese de Aracaju — criada pela Bula “Divina Disponente Clementia” do saudoso Santo Padre Pio X, hoje S. Pio X, recém-elevado à honra do altares e segundo patrono desta Diocese; a florescente Diocese de Aracaju, no govêrno espiritual de seu não menos zeloso e infatigável segundo Bispo — Exmo. e Revmo. Sr. D. Fernando Gomes — apresenta-vos, pela minha palavra, sinceras e efusivas homenagens. Aceitai-as, pois, sintetizadas nestes verbos singelamente expresivos e sinceramente cristãos.

Renovai, de cotio, a vossa ação de graças, cantando, numa só crença, num só afeto, num só entusiasmo e numa só voz, o vosso hino de louvor e agradecimento às infinitas benemerências do Salvador Divino que a fé e a piedade dos diocesanos, sob a inspiração do seu operoso Antístite, sagraram Bom Jesus de Aracaju. E assim, Deus continuará a reger os vossos destinos, para felicidade de Sergipe que, unido aos demais Estados e aos Territórios da Federação, forma um todo geográfico — o Brasil — amada Terra de Santa Cruz”.

EVOCANDO GARCIA ROSA

Manoelito Campos

SEMELHANTE a Mont Serrat, aqui, o mesmo clima vivificante, de onde o panorama que se descortina é um presente da pródiga natureza para encantamento da nossa vista, Santo Antônio, em Aracaju, é um ninho de poesia suspenso da suave colina. Com a diferença de que lá o mar fica distante, tão longe, mesmo, que parece mais um rio muito azul, serpeando entre o coqueiral. Mas, além da contemplação extasiante de tôda a cidade, no bairro de Santo Antônio há alguns sítios de goiabeiras, jambos e mangueiras, principalmente, que são um constante motivo de piqueniques de moças e rapazes enamorados... Garcia Rosa, o poeta querido de todos, morando na praça, defronte da Igreja, do lado do convento dos franciscanos, antiga sede da inesquecível "Hora Literária", fôra proprietário de uma dessas granjas. A propriedade lhe pertencia sim, que a houvera por compra, mas os lucros eram do povo, e, por mais estranho que pareça, não raro o poeta comprava das mãos de meninos e meninas da redondeza os frutos colhidos no seu pomar !

Comprava ou pedia cajus e as mangas das suas próprias árvores, tal o desleixo, a displicência, o desinterêsse total por tudo que não está no âmbito do sonho do doutor Garcia, como todos o chamam !

Dir-se-á que o poeta não ia lá, que não sabia a quantas andava aqui-lo, porque só assim se explica que a sua fazendola parecesse, realmente, terra de ninguém ou coisa de todos...

Pelo contrário, freqüentava com assiduidade de namorado o seu querido sítio, vencendo, a pé, êsse quilômetro e pouco, tôdas as manhãs, e regressando ao anoitecer.

Tinha-o para seu passeio predileto e pitoresco, lugar para repouso e contemplação, isolamento de tudo e de todos, realizando o seu desejo, até hoje bem vivido, de ficar sempre.

"Longe, bem longe do rumor do mundo".

Para quem não conhece de perto Garcia Rosa, a bondade e o despreendimento em carne e osso, o desinterêsse permanente até pela poesia que faz, conceituosa e musical, que nem sempre escreve, por preguiça, ou quando escreve não sabe onde guardou, citarei a jóia de uma quadrinha das suas "Trovas", que espelha bem o seu conceito de fortuna, de bens materiais:

"Que riqueza a do indigente
Que vive na sua aldeia
Do ouro do sol nascente
Da prata da lua cheia !"

Ora, não se podia esperar de quem pensa assim brigar jamais com ladroes de mangas, embora as mais saborosas do mundo, como aqui, na Bahia, as famosas laranjas do Cabula, de Alagoinhas e Santo António de Jesus não têm rivais.

O que lhe interessava e valia tudo era a rôde gostosa, para o embalo da clássica preguiça, os bons livros e a agradável companhia de pessoas de espirito, que nunca lhe faltavam, como o poeta Artur de Sales, que se largava daqui, saturado das filas e de outras coisas irritantes de cidade grande, e lá ficava meses, ao seu lado, como dois illustres vagabundos do sonho, recitando versos e filosofando juntos, as duas almas, em tudo, mais parecidas d'este mundo...

—!—

Por iniciativa própria Garcia Rosa nunca teria os seus formosos versos publicados em livro, porque, até esparsos em jornais e revistas quando êles apareciam, lhe faziam supresa. Eram admiradores da intimidade que lhos surripiavam para gozarem o seu espanto de introspectivo...

Foi o saudoso Jackson de Figueiredo quem primeiro reuniu as produções que pôde tomar ao esquisito sonhador, enfeixando-as num pequeno volume, a que deu o titulo de "LÍRICA DE GARCIA ROSA". Esse livro, acrescido de algumas poesias ainda inéditas, com o seu retrato, ilustrações e vários juízos criticos, saiu ultimamente, no Rio, em segunda e, com certeza, definitiva edição, também à revelia do autor, por conta da admiração de conterrâneos e antigos amigos, Cicero Sampaio, Barreto Filho, Jordão de Oliveira e outros à frente dêsse movimento de solidariedade e culto ao velho vate da colina de Santo António.

Um prezado confrade na Academia Sergipana de Letras, o delicado poeta Silva Ribeiro Filho, amigo íntimo e freqüentador assíduo do grande poeta da "Lirica", fêz-lhe o retrato psicológico neste soneto que muito prazerosamente deixei para o fim desta croniqueta, para fechá-la com chave de ouro:

P E R F I L

O "rei das mangas", calmo, passo lento,
Vai ao sitio atender à freguesia
E, se a cada morena vende um cento,
De regresso a carteira traz vazia...

Se tivesse milhões, o sofrimento
Da terra, certo, se afugentaria!
São coisas conhecidas: o talento
E a bolsa larga do doutor Garcia.

Chora o infortúnio de gentis mulheres,
Que desfolhando, outrora, malmequeres
Só tiveram, por fim, desilusão!

E' que o poeta — esquivia mariposa, —
Ama tôdas as rosas em que pouza,
Mas... a nenhuma dá seu coração!...

JUSTIÇA E DIREITO

José Augusto da Rocha Lima

Os céticos não acreditam na existência da justiça em forma universal. Pascal lamentava-se, dizendo: “Quase que não há nada justo nem injusto, cuja característica não varie com a mudança de clima. Três graus em tórno do polo subvertem tóda a jurisprudência. Um meridiano decide sôbre a verdade, um par de anos sôbre a posse. As leis fundamentais variam: o direito tem sua época. Bela justiça, limitada por um rio ou uma montanha! Verdade para lá dos Pirineus, êrro do lado de cá!”

Os fatos, de per si, não nos poderiam levar a conceber a justiça como valor universal. São êles discordantes e, às vêzes, contraditórios. Justiça em si é valor absoluto. Não se trata aqui da justiça considerada como virtude, ou justiça *subjetiva*, senão da justiça *objetiva*, considerada como relação entre pessoas. Esta é o que valora o direito positivo e ao que mira o legislador.

Aristóteles, tendo em conta a idéia de *igualdade*, já distinguia duas classes de justiça: a *comutativa* e a *distributiva*, aquela própria das relações do direito privado (prestação e contra-prestação) e esta mais característica do direito público. Os partidários do direito natural confundem dogmáticamente o direito com a justiça, dando certos princípios como justos de uma maneira absoluta. Os teólogos e, especialmente, os escolásticos tomam igual posição; e Hegel, concebendo o direito dentro do que chama *espírito objetivo*, cuja síntese vem a ser o Estado, toma igual posição dogmática, identificando absolutamente justiça e direito.

Para os criticistas distinguem-se essencialmente *conceito* e *idéia* do direito, podendo-se obter um conhecimento completo do que seja direito, nada obstando a que o possamos apreender da realidade e obter-lhe uma definição que o caracterize de modo universal em qualquer lugar ou tempo. Entretanto, não podemos possuir um *conceito* da justiça. A justiça é apenas uma *idéia*, é o ideal do direito, para o qual tende sempre, sendo para isso que o direito existe, na sociedade. Não há porém, como confundir as duas noções. Pois, constestaria a existência de direitos estabe-

lecidos e vigorantes, embora injustos? Isso demonstra que a "noção do justo não é um componente intrínseco da noção do legal."

Essa injustiça pode deparar-se nos julgados, donde os recursos da processualística, o que evidencia estar na consciência de valor, um rumo ético. Os criticistas tiveram, a meu ver, o mérito de estremar duas noções, longamente confundidas, que tanto os jusnaturalistas do passado haviam tornado sinônimas, como os empiristas tinham baralhado, achando que a justiça é o direito existente e que só da legislação positiva é que emanam os princípios da justiça.

Na filosofia geral, Kant foi o fundador e o máximo representante do *críticismo*. Stammler é tido como o Kant do conhecimento filosófico jurídico. Ele aplicou ao campo jurídico os princípios e o método crítico do mestre de Königsberg. Stammler procura conciliar o empirismo e o racionalismo, sustentando que o ponto de partida do conhecimento jurídico é a experiência, isto é, o direito já existente na realidade; porém, para obter um conceito universalmente válido do direito importa analisar essa experiência pelo processo a que ele chama "*auto-reflexão crítica*." Assim chega a obter quatro notas de *caráter formal*: vontade, vinculação, autarquia e inviolabilidade, que juntas integram o *conceito do direito*, diferenciando-o de outras atividades sociais como a moral e as convenções. Essas quatro notas lógicas existem *a priori* no conhecimento jurídico, isto é, preexistem logicamente (não temporalmente) à matéria concreta de todo o direito. Destarte, o conhecimento integral do direito compõe-se de uma parte que sai da experiência, e doutra, posta pela razão. O *críticismo* dá, pois, à experiência uma base racional e lógica.

A gnoseologia é indispensável ao conceito do direito. Conhecer as direções do pensamento filosófico, de seus problemas, seus métodos e soluções, é necessário a quem deseje empreender o estudo da filosofia jurídica. O problema da justiça é essencialmente filosófico, e sua idéia, uma *idéia formal*. Essa idéia está fora do processo da jurisdição positiva. Só no plano histórico é que a idéia da justiça e o conceito do direito se integram.

A sociedade não se pode desinteressar por um certo equilíbrio entre os fatos e atos humanos e as conseqüências que daí resultam; e esse equilíbrio é o que está contido, em última análise, na idéia da justiça. Variam as legislações, porque variam as necessidades; mas, no fundo do espírito, surge essa idéia em meio aos fatos sociais e históricos. Há como que um progresso, que nos acena com uma certa perfectibilidade da espécie. Só o homem é capaz de inovar, de criar, graças a virtualidades que o fazem inventor e modificador das condições materiais da existência. Pois, é no meio dos negócios jurídicos que a idéia da *justiça* se desenvolve e se realiza com maior ou menor perfeição.

Muito contribuiu o comércio, com a troca dos produtos e das idéias, para a disseminação da justiça, nisso precedendo à própria ação do Estado. E assim fazendo, não há negar que foi civilizador por excelência, aproximando os povos, dando lições novas ao direito (v. g. o *praetor peregrinus* em Roma e o *ius gentium*), tornando amável a paz e a reconciliação. As relações entre a norma jurídica e o ideal da justiça não são, está claro, absolutas, porque a vida é superior ao direito e o próprio direito o reconhece. Haja vista o chamado estado de necessidade e a legítima defesa. Porisso, a força substitui bastas vezes o direito, quando êste é impotente para salvar um povo ou encerra um conteúdo antiquado de normas que já não consonam com as grandes realidades sociais, por exemplo, com a infra-estrutura, para utilizarmos uma expressão da sociologia marxista. Então, uma ordem jurídica é substituída por outra, uma armadura toma o lugar doutra armadura no próprio interesse da conservação e da justiça. Outra coisa não significava aquilo dos romanos: *Salus populi suprema lex esto*, pois o formalismo da justiça exige uma idéia de fim, sem o que lhe faltaria um conteúdo. Isso nos leva a recordar as lições do grande Ihering no célebre *Zweck im Recht*. Partem-se, então, as comportas e eis o direito de exceção, a força vencendo a força e criando um novo cosmos jurídico em lugar doutro desgastado e morto e que não respondia aos imperativos da vida. Sem a força do vencedor não haveria senão o caos dos entrechoques. O mais forte, como quer que seja, contribuiu para a realização do direito, para a segurança coletiva, para a idéia da justiça. E sendo a sanção a força a serviço do direito, segue-se que ela é indispensável ainda hoje ao direito, podendo-se dizer com Ihering que é o lado externo do direito, enquanto a norma lhe é o lado interno. Sem o caráter obrigatório da norma, direito e moral não se distinguiriam. Josseland é desta opinião (D. Civil, I, 5). Para Stammler, entretanto, direito é, sobretudo “*regra exterior autárquica*” (pud. Enneccerus). A idéia da justiça está contida na frase: *suum cuique tribuere*. Como, porém, obter um critério pelo qual se possa reconhecer o justo e o injusto? Na vida prática, no entrechoque dos interesses, quantas vezes não vemos duas pessoas convictas de direitos opostos, clamando cada uma por justiça! O problema deontológico é forte em moral, é fraco em direito. Pouco importa ao coletor que o contribuinte pague, resmungando, os impostos ao fisco... O que importa, é que pague... O dever jurídico cifra-se nisso apenas. A grande questão da passagem do *ser* para o *dever ser*, em direito, míngua sobremodo; em moral, é importantíssima. Embora situado no plano da ética, o direito, relacionado com a problemática da conduta humana, é *regra exterior autárquica*. (Stammler). Isso não implica negar o valor do justo, senão defendê-lo de modo específico. Os juízos normativos do direito têm sentido axiológico e adquirem unidade sistemática. Os fatos são contin-

gentes, toscos e fragmentários; abstraindo de suas várias notas individuais e visando ao necessário, ao modelo e ao todo, é que o jurista constrói a sua ciência, dando-lhe caráter crítico ou axiológico, vê a realidade social pelo ângulo normativo ou regulativo, informando-se meticulosamente das verdades da história e da sociologia. Essa realidade não é física, nem psíquica, mas *cultural*. Formas *a priori* transcendentais, segundo Stammler, possibilitam, o direito através dum *processus* histórico, cuja matéria é a experiência social. Hoje já a intuição é convidada a participar do problema jurídico, ligado ao mundo dos valores. Tem sido êste o trabalho de Max Scheler. Como quer que seja, o elemento racional é imperioso, sob pena de se tornarem difíceis de verificação os dados da intuição. E ainda algo de inquietante o problema da justiça, que não está resolvido senão para aquêles que aceitam o absoluto, ou colocam em Deus a causa suprema dos valores éticos.

Há ainda quem sustente a inviabilidade da ciência jurídica, descrentes da objetividade do *justo*. Outrora o direito natural bastava a si mesmo e oferecia base à realidade jurídica. O direito natural de hoje condiciona essa realidade lógica e axiológicamente.

O direito hoje é a ciência dos valores que a sociedade reconhece como essenciais à convivência. Há, inegavelmente, uma série de valores que é reconhecida, ordenada e obedecida. Tudo isso, porém, está em a natureza. Não é mister ir ao céu para encontrar êsses valores. Tais valores obrigam pelas sanções que se mantêm à fôrça. Não é tampouco preciso ir ao céu para explicar como do *ser* se passou ao *dever ser*. O espírito criador do homem instaura formas novas de ser e de viver. O *dever ser jurídico* não se estrema do *ser jurídico*.

Nossa espiritualidade assim se manifesta através dêsses valores que a idéia protege e defende. Quando Hegel disse que o direito é a expressão do espírito objetivo, disse uma grande verdade. Através do direito o espírito se realiza e aprimora.

Acrescente-se o justo à norma e temos o valor fundante do direito. Tôda a filosofia do direito se refere à idéia da justiça e ao conceito do direito. Dizia Stammler que nem todo o direito era direito justo, mas que todo o direito devia ser ao menos uma tentativa de direito justo.

INSTANTÂNEOS

II

Versos de *PIRES WYNNE*

NA IBIAPABA

Agradecimento ao Dr. João Aragão

Êste que nos recebe tão festivo
E nos acolhe assim tão sorridente,
Não é só coração, mas, também, vivo
Espírito fidalgo e reluzente.

Amigos somos. Desde muito, privo
Com êle, e sei que quando está presente
Já todo mundo encontra bom motivo
Para sorrir e se sentir contente.

Esta festa êle diz que só foi feita
Para que eu recebesse esta colheita
De palmas — que são flores ideais.

Vêde, senhores, como a vida é bela!
Como se torna linda e tão singela
Quando as almas se fazem sempre iguais.

BODAS DE PRATA

(Casal Manuelito Aguiar - Helena Brandão A. Menezes)

É grato recordar o tempo ausente,
Revivendo a alegria dos albores,
Da Ventura feliz, quando se sente
O coração aberto como as flores.

É grato, sim! E porque, assim presente,
Como ontem, vestindo as mesmas côres,
Vemos o doce afeto tão contente,
Na alegria feliz dos seus amores,

Também feliz, a Musa, na ventura
Abre-se em festa e já cantar procura,
E já cantando em versos se desata.

Grande alegria é ver que o Sonho dura,
Floresce na amizade e mais se apura
Neste banquete das Bodas de Prata.

FESTA NO LAR

(Nos 15 anos de casamento do Casal Machado de
Souza - Anita Barreto Machado de Souza)

Viver é conviver num convívio diletto,
E bem sentir da vida a suave alegria
Que se derrama na alma e doce mel do Himeto,
Despertando afeições, corações inebria!

Já quinze anos de amor! Já quinze anos de afeto!
Já três lustros assim na mais bela harmonia!
A ventura, que reina aqui sob êste teto,
Inspirada no Bem, é maior cada dia.

Nesta data em que assim a amizade procura,
Festejando, louvar o sonho de ventura,
Que uniu dois corações num mesmo e doce abrigo,

Se versos aqui traz minha alma de poeta,
É só para saudar esta amiga diletta!
É só para saudar êste distinto amigo!

VELHOS COMPANHEIROS..

(Por ocasião de almoço oferecido ao Dr. Adolfo
Barbosa Góis, contemporâneo de estudos na Bahia)

Tantos anos se vão... Pelos caminhos
Da vida andamos nós, ora, cortando
Ondas bravias, ora, palmilhando
Alamedas, ouvindo a voz dos ninhos,
A doce voz dos pássaros em bando!

Tantos anos se vão... Sempre lutando
Por nobres ideais, pelos carinhos
Que tantos buscam, líricos, ufanos,
Hoje nos vemos, e, de novo, dando
Uma prova de afeto, sergipanos
Aqui nos encontramos, tão vizinhos!

Que vale a Vida se não é vivida?
E viver é sentir que paira acima
Dos interésses a beleza d'alma.
Viver é, pois, sentir na despedida,
Entre amigos, assim, que tóda estima
Da JUVENTUDE, como doce rima,
Canta e palpita, e lírica se espalma.

SONETOS E QUADRAS

SILVA RIBEIRO FILHO

PRIMEIRO AMOR

Enfim... aquêlo olhar tanto tempo esperado!
Todo rubro ficou seu rosto de marfim.
Olhou-me, e não pensei, menino enamorado,
Que uma só vêz na vida ela me olhasse assim.

Para bendito ser êsse amor malogrado
(Que importa me deixasse uma mágoa sem fim!)
Basta que eu seja alguém que está no seu passado,
Basta que ela se lembre um minuto de mim

Não podia saber na idade descuidosa
Das doces ilusões, dos sonhos côr de rosa,
Quanto me fêz feliz... quanto me fêz penar!

Dêsse amor não morreu, tempo em fora, a saudade ;
A vida o transformou numa casta amizade,
Outra forma, talvez, mais perfeita, de amar!

SÓ

Êsse que vai sòzinho pela estrada,
Se vai assim sem que o espere alguém,
Que fôrça encontra para a caminhada,
De onde a coragem de viver lhe vem?

Se está chegando ao têrmo da jornada
E nunca foi amado por ninguém,
Não podendo sonhar... não teve nada,
Ou teve menos que um mendigo tem.

Êsse que pela estrada vai sòzinho
E não sentiu na tepidez de um ninho
De encontro ao seu pulsar um coração,

É mais desamparado que o mendigo,
Que em sua choça encontra um peito amigo,
Uma mulher com quem divide o pão.

QUADRAS

A quem triste se desterra
Não vos cansais de acenar,
Coqueiros da minha terra,
Nascidos à beira mar!

*

Triste cegueira a de quem,
Já de posse da ventura,
Inda assim não sabe bem
O que deseja e procura.

*

Fio d'água que gemeis
E ao mesmo tempo cantais,
Eu também, de quando em vez,
Misturo cantos e ais.

*

Vivemos ambos imersos
Numa tristeza sem par.
Ela chora... e eu faço versos,
Que é só como sei chorar.

*

Quem quer bem, e se despede,
De tal sorte se reparte,
Que partindo também fica
E ficando também parte!

*

Pode num lar sem riqueza
Ser-te o destino risonho,
Pois onde existe pobreza
Sempre há lugar para o sonho!

ORAÇÃO A PROCURA DA SUPREMA MISERICÓRDIA

J. FREIRE RIBEIRO

Para MARQUES GUIMARÃES

Passa o vento na noite!...
Passa o vento
cavalgando no dorso do Infinito!...
Passa o vento ululando... Solta um grito
em lúgubre lamento!...

Onde os teus Reis, Esfinge, tu que fitas
o Áureo-Sol-Amon que tudo abrasa
na passagem das horas infinitas!...

Onde está TUTUCAMON que dizia
em prece fervorosa nos seus lábios:
"Abre, ó Mãe Nut, do céu as tuas asas
sôbre mim, ó Mãe Nut, cheia de estrêlas!"

Glória do Homem, — rio que se escorre
para as praias do NADA!...

Ramsés, Tutmés! Egrégios nomes
pelas águas do Nilo soletrados,
perdidos no mistério das areias
nesse VALE DOS REIS, silêncio e sombra,
— sombra, silêncio e treva e nada mais!...

Passa o vento na noite... Estranhas vozes
pela bôca do vento nas alturas!...
Mistério, assombro!... Milenárias lendas
dêsses Reis-Faraós que já tombaram
como se fôssem movediças tendas,
que o simum esfarrapa no Deserto!...

Na bela SAKKARAT, que ao sol se ergue,
e recebe, na paz do plenilúnio,
a carícia da Luz da Eternidade,
— há legendas de amor onde a saudade
algum nome soletra num momento
em mil anos talvez ao próprio vento,
— invisível chacal, na noite, uivando forte
no silêncio feral dêsse Templo da Morte!...

Ó grande CHEOPS, KEFREN e MIKERINOS!...
Altaneiras pirâmides pousando
nesse vasto areal, sudário imenso
onde ANUBIS sorri dessas grandezas
das idades passadas!...

Ó Reis do Egito, — faraós dormindo
nas cidades do Vale do Silêncio,
na TERRA DO POENTE!

HOMEM-PÓ que às vêzes se levanta
à procura do Além, apedrejando
no sonho vão da glória passageira,
o eterno da luz que não se apaga!

Homem-pó, ó gota fugitiva
do rio da Tristeza que deságua
em lágrimas constantes,
no mar da eternidade!

Ó grandezas de MEMPHIS! Obeliscos
buscando o azul do céu!

HIEROGLIFOS

dêsse "LIVRO DOS MORTOS"! Que segredos
nessas cousas sagradas d' outra Vida!...

MISERICÓRDIA, SENHOR, para os que pensam
eternas vida e glórias dêste MUNDO
que os ponteiros compassam sob as horas
da TUA ETERNIDADE!...

SONETOS

SEVERINO UCHÔA

CANTIGAS

Delicadas canções da humilde gente,
De minhas pobres terras nordestinas,
Que os lares enchem de emoção dolente
E vão perder-se longe, nas campinas...

Cantigas de lavadeiras que a corrente
Das águas acompanha e que as meninas
Repetem olhando a lua, tristemente,
Perto de velhas choças pequeninas.

Arrulos de vozes ternas, vãos lamentos
D'alma cabloca pelo amor ferida,
Tranmitidos nas grotas pelos ventos...

Canções que a minha mãe canta baixinho,
Enquanto embala a rede e enternecida
Vela o sono tranqüilo de um netinho.

* * *

BUCOLISMO NOTURNO

Casa campestre, velha e hospitaleira,
Em meio aos canaviais. O engenho perto
Avulta no lençol da bagaceira.
É meia noite. Tudo está deserto.

No imenso sôtão da cumieira
Sibila o vento. Súbito desperto.
Rita, a mucama nossa arrumadeira,
Deixou um lado da janela aberto.

Por entre os galhos e cipós da mata,
Poetizando a noite sossegada,
Rola da serra um veio de cascata.

E a lua, com a mais singela indiferença,
Sobe à varanda, desce pela escada
E entra na casa sem pedir licença.

V E S P E R A L

Tarde no campo, tarde, quando o céu
Escamado de nuvens purpurinas
Cobre-se todo de um doirado véu,
E há milhares de flôres nas campinas.

No poente se avista o fogaréu
Do sol que tomba envolto nas cortinas
Das nuvens de mil côres qual troféu
De Deus nas altas regiões divinas.

Um caminho comprido o campo talha,
E a noite desce branda qual mortalha
De paz, por sôbre a terra, de mansinho...

Cantam cigarras pelo ar silente,
Enquanto muito longe, tristemente,
Geme um carro de bois pelo caminho.

* * *

R E G R E S S O

Cavalheiro do sonho e da esperança
Parti cantando pela vida afora,
A juventude cheia de bonança
Numa alvorada de ilusões canora.

Cansado e velho, vêde que mudança!
Ei-mse de volta solitário agora,
De um pobre Dom Quixote a semelhança,
Que olha a estrada percorrida e chora.

Lutei, sofri, amei e fui amado,
Travei combates rudes e cruentos,
Fui poderoso, forte e potentado...

Mas que me resta ao fim de tanta lida?
A velhice, a tristeza, os desalentos
E esta saudade imensa da partida.

J. GÓES DUARTE
(Sócio Correspondente)
A Mário Cabral

NINFAS CABOCLAS

Nem bem reponta o sol, pelas estradas
Que conduzem à fonte, na floresta
Surgem as camponesas, agrupadas,
Num vozear de pássaros em festa...

Vão contentes da vida, inebriadas,
E cada qual mais, em chegar, se apresta.
Aflora-lhes das faces ressudadas
Um róseo leve, que a saúde atesta.

Chegadas ao riacho, pressurosas,
Imergem assustadas, de carreira,
Como corças ariscas, temerosas

De faunos, que de alguma ribanceira,
As formas lhes maculem, primorosas,
Naquele instante de nudez inteira...

FINIS

(Ad me ipsum)

Vinte e um mil e novecentos dias!
Sessenta anos, completos, de jornada...
Ouço, perto, um planger de Ave-marias,
E me apercebo: estou no fim da estrada...

Põe-se-me o sol da Vida. Às alegrias
Alçam o vôo, em brusca revoada.
Coroadas de névoa, as serranias
Prenunciam-me a noite enregelada...

Em breve partirei... Com que saudade
Hei de a Vida deixar, nela deixando,
Como um banho de pássaros dispersos,

Meus lindos sonhos de Felicidade,
E os meus enlevos íntimos, de quando
Compunha, em seu louvor, meus pobres versos!

CORAZÓN HUMANO

¡ Corazón humano! Piélago profundo, insondable cuyo lecho aun no alcanzó la escafandra de la psicología y de la ciencia, mare-magnum de pasiones y virtudes, misteriosa oficina, donde se funden el amor y el odio, el perdón y la venganza, la lujuria y la castidad.

¡ Corazón humano! ¡ Argonauta insaciable de la felicidad, Asverus del ideal, Castalia de misterios y dudas!

* * *

Tanto más lo escalpela la ciencia, cuanto más se esquivava y se ahonda. La ciencia avanza, él recula; la ciencia insiste, él desafía. Y los clarores de la ciencia, en la noche de sus dudas y decepciones, como el relámpago en plena y caliginosa noche de tempestad sólo viene para aclarar el abismo que lo devora, los clarores de la ciencia solamente nos han servido para conocer la impotencia de la razón delante de sus misterios y su humildad de ella en faz de sus grandezas.

¡ Corazón humano! Solamente el escapelo del infinito puede llegar a su medula.

* * *

Sin embargo, no me confunde tanto el misterio de tus grandezas, cuanto me constriñe la mezquindad de tus caprichos.

Tan grande y tan mezquino; tan sublime y tan egoísta; tan puro y tan nefando. Grande, cuando te dilatas en amor; mezquino, cuando te oprimes en odio;

sublime, cuando vuelas a las bienaventuranzas del perdón; egoísta, cuando te revuelcas en el pantano de la venganza; puro, noble, mimoso, cuando te envuelves en las sábanas muy albas de la castidad; nefando, negro, insensato, cuando te ahogas en el fango del vicio.

Pequeño, es aún insensato y loco, cuando atolondrado por la fiebre de la felicidad, como la inocente mariposa ante la claridad de una vidriera, te ensangrentas en las rajadas del vicio o te enflaqueces y te extenuas en los fantásticos bosques de la ilusión.

! Oh corazón! ¡ qué incomprensible y pero es a nosotros!

Si te indulgenciamos, si atendemos a tus anhelos y aspiraciones, temprano cansados, jadeantes, caeremos en el abismo; si te rechazamos, si nos oponemos a tus seducciones y los ojos cerramos para las visiones de tus ansias — ¡ oh! ¡ entonces, cuanto dolor, cuanta angustia, cuanta energía para te vencer!

Cuando te precipitas brusco, ciego, en búsqueda de cualquiera que desees, necesitas de las advertencias de la razón que te vigie y defienda, para que no te despeñes de las escarpas de los montes y no te arrojes a la vorágine de los océanos.

¡ Corazón humano! Si tu ideal, si tu límite es el infinito, si te lanzas como la piedra suelta en el aire para el centro de la tierra; si tu gravedad es Dios, ¿ por qué tuerces tu curso y vuelves para el terreno del finito?

Es porque, corazón, tu gravedad no es mecánica; es libre.

João E. Cajueiro

CARTA AO PRESIDENTE DA ACADEMIA

São Paulo, 21 de julho de 1956.

Ilmo. Sr.

Prof. Dr. João E. Cajueiro

DD. Presidente da Academia Sergipana de Letras
ARACAJU.

Ilmo. Confrade:

Recebi, com indizível prazer e o mais justificado orgulho, a notícia que, por carta de 26 de abril p. p. fêz chegar, ao meu conhecimento o nosso comum amigo, co-estaduano ilustre e paladino dos mesmos nobres ideas, Sr. Epifânio da Fonseca Dória, através da qual tive ciência de haver sido proposto e aceito, por unanimidade, para membro dêsse douto cenáculo, honra e glória da cultura sergipana e brasileira, em sucessão à ilustre escritora e poetisa Exma. Sra. Emília Rosa de Marsilac Fontes, viúva que foi do poeta das rosas, Dr. Joaquim Fontes e mãe do Sr. Epiteto Fontes, carta essa, agora confirmada pela notícia oficial dessa douta Academia, através do Ofício n. 1, de 13.6.1956.

Não puderam deixar de produzir, em mim, a mais viva comoção, as delicadas palavras nêle contidas.

Não puderam deixar de produzir a mais viva comoção, pelo expressivo motivo da matéria daquela cerimoniosa assembléia, na qual se resolveu fôsse eu revestido de uma das maiores insígnias acadêmicas, outorgadas por êsse douto cenáculo.

Uma das mais excelsas, uma das mais conspícuas, uma das mais dignificantes, uma das mais cobiçadas das honras que facultam os Estatutos da Academia, é o título de Sócio Correspondente, só de se deferir àqueles, cujos serviços intelectuais hajam sido reputados de excepcional relevância. Honra que se realça na sua munificência e me prostra nos recessos da alma, quando me considero, por um lado, que sou o mais insignificante e, por isso mesmo, o de menos mérito no rol daqueles que, no tempo e na ordem, integram a galeria dos graduados, pois é a primeira vez que a nossa tradicional Academia liberou esta supina distinção a um elemento cujo nome é quase desconhecido, por outro, que a homenagem me atingiu de surpresa, pelo voto unânime de meus ilustres coestaduanos e homenageantes, de cujas luzes, gentileza e generosidade sem par, venho escravizado de longa data.

É um prêmio singular que coroa a minha quase jubilação nas letras, como sentido altamente consolador, com o alcance profundamente significativo que lhe atribuem os Regulamentos, de me ser lícito, saber-me um dentre vós ; o que me dá a grata consciência de poder fruir as doçuras da vida acadêmica, a entreter o meu amor irredutível aos encantos e fascínios das letras e a acariciar êsses sonhos, que me povoam o cérebro de intelectual e que, na frase sempre divina de Platão, terão de ser a última túnica de que há de se despir a minha alma.

É um galardão a que não aspirei nem ainda nos momentos dos mais ardentes devaneios e que agora me vem aureolar como troféu conquistado no fim de uma laboriosa carreira de batalhador.

Volvendo o pensamento para os tempos idos em um largo retrospecto dos meus passos, em todos os lances e estádios da vida, só tenho motivos para agradecer à Providência a fortuna que me tem acompanhado e a benevolência com que tenho sido tratado, antes, no convívio espiritual de meus ilustres pares, no egrégio Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e, agora, pelos não menos ilustres imortais sergipanos.

Nos dias felizes que decorreram entre a infância e a adolescência, quando só me trabalhavam a inteligência e o coração, ainda virgens de influências caducas, o amor da família, purificado nas alegrias de meus pais, o amor de Deus, sob cujo divino sôpro tive o primeiro despertar na vida, e o amor, o incomensurável amor da Pátria, que venerava e vequero como uma projeção do próprio Criador; naqueles dias felizes quando vinha a lançar quimeras e fantasias, eu já imaginava que era no fadário das letras que me seria possível honrar, com o nome, a prosápia daqueles que tão carinhosamente mo haviam dado.

Na minha já larga e agitada existência passei pelos estudos, esquadrinhando-lhes os vários departamentos, e fazendo-me, finalmente, modesto intelectual.

Que mais nobre e propícia carreira pode haver para as diversões e ginástica do espirito?

Não me cansarei de repetir o que tenho dito e propagado em várias oportunidades, acêrca da ocupação que me envolveu na alva da mocidade.

É das mais intrincadas e fidalgas na nomenclatura e hierarquia das outras ocupações, tanto pelos predicados que exige de aptidões literárias, acuidade de inteligência, dotes de espírito, variedade de conhecimentos, visão onímoda das coisas, quando pela função capital e sintética de distinguir o justo do injusto, de concretizar o direito, aquilo que é a primeira e mais impreterível condição da existência organizada, a própria medula da vida coletiva e individual, o fundo e substância de tôdas as relações no trato dos homens, das famílias, das sociedades e das nações.

É por demais e baldadamente que se ensaiaria atabafar os dons do intelecto nas dobras de um novo panorama social; é por demais e em vão que se pretenderia eliminar o intelectual ou confundí-lo na turba dos homens do mundo.

O direito que lhe assiste é insubmersível. São efêmeras e estêreis as tentativas e clamores contra êle, verdadeiras insurreições contra as leis indeclináveis da civilização.

Em que pese aos murmúrios da inveja ou competição, não há como contestar a imprescindibilidade do mister de escritor ou pô-lo a juguete dos que têm estudos e treino para êle.

Ao leigo ou homem do mundo falece a faculdade de transformar alternativamente o abstrato e o concreto, a percepção nítida dos princípios dominantes nas espécies ocorrentes, a visão periférica, a contenção de espírito reservada aos profissionais especializados na doutrina e na prática do assunto.

O direito que lhes assiste não é um amontoado de leis, que se possam compreender no seu sistema e espírito, simplesmente por sabê-las de cor.

Se os prolegômenos da jurisprudência, por exemplo, estão ao alcance das massas, a estas escapa, entretanto, o conhecimento do direito nos seus progressos e evoluções contínuas.

O escritor é, verdadeiramente, o produto e arauto da evolução inevitável na ordem espiritual. O papel do escritor é a resultante de uma lei incoercível de biologia intelectual.

Não é o escritor que cria esta evolução, ao revés é esta evolução que gera o escritor. Não é o escritor que retira da cena o homem do mundo; o escritor entra em cena precisamente porque o homem do mundo tem necessidade d'êlo.

Foi esta nobre ocupação, à qual me dediquei apaixonado e resolutamente mal recebera, aos vinte anos, o pergaminho de bacharel, que me trouxe um dia à culminância de um cantinho nessa Matriz da intelectualidade sergipana e brasileira.

Recebido, pelo voto da totalidade de seus ilustrados membros, entro, tímido e humilhado pelo fardo que recebo, de preencher a vaga que fôra deixada pela ilustre escritora e poetisa Exma. Sra. Emília Rosa de Marsillac Fontes, espírito de escol dentre a rebrilhante intelectualidade sergipense, exímia intelectual onde pontificam os sábios sistematizadores da praxe brasileira, cujo verbo elegante e fecundo tange na memória de seus ouvintes; os mais filósofos e seguros de nosso beletistas. Inegavelmente, ninguém o desconhece, a nossa Academia é o ninho das mais solertes e brilhantes cerebrações intelectuais do nosso meio.

Ainda neste passo não me desamparou a sorte. Consenti que o diga sem quebra da modéstia que procuro guardar quanto me é dado fazê-lo nas fraquezas e tentações da humanidade. Embora com o pensamento voltado para a bela sentença, de que o tempo gasto em pensar e falar de si é um roubo contra Deus, no caso posso e devo reconhecer que os aplausos com que os meus ilustres pares acolheram a minha indicação e que a sentença de vós, professôres, mestres e sacerdotes do espírito, conferindo-me a distinção de Sócio Correspondente, por motivo de excepcional relevância, autorizam-me a crer que não fiz da minha ocupação uma sinecura, que não desmereci, de todo, as lições recebidas, que não pus de ré os exemplos que me herdou a digna e ilustre Antecessora e que não deslustrei as minhas altas responsabilidades de intelectual.

E qual não foi a vossa gentileza na honra do prêmio e no modo de presentear-lo, pelo verbo e embaixada de três, dentre vós a quem devo a superior honra de, hoje, estar a vosso lado.

Intelectuais dos mais esperançosos e inteligentes, cheios de eloquência e de finura na alocação e nas imagens, dignos representantes da sergipana intelectualidade, na arena do saber, nomes conhecidos e consagrados dentro e fora do Estado, vultos que têm ascendido às mais altas posições nas asas de seu peregrino talento.

Não sei como a êles hei de render graças por tão amável interesse e, particularmente, pela benevolência com que, cegados da admiração pontilharam os lances principais de minha vida, cantando loas em louvor de um quase desconhecido contrerrâneo e a iluminá-lo em uma como apoteose ao **desser** de um repasto intelectual.

Aproveu-lhes, ao resumirem os traços dominantes da minha personalidade, concentrá-los em duas palavras — **brilho** e **caráter**: **brilho**, predicado que brota hiperbolicamente de sua fidalguia; **caráter**, virtude que aceito para suprir minha pequenineza.

Na verdade procuro não desviar-me da trilha por onde marcham os homens de honra e de fé; sou realmente aferrado às idéias em que nasci e me eduquei, embora a alguns possam parecer defeituosas, atrasadas ou inaceitáveis.

Não lhes oculto que eu sou um recém-vindo de crenças e opiniões inconvertíveis e rogo-lhes me permitirem continuar tal como me foi procurar a generosidade de sua eleição, com as qualidades que em mim enxergaram e com os defeitos que naturalmente eu não posso deixar de ter.

A firmeza e constância nas idéias e na formação espiritual não são apenas condição de caráter senão, também, de aproveitamento dos dons naturais.

Em um dos seus famosos livros — *De L'Origine du Langage* — adverte Renan que o surdo-mudo, antes do sistema mecânico que se lhe

ensina nas escolas, é mil vêzes mais comunicativo que depois de sua aprendizagem. Entregue a seu gênio, êle se cria meios de expressão com uma fôrça, uma originalidade, uma riqueza que assombra. Assim como no animal o instinto esta na razão inversa da inteligência, assim no surdo-mudo a faculdade inventiva se estiola à medida que se multiplicam os meios artificiais de comunicação.

Escritor de crenças e de princípios, tenho-me mantido fiel e observante daquelas e dêstes, sem necessidade de renegar nem uns nem outro circulo dentro do qual se movimentava tôda a inteligência lógica e coerente, uns e outros dando-me a máxima largueza e liberdade nos pontos de vista e opiniões avançadas que tenho sustentado nessa esfera, em harmonia com a evolução natural, com os novos aspectos e necessidades da vida moderna.

No exercício das nossas habituais ocupações com as cousas do espírito, acobertados pelo direito que é uma disciplina profundamente filosófica, e a filosofia, ciência das coisas divinas e humanas **rerum divinarum et humanarum scientia** tem uma plasticidade surpreendente. Por mais que se mudem as circunstâncias da vida, por mais fundo que se transfigurem as instituições, não há nas lêtras departamento que escape à projeção de suas luzes e à influência fecunda da escolástica, expressão suprema da verdade nesta ordem de trabalhos e fôrça humanizante de tôdas as criações do espírito.

* * *

Aracaju, que, há pouco, viu passar, por entre frêmitos de alegria, o seu 1º Centenário de fundação, rememorou a sua gloriosa história, então, justa e merecida homenagem aos seus eméritos fundadores, ao valor e à pujança de seus homens, a quantos nela se radicaram e lhe grangearam, com profícuo labor quotidiano, os frutos sazonados do progresso.

Nesse clima de concórdia, de esforços comuns, de amor a terra, de dedicação ao nosso Sergipe em prol de um Brasil melhor, essa formosa quão florescente capital projetou-se, para satisfação nossa, no conceito dos mais prósperos municípios dessa querida parcela da grande Pátria comum.

A sua atividade ininterrupta e fecunda fêz-se sentir em todos os setores de atividade humana, assumindo especial destaque a sua projeção no campo da cultura e do saber. Os números e as estatísticas falam mais alto do que as palavras, e todos bem o conhecemos. Eis porque, nesta grata oportunidade, rendo minhas homenagens a êsse povo esclarecido e magnífico que sempre soube escolher os seus líderes.

Seus representantes nas Assembléias têm demonstrado conduta inatacável e grande senso político e administrativo, palmilhando, com alto espirito de patriotismo e brasilidade a estrada larga do ideal de bem servir.

Aí, nessa terra que me é sobremodo cara, o conceito de Sêneca de que o pior inimigo do homem é o próprio homem, não encontrou guarida. Todos, sem exceção, participaram e participam como, uma grande família, na conjugação de esforços objetivando o bem geral.

É um imperativo dos dias que correm a participação mais direta dos homens de cultura e horizontes largos na liderança dos movimentos que visam a alcançar a concretização de um dos nossos maiores anseios: a completa alfabetização da nossa gente.

A permanente e patriótica campanha de difusão da cultura, que a douta Academia Sergipana de Lêtras, desde que fundada, encetou, mantendo-a animada e ativa através de brilhante programa, justo e necessário é que perdure e se intensifique cada vez mais e que nela, quais modernos cruzados, pelejemos todos, indefessamente, porquanto o seu

objetivo primordial é a educação, e a educação continua a ser o máximo problema da nacionalidade.

Um povo sem instrução tem o seu destino pré-determinado: viver, ou melhor, vegetar na obscuridade ou morrer na servidão e na ignomínia.

Só subsistem e vencem as nações cuja mentalidade se ilumina ao aurifulgente clarão do saber e cujas energias se alimentam e se vigoram ao cáldido conchego da justiça e da liberdade. Mas êsse limpido e sereno ambiente, propício aos grandes anseios e aos grandes cometimentos da comunhão nacional, só se logrará criar e estabilizar, realizando aquilo que algures se convencionou chamar "a democratização da cultura".

Ora, democratizar a cultura — seria oportuno recordá-lo — é franquear os seus incontáveis benefícios e os seus inexauríveis tesouros a essas "massas" inumeráveis e inquietas, que a retórica capciosa da época tão assídua e mesureiramente requêsta. É demonstrar, por obras palpáveis, e não sòmente pela parolagem eufórica dos discursos ou pelas apóstrofes incendiárias dos comícios, o empenho sincero e patriótico por que se levanta o nível moral do povo, incrementando-lhe a educação e habilitando-o a intervir com lucidez e eficácia na formação dos poderes públicos, no desenvolvimento das forças produtoras do país, na solução dos graves problemas políticos, sociais e econômicos da atualidade.

Que imensa, que temerosa força a dessas tênues fôlhas de papel reunidas em volumes portáteis, que circulam de mão em mão e que passam, como as lâmpadas inextinguíveis de Lucrécio, de geração em geração, na faina incessante de persuadir e de doutrinar, de ensinar e de animar, de distrair e alegrar a humanidade — sempre curiosa e sempre insaciada na sua ambição de bem-estar e de progresso.

Um livro aberto é um cérebro que fala; fechado, um amigo que espera; esquecido, uma alma que perdoa; destruído, um coração que chora.

O livro, propulsor do saber e da ilustração é, em síntese, a inteligência. é a alma, é o espírito que se faz lêtra para ser lida, entendida e aprendida por todos. É, enfim, o melhor, o mais fácil veículo da cultura, porque nêle se encontra o repositório das verdades que devemos professar, das virtudes que havemos de praticar. É o farol que nos guia pelos caminhos anfratuosos, incertos e obscuros da vida. É o lume inextinguível que nos aquece e reanima o coração — quando êle desfalece açoitado pelas agruras e pelos desenganos do mundo.

Por isso já se disse dêle, com evidente acêrto, que é o mais constante e o mais fiel amigo do homem, porque o acompanha e conforta, sempre solícito e sempre oportuno, em tôdas as variadas conjunturas da existência: na fortuna como na adversidade, na saúde como na doença, na mocidade como na velhice, na alegria e na tristeza, na tempestade e na bonança, na derrota e na vitória...

Velha pena, que a mágoa me minora,
Companheira nas horas de agonia,
Inda uma vez, em lânguida poesia,
Vem traduzir o meu sofrer, agora.

Tenho no Peito a Dor. A treva mora
Em minh'alma. Jamais a luz do dia
Pôde clarear a escura noite fria,
Que o coração me veste, e me devora.

Pena querida, treme entre os meus dedos,
E penetra do berço nos segredos,
Triste, queixosa, trêmula, com calma,

Vai traduzindo a minha dor, conquanto
Cada poesia fale do meu pranto
E fale cada estrofe de minh'alma.

Conselheiro atilado e vigilante, segue-nos os passos, iluminando-nos, qual providencial farol os caminhos da vida; esclarece-nos as de-
depauperadas; e, destarte, onde quer que apareça, comprova bem me-
te: mestre daqueles que sabem: "**maestro di color che sanno**".

O notável discurso que Olegário Mariano, na qualidade de Embaixador do Brasil em Portugal, pronunciou na Academia das Ciências, de Lisboa, em homenagem ao quarto centenário da fundação de São Paulo — lembramos por oportuno — é uma peça que, pela sua importância histórica, desafiará o tempo. Poucos, com efeito, como o ilustre acadêmico, os que procuraram associar, em seus ditirambos ao gênio pioneiro dos paulistas, a bravura do bandeirante à herança recebida dos seus ancestrais portugueses, homens que a seu modo exerceram também, o bandeirismo, como navegantes. Orgulhamo-nos, e com razão, de nossa ascendência paulista, porque "o Brasil é uma conquista e uma dádiva de São Paulo", como tão expressivamente afirmou Olegário Mariano, baseado no fato histórico de que os bandeirantes, expandindo-se para o interior desconhecido e devassando a área territorial da América portuguesa em todos os sentidos, triplicaram a superfície geográfica da Pátria. Mas esquecemo-nos, às vezes — o que é imperdoável — de que os bandeirantes descendiam diretamente do glorioso povo luso, e de que foi dêsse povo varonil e admirável que êles receberam o forte impulso pioneirista que haveria de imortalizá-los.

De qualquer modo, portanto, o generoso sangue português está presente na epopéia extraordinária das bandeiras paulistas. E manda a justiça salientar que, dentre os mais ousados bandeirantes a que a história do Brasil se refere, figura um português de nascimento, Antônio Rapôso Tavares, que penetrou no Paraguai, alcançou a Bolívia e o Peru, enfrentou os espanhóis, atingiu o Oceano Pacífico, navegou, inclusive, pelo rio Amazonas, e finalmente regressou a São Paulo, depois de um período, cuja reconstituição é assombrosa, dados os precaríssimos meios de locomoção da época.

Assim, Olegário Mariano, com o seu notável discurso, devolveu elegantemente a Portugal o elogio que os portugueses nos endereçaram, por ocasião das recentes festas comemorativas do quarto centenário da fundação de São Paulo de Piratininga. Não falou como escritor ou como poeta. Falou como Embaixador. Foi o próprio Brasil, portanto, que falou por êle.

Pois bem, caros e ilustres conterrâneos, qual bandeirante da nova geração, continuemos dilatando os domínios da cultura no nosso glorioso Estado de Sergipe, parcela muito amada desta abençoada Terra de Santa Cruz.

Prossigamos clamando, clamando sem cessar pelo culto e pela difusão do livro. Do livro inspirado que salva e santifica como os Santos Evangelhos ou a Imitação de Cristo; do livro que consola e reanima como os "**Pensamentos**", de Marco Aurélio ou de Pascal; que convida a refletir e a arrazoar sobre as antiteses quotidianas entre as ilusões grandiosas e as realidades mesquinhas, como o "**Elogio da Loucura**", de Erasmo ou o "**Dom Quixote**", de Cervantes; que dissipa as mágoas e faz sorrir, como o "**Gil Blas**", de Lesage ou a trilogia de "**Tartarin**", de Alphonse Daudet. Do livro imortal que canta para a eternidade da História, os poemas épicos da raça e da terra, como os "**Lusíadas**", de Camões ou os "**Sertões**", de Euclides da Cunha...

Uma das grandes empresas editôras, da França, universalmente conhecida, adotou, para as suas obra, esta expressiva divisa: "JE SEME À TOUT VENT". Magnífica e profunda verdade!

O livro, meus senhores, como a imprensa, são, com efeito, a semente exuberante e fecunda que, lançada aos ventos e esvoaçando por todos os quadrantes da terra, germinam e medram, florescem e frutificam na seara substancial e luminosa do Bem e do Belo.

Por eles é que as nações se fazem ilustres e fortes, prestigiosas e respeitadas. Nêles é que havemos de confiar para que a nossa Pátria se liberte das tétricas sombras e das terríficas misérias do presente e possa projetar-se, ilibada, altiva, gloriosa e eterna nas perspectivas infinitas do futuro.

Tenho por tudo quanto é grande, tudo quanto traz consigo do gênio a irradiação fremente, um entusiasmo estranho e eis aí porque tanto eu te consagro, Imprensa, êste amor inconsciente.

Ês poderosa como a luz, em qualquer canto do globo vais entrando irresistivelmente e aos poucos esgarçando o nebuloso manto da incerteza que envolve a tudo e a nossa mente.

Eu te saúdo augusta Imprensa, excelsa glória fulgurante da grande inteligência humana, que a Gutemberg deu franca entrada na história.

Salve! divino sol deslumbrante da ciência, perene manancial donde ardente dimana a luz que nos dirige através da existência!...

Oxalá possamos, pela educação do povo, atingir as culminâncias a que podem chegar os homens não só pela inteligência, como pela vontade e, sobretudo, pelo coração.

* * *

A língua é um patrimônio comum que entra como elemento fundamental na composição do conceito da nacionalidade.

Não é capaz de defender a integridade geográfica de sua pátria o cidadão que começa por não defender e garantir a integridade do seu idioma.

Bem haja a mocidade que, no desabrochar da sua inteligência e nos primórdios felizes da sua cultura, não relega ao esquecimento a velhice que se recolhe; bem haja o fogo dos verdes anos que busca, generoso, reacender os carvões dormentes das fogueiras que se extinguiram. Ê que sabem, êstes moços, de olhos voltados para os que se foram, do tirocínio que não se inventa, da experiência que se não improvisa, da lição dos fatos que só o tempo nos ministra, e da prudência que se não logra ao dealvar a aurora o início dos caminhos, mas tão somente quando a luz mortíça do pôr do sol, ao término da estrada, tudo reduz a proporções mais justas e consentâneas. O passado é o livro dos conselhos, como o presente o crivo das colheitas, para que o futuro venha a ser a bíblia da sapiência, da bondade e da beleza.

Os anos passam céleres, sorrindo
Para quem só pratica o bem na vida,
Enquanto pouco a pouco vão surgindo
Os louros, já na frente encanecida.

Os anos passam céleres, sorrindo
 P'ra quem com altivez na sua lida
 Transpôs os obstáculos, subindo,
 Subindo — de cabeça sempre erguida.

Os anos correm — louca desabrida —
 Deixando para trás uns que, caindo,
 Jamais acham beleza nesta vida.

— Pai, olha como os anos vão sorrindo,
 Enquanto em tua frente encanecida,
 Os louros da vitória vão surgindo.

Também fui moço, e, ao laborar meus pobres versos no extremo da parábola, pus nas conchas da balança, pesando-as, com rigor, as delícias do alvorecer e as amarguras do poente :

Antes da minha trôpega velhice,
 Por onde a fôrça do meu pulso andasse,
 Não sei de algema que se não quebrasse,
 Não sei de pedra que se não partisse.

Vinha-me aos pés o mar por que eu o ouvisse
 E temia-me o vento que soprasse ;
 O próprio monte que eu subir tentasse,
 Baixava o dorso para que eu subisse.

E em mim só resta a neve dos cabelos,
 Fôra de mim — a noite com o seu luto,
 Cheia de espectros e de pesadelos.

A árvore mesma, cujo amor assombra,
 Suspende as ramas e me esconde o fruto,
 Derruba as fôlhas e me nega a sombra.

Como vêm, eu sou uma antítese dessa mocidade vibrante ! Por isso mesmo, aqui estou apenas como um símbolo modesto e desvalido, sem a autoridade que a outros os anos outorgam ; eu aí estou, carregado do meu retiro, menos para louvar os que despntam, ao claror da sua idade, que para lhes agradecer a honra da alta distinção com que me galardoaram e, amanhã, congratular-me lá fora com as chamas que se apagaram, com as vozes que emudeceram, com as penas que se gastaram, deixando, para orgulho de todos nós, as obras que fundiram, perpetuadas na administração dos que despertam.

Chamas que se apagaram, vozes que emudeceram, penas que se gastaram, e lembradas são nesse famoso Templo do Saber, em que os seus membros sapientes e esclarecidos instam por suster e aprimorar, com essa combatividade instruída e ardorosa, o facho irradiante das nossas lêtras floridas. Floridas, sim, posto que nem sempre as flôres se ostentam sem os espinhos das suas hastes. A delicadeza do seu perfume nem tôda vez supera o misto do seu destino, em que entra e amarga o malefício dos seus acúleos...

A douta Academia Sergipana de Lêtras, de há muito, já não vive embrionária, senão que se alcandora no amanho das nossas lêtras e no grangeio do seu renome.

Por isso e pelo mais, não pode ela esquecer o que lhe cabe na continuação dos seus esforços ; nem olvidar, por um segundo, a responsabilidade que de algum modo lhe transmitem o ninho das Águias do pensamento sergipano em que floresce ; nem desacompanhar na glória os que nêle formaram o seu espírito e dêle partiram, armados cavaleiros

para os torneios do pensamento, nas ciências e nas letras, dignificando a nossa terra e enaltecendo a nossa gente.

Para ascender aos picos altaneiros, meus nobres coestaduanos e ilustre pares, há uma só verdade, que é a do mourejo que não se abate, da energia que não fraqueja, do ânimo que se não amedronta, da subida sem desmaios, da preferência meticulosa dos elementos, e da execução impreterível de sua "Carta Magna". Nem uma trinca, meus caros e dignos conterrâneos, no dique da formosa instituição por onde fuja um ceitel que seja do seu direito, tanto mais assim devendo ser, quanto é certo que ela nasceu e vive de puras e nobres tradições.

Não posso levar mais a sério a grande Instituição a que os meus proeminentes confrades tanto têm honrado e dignificado ; e assim procedo para servir, com o apanágio da minha experiência, ao brilho da sua fecunda atividade. É sempre mais conveniente e menos penoso impedir, que corrigir aquilo que a vaidade humana aceita e indebitamente desfruta do que de desastroso passa na joeira das resoluções impensadas. A inobservância dos preceitos, em núcleos alevantados, gera o desintereêsse; o desprêzo dos códigos fomenta e nutre a indisciplina, praga temível que sufoca e mata.

É o rigor sem ditadura que impede as lutas intestinas, é o cumprimento expresso dos estatutos que centuplica a força do comando e restaura a paz dos comandados. Diga-o, melhor, o nosso ínclito amigo Sr. Epifânio da Fonseca Dória, galanteador das Musas nas cercanias de Hipocrene, e mestre augusto de belas letras no Tabernáculo a que me dirijo ; diga-o, do seu mundo de letras enramadas, êsse mesmo nobre e venerando vulto de batalhador valoroso, timoneiro seguro de uma geração de projeção ruidosa, êsse aristocrata do verbo ponderado, êsse "**primus inter pares**" na gentileza, êsse defensor sem tréguas do seu roteiro.

Porque eu não fique apenas na esfera das coisas porventura meramente administrativas, ousou dizer, em especial, na conversa aqui este-reotipada e para mim tão grata, que o caso das escolas literárias que se debatem e periódicamente se dividem, como graciosamente se classificam, a mim me parece hoje que o devemos encarar sem intransigências aceradas, nem recriminações absolutas. Tôdas as religiões pretendem conduzir ao céu. Não faz mal até que, de longe em longe indiscreta e curiosamente, entremos e permaneçamos um pouco na sua igreja heterodoxa. Respeitemos ali, como criaturas educadas, a crença herética dos seus freqüentadores ; mas, ao sairmos, guardemos fervor à nossa fé, sem descontinuação no ardente culto à nossa Divindade...

Os exageros, ao que suponho, pecam talvez tanto no apuro difícil e estonteante da execução, como no desleixo fácil e desprezível da feitura. O gôsto da forma expressional é um pendor do espírito, e pode variar em muitos, sem que prejudique a estrutura da concepção. Cumpre que a nossa impertinência não ultrapasse a rigidez das fundações ; é já bastante que não descuremos a solidez dos alicerces, em prol da perpetuidade do monumento, que é o idioma em que pedimos, a língua em que ofertamos — patrimônio de dois povos, relíquia de duas Pátrias !

Nada é mais deplorável do que ver um indivíduo de formação universitária ignorar a própria língua, falando e escrevendo em cassange. É um descálabro o que anda por aí em matéria de língua pátria :

Juízes, mdicos, advogados, engenheiros professôres, exprimem-se defeituosamente, ora com dificuldade, ora com impropriedade, quase sempre com deselegância. Se alguém lhes pede contas, dão de ombros e respondem que o conhecimento da língua não ajuda a construir uma ponte, ou a operar um estômago, ou a reivindicar um crédito num processo de falência, e assim por diante.

Não é verdade. O conhecimento da língua é sempre indispensável. Ele não é essencial somente a quem faz profissão de escrever ou de falar. A língua é um patrimônio comum e entra como elemento funda-

mental na composição do conceito de nacionalidade. Já se disse que não é capaz de defender a integridade geográfica de sua pátria o cidadão que começa por não defender e garantir a integridade do seu idioma. É sas Universidades deveriam atribuir um maior poder de fiscalização aos professôres quanto ao seu emprêgo. Prova escrita cheia de erros pal-está claro. Queremos, entretanto, homens que se exprimam com decôro gramatical, uma vez que nos literatos de profissão é fácil descobrir estilo. Não é exigir muito. Menosprezem o ritmo por conta própria, disponham em linhas curtas ou compridas o que a sua inspiração e o seu talento lhes facultem: mas não brinquem com a língua, que é tão sagrada como a santa religião que professamos, tão venerável como o auri-verde pendão que se desdobra e drapeja aos ventos carregando o nosso amor e a nossa Pátria.

A Academia Sergipana de Lêtras merece ser considerada e querida. É da alma combativa de seus ilustrados membros e do alvorar da sua insuperável inteligência que resultam as iniciativas mais belas e plausíveis.

A mocidade — que é o apanágio da maioria de seus membros — é a coragem e a fidalguia em perene ebolição. De mister, contudo, é não varrer da memória o imprescindível da continuidade em todo o trabalho humano.

Se bem me ocorre, foi a Cícero que, certa vez, perguntaram qual o discurso de Demóstenes de que êle mais gostava; e Cícero respondeu: “O mais extenso, e continuou: — “porque o bom discurso nada perde com ser longo, e o mau nada ganha com ser breve”.

Na VIII rapsódia da sua Odisséia, Homero faz Laudamas, filho de Alkinos, falar assim a Odisseus:

“Não há glória maior para os homens do que a de serem destros. Vem, portanto, tomar parte em nossos jogos, e varre a tristeza de tua alma”.

E Odisseus lhe respondeu:

“As dores enchem minha alma mais do que o desejo dos prazeres. Já sentí muitos males e muitos trabalhos suportei; e ao presente, sentado em vossa ágora, peço que me deixeis voltar, implorando vosso rei e vosso povo”.

Senhores meus!

Convocado a cerrar fileira com os lídimos representantes do rebrilhante pensamento sergipano, os mais valorosos dos mais audazes defensores do vernáculo, os mais ativos dos mais expeditos legisladores do Estado, os mais brilhantes dos mais lúcidos timoneiros da sergipana imprensa, que também é legisladora, assim chamado, inesperadamente, do meu nada, da minha insignificância, sob o violento ônus de tão opressora responsabilidade, sem outro título além daqueles que a vossa fidalga generosidade me conferiu, sem outro intuito senão o de vos prestar obediência e preito, a vir figurar no programa da vossa atividade, eu, que tão fundamente trago a alma mergulhada nesta pavorosa encaqueladura de brumas e vagalhões em que ora se debate a quase desarvorada nau da Pátria, que só ouço, sentindo a ferver nas veias a inexaurível seiva do meu patriotismo insaciável e a me estalar na frente o sagrado ósculo da deusa republicana, e só tenho ouvidos para as lamentações e gritos da tripulação desnordeada, bem pudera me escusar, parafraseando o herói de Homero:

— Não, senhores; buscai outro, que para maior brilho dessas pompas, vos leve as flôres de boninosa imaginação, os torneados arabescos de uma palavra falijada de preocupações sombriamente injucundas. Deixai que eu volte, coberto pela gratidão que insolúvelmente vos devo, à modesta tenda do meu obscuro trabalho. Viestes sem acêrto.

Se buscásseis os traços indelévels da epopéia helênica, em que a mitologia vos abrisse, com o sôpro de uma vida nova, com os arroubos da poesia condoreiramente alada, a esplendorosa figura do valor ímpar, da civilização fertilizadora, do gênio fecundante, teríeis de reler o **Prome-teu**, de Ésquilo, onde veríeis, como disse o portentoso autor de Shakespeare, despontar o direito; teríeis de ouvir Homero, êsse que, na frase ainda de Victor Hugo, faz os homens maiores do que a natureza; teríeis de consultar Demóstenes, êsse que, para Latino Coelho, só por si vale a eloquência universal.

Queríeis a chama trágica das paixões indomáveis? A suave ternura dos amores idílicos? A rebuscada paciência dos labores artísticos? A consonante expressão da estética religiosa? Fôra em Shakespeare, êsse homem-oceano, como dêle disse outro oceano maior ainda, fôra em Goethe, o supremo criador de Hermann e Dorotéia, fôra em Praxiteles, um só de cujos vasos basta para espelhar a mais elevada expressão do gênio grego, fôra em Isaías, de Rafael, na Igreja de Santo Agostinho, de Roma, que teríeis de pedir a gama inteira da psicologia do amor, desde a paixão que ribomba no fragoroso coração de Otelo até o êxtase que se arripia nas suaves ondulações do casto seio de Margarida — fôra aí que deveríeis catar as insondáveis afinidades que maravilhosamente assonam Deus e o homem nas infinitas manifestações da natureza e da arte.

Mas que triste e infeliz êrro pedir colaboração e palavras hínicas de quem já se acolheu à melancólica sombra dos ciprestes do cemitério das aspirações finadas, das ilusões exânimes! Impor a tarefa de exalçar o vosso merecimento a quem mais não merece senão que o protejais contra o desalento pelo futuro desta Pátria, que êle ama como Cristo a sua Igreja, como Têmis a Justiça, como a vida ama ao sol que a ceva!

Entretanto, já que é tarde para remediar tão triste desacêrto, suportai-me com a simpatia devida a quem se vê forçado a obedecer. Nesta minha carta despreparada, quase improvisa, vêde, senhores meus, não uma palavra que fala, mas um homem que é obrigado a falar.

E para onde levarei o meu espírito? Se, por graça incomensurável d'Aquele que faz e desfaz tudo o que é maravilhoso na criação, eu fôsse igual a Dante, alar-me -ia até à porta do infinito humano, que é a própria história, de que sois cultivadores eméritos e sublimemente incansáveis, e das páginas dêsse livro tão grande que, se igual na dimensão não lhe fôsse o mundo, não existiria jamais, eu vos traria fecundos exemplo de civilização e patriotismo, positivos ensinamentos para a nossa crítica existência social. Da história, que é a eterna legisladora da humanidade, extrairia os cânones do futuro de nossa Pátria, e fustigando os tiranos e déspotas com as açoitadas despiedosas de Juvenal e Tácito, os traidores e ambiciosos com as acicatantes imprecações de Plutarco e Hugo, faria estrutura acadêmica de fácil oração. Por ponto extremo da ascensão política, levantaria a majestosa cúpula da democracia republicana, qual a sonharam os puros e os de boa fé, não qual a cultivam os egoístas e aventureiros, sem credo ou ideal honesto.

E por onde navegarei? Que paragens geográficas ganharão preferência? Tivera eu a marulhada audácia do Gama ou de Colombo, e fácil me fôra aproando para as bandas de onde o sol do progresso emerge mais brilhante, por entre as miragens deslumbradoras.

Desta vaidade a quem chamamos fama, como dizia Camões, pesquisar costumes e sentimentos, devassar, através das condições geográficas dos Estados, a alma moral dos povos; e trazendo, de tão encantadora viagem nítidos exemplares da atual expansibilidade colonial da raça anglo-saxônia, com êles construir, como em seu livro faz Edmundo Demolins, a oração funerária do antigo e bruxoleante esplendor da latina raça.

Mas quanto à Pátria, que digo eu? Quando o mundo inteiro se convulsiona, por sôbre terras e águas, por tôdas as zonas diversíssimas do globo, na agitada angústia de tôdas as figuras da nosografia social,

que nos valera a invocação da história? Que nos aproveitara a sondagem das demais paragens da terra? Nosso coração está aqui entre os gravíssimo estado econômico e político; quase que se debate já nas vastas hipocráticas de mortal anarquia. Deixemos por hoje as vastíssimas regiões da história, que, às vèzes, também se entrega a fabulações fantásticas, e olhemos só para nós mesmos, só de nós tratemos, por nós somente perscrutemos o futuro.

Nem vos pareça apostasia, em bôca republicana, a confissão da anarquia atual. Não; porque não é a República que faz a anarquia; somos nós, que ainda não aprendemos a conduzir e praticar a República, que estamos a mentir a ela. Um dos mais valentes republicanos que respiraram sob o céu de Portugal, o insigne Latino Coelho, chegou a escrever as seguintes linhas no seu **Vasco da Gama**, aludindo ao reinado de D. Manuel: "Lavrava, pois, a anarquia sob a sua forma mais perigosa, a anarquia no govêrno, e a anarquia militar, para que se visse que não somente nos estados populares e democráticos, senão também nas próprias monarquias absolutas, o desprezo da autoridade, os bandos e as facções perturbam a ordem e a harmonia social. (Segundo volume, página 356).

Eis aí: é a desobediência ao poder público, e talvez pior do que isso, são os bandos políticos, as facções partidárias, êsses impatrióticos agrupamentos para quem o poeta de **Marie Tudor** só encontrou o nome de **coteries**, espécie de pandilha armada contra o direito de todos ao govêrno do estado para exclusivo uso, gôzo e abuso próprio — êsse é o morbo político que fatalmente empesta as repúblicas.

O PAPEL DA FAMÍLIA NA FORMAÇÃO MORAL DO HOMEM COM BASE PARA A RECONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE

Os homens vivem na terra em comunidades que os mantêm ligados por vínculos e por raízes brotados de sua própria natureza. O homem nasceu para viver em comunidade. Exigências e carências, necessidades de ordem material e espiritual, fragilidade e fôrça, pobreza e riqueza, tudo o inclina a buscar a sociedade de seus semelhantes para, nessa comunidade de fins e de meios, encontrar a plena realização de sua personalidade e nela poder construir a vida que êle sonha e que lhe foi comunicada como um dom maravilhoso.

Anterior, porém, às sociedades jurídicas, que o tempo e o progresso trataram de aperfeiçoar, a família existe como sociedade tecida nos indestrutíveis vínculos do sangue e do amor. Ela é, por isso, a base, o alicerce, a coluna mestra, a célula primeira, a energia nuclear de toda a sociedade humana. Construí uma casa sobre areias movediças e vereis que, em breve, o menor assalto dos ventos há de reduzi-la a escombros. Assentai Pátrias sobre outros valores que não sejam os da família estruturada e amalgamada nas leis do amor e dos princípios cristãos, e elas não resistirão ao ímpeto da paixões e das ambições humanas.

Todos os profissionais da destruição das Pátrias começam por injetar nas veias sagradas da família o veneno sutil do egoísmo, do prazer sobre todas as coisas, da covardia diante do sacrifício e da renúncia, certos de que, destruída a célula-mater, todo o organismo será tomado pela infecção e perecerá.

Diante do berço de João Batista, os amigos e vizinhos se entrecolhavam e propunham a mesma interrogação: "Quem, pensas, virá a ser esta criança?" Esta é a maravilhosa e, ao mesmo tempo, trágica interrogação que todos os responsáveis pelas sortes dos homens deveriam fazer diante dos berços, onde a vida germina e se abre para a aventura do mundo. Em cada um desses seres fragilimos palpita um destino de glória ou de tragédia. Somente o fogo que crepita, fecundo e acolhedor entre as paredes de um lar, no sacrário de dois corações chamados à

bem-aventurança da paternidade, poderá aquecer essa semente de vida e plasmá-la para a Cidade dos homens e para a Cidade de Deus.

Rui Barbosa disse: As mãos que balançam os berços são as mãos que governam o mundo. O berço é um pequeno navio, um veleiro frágil embalado pelas ondas dos acalantos maternos. As velas brancas entretidas pelas mãos carinhosas acenam uma esperança no meio do mar do mundo e indicam uma responsabilidade a que ninguém poderá fugir.

A RESPONSABILIDADE DO INDIVÍDUO EM RELAÇÃO AO BEM COMUM

A atividade do Estado, seja econômica ou política, tem uma única finalidade: proporcionar aos cidadãos aquelas condições externas indispensáveis para o desenvolvimento das suas qualidades, o desempenho de suas tarefas e a realização de sua vida material, intelectual e religiosa. A sociedade civil é uma exigência íntima da natureza humana e ao poder que a rege e ordena cabe a missão de propugnador e tutor do bem comum. Reinar sobre os homens é a mais alta maneira de servi-los. A sociedade foi feita para o homem, como fonte e celeiro, como sentinela vigilante e casa acolhedora, onde êle encontra os meios e a proteção indispensáveis à plena realização de sua pessoa, para cuja plenitude tôdas as coisas foram criadas.

A natureza impele o homem à vida em sociedade. Mas o homem só responde a êsse apêlo íntimo, porque a razão, a serviço da sua liberdade, lhe faz descobrir a finalidade essencial dêsse impulso: — o bem comum.

O homem nasce, ao contrário dos outros seres vivos, necessitado de tôda sorte de cuidados. A natureza o coloca, primeiro, na sociedade familiar. Mas esta não basta a suprir tôdas as deficiências do indivíduo. É então que a natureza providencia a integração do ser humano na sociedade pública, onde indivíduo e família encontram os meios supletivos necessários ao cumprimento terreno de seus destinos, aos seus anseios de expansão e de aperfeiçoamento.

Tôda a finalidade da vida social consiste, pois, na plena integração do homem e na plena realização de sua personalidade. Isto é bem comum. Bem universal, que deve ser distribuído, de maneira aquânime entre todos os indivíduos, na proporção das suas necessidades e do concurso que prestem para atuá-lo. Bem, que se sobrepõe a todos os bens particulares e a todos congrega com o fim de criar uma perfeita suficiência de vida para todos os homens, sem privilégio de castas, de partidos, de posição.

Êle é o resultado da ação solidária de todos os membros da comunidade e sobre cada um dêles deve refluir em justa e devida proporção. A sua necessidade deriva das deficiências individuais e familiares e impele os indivíduos a estabelecerem as condições para que êle se produza. Só a colaboração possibilita a obtenção de determinados bens particulares necessários ao pleno desenvolvimento do homem. O bem comum, portanto, não substitui a ação individual e familiar. Supre-a e lhe dá vigor, circunscrevendo-se aos setores onde indivíduo e família são insuficientes, e cessando onde se inicia a ação que lhes é própria.

Êle tem como finalidade o bem-estar temporal e terreno e a criação de condições, bem como a remoção de obstáculos, para que o indivíduo alcance o seu fim ultraterreno. Subordina-se à finalidade do homem e à intangível dignidade da sua pessoa. No verdadeiro conceito de bem comum, tanto o Estado, quanto a pessoa, encontram a plena definição dos seus direitos e deveres. Bem de tôda a comunidade que o cria, êle é o efeito e, a um tempo, a causa dessa corrente de solidariedade que circula nas veias do organismo social e lhe assegura ordem interna, estabilidade e paz.

O DEVER SOCIAL DO CRISTÃO

A nota distintiva do Cristianismo é a solidariedade universal ou seja a fraternidade entre os homens. Jesus ensinou que Deus é Pai. E Pai cujas preocupações vão ao extremo de tecer o manto dos lírios do campo e de providenciar para que não falte alimento às aves do Céu. Se assim age com os lírios e os pássaros, que não fará para o homem em quem imprimiu a marca indelével da sua imagem e da sua semelhança? Sôbre todos, bons e maus, justos e injustos, faz brilhar o sol e faz cair a chuva e o orvalho do Céu. Ora, se Deus é Pai, todos os homens são irmãos. Se todos são irmãos, há nêles uma nota distintiva e essencial que supera tôdas as possíveis diferenciações. Por isso, o Apóstolo São Paulo pôde dizer que a encarnação do Filho de Deus abolira a distinção entre servo e livre, grego e judeu, romano e bárbaro. Todos são uma só coisa para o Pai que os criou e os conserva e, ao elevá-los à ordem da graça, fêz de cada homem um membro de sua família divina.

O preço do sangue restituiu-nos a liberdade dos filhos de Deus.

A caridade, isto é, o amor é a pedra de toque do Cristianismo. Ela é a fôrça propulsora que impeliu doze homens simples a deixarem as terras áridas da Judéia, os olivais, os vinhedos, as verdes colinas galilaeas e a partirem à conquista do mundo para o amor.

A sociedade antiga esclerosada pelo egoísmo, pelos preconceitos raciais e culturais, pelo predomínio das razões de Estado sôbre os direitos da pessoa humana, recebeu em suas veias a linfa de amor do Cristianismo e pôde assim ver perpetuadas tantas de suas conquistas no domínio do espírito, e conquistar um definitivo lugar na História.

Os pagãos reconheciam os cristãos, porque êstes se amavam uns aos outros. "O amor não pode fazer mal ao próximo: logo é a plenitude da lei", escrevia São Paulo aos Romanos. Os antigos não souberam colocar o amor no centro de sua vida social. "Coroemo-nos de rosas, pois amanhã morreremos", era a filosofia de Lucrécio, de Luciano, de Epicuro; era a filosofia prática do homem simples.

Os gregos possuíam o seu Eros e os romanos possuíam Cupido. Eram simples mitos ou símbolos da carne que se dava em pasto à luxúria. Os cristãos, ao contrário, puderam personalizar o Amor na pessoa do Filho de Deus pregado numa Cruz, o qual, "tendo amado os seus que estavam no mundo, amou-os até o fim", na mais inusitada e total prova de amizade, que é a de dar a vida por quem se ama. E Cristo passou a ser respeitado na pessoa dos pobres, dos enfermos, dos inimigos, de todos os irmãos. "Tôdas as vêzes que fizerdes isso a um dêstes pequeninos, foi a mim que o fizestes".

Os gregos ligavam Eros a Thánatos — o Amor à Morte. Os cristãos, ao contrário, ligavam o Amor à Vida. "Morte onde está a tua vitória, onde o teu aguilhão?" Êsse o desafio dos discípulos de Quem afirmou: "Eu vim para que tenham a vida e a tenham na mais larga medida".

O Evangelista São João resume o Cristianismo numa frase: "Quem não ama não conhece a Deus, pois Deus é amor". E se não conhece, como pode amá-lo e se não o ama, como pode amar os companheiros da torturada viagem terrena?

O Cristianismo que não se encarnasse, o Cristianismo que permanecesse nas formulas belas, mas áridas, o Cristianismo que não ultrapassasse a estética e o simbolismo dos ritos e não descesse à ápera realidade da ação e das obras, seria uma triste reedição do Farisaísmo formalista e a negação do sacrifício de Cristo.

São João escreveu: "Se alguém disse: Eu amo a Deus; — e odiar o seu irmão, é mentiroso. De fato quem não ama o seu irmão, que vê, como pode amar a Deus, que não vê?" E ainda: "Quem odeia o próprio irmão é homicida".

Quando Deus perguntou a Caim, onde estava Abel, Caim lhe respondeu: "Não sei. Porventura sou eu o guarda de meu irmão?"

O Cristão, que não se dobra sôbre os problemas do seu tempo e sôbre as indigências de sua comunidade, que resposta poderá dar quando Deus lhe pedir conta de seus irmãos ?

O DEVER CÍVICO DO CRISTÃO

O cristão é cidadão de duas Cidades : — a temporal e a eterna. Sabe que não possui aqui a sua morada permanente, mas na fluidez do tempo se esforça por conquistar bens imperecíveis. A sua vida se processa sob a luz da eternidade e seu coração permanece inquieto, enquanto não alcançar o definitivo repouso em Deus.

Se a sua finalidade última é atingir a bem-aventurança, na Glória, nem por isso se desinteressa ou pode desinteressar-se das vicissitudes da sociedade terrena em que se insere por disposição da própria natureza e, portanto, em obediência à própria vontade divina.

No alto, está Deus. Na planície do Tempo, se encontra César. César é ministro de Deus, por vontade e designação do povo, para que, aplainados os caminhos do mundo, possam os homens com sossêgo e facilidade, galgar as escarpadas do Céu. Por isso, é preciso dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. César será sempre o símbolo da sociedade terrena à qual o cristão não pode faltar com o seu respeito e a sua colaboração. O Estado não é uma entidade abstrata, nem a encarnação de um chefe ou de uma oligarquia. O Estado é o povo organizado em sociedade para a realização do Bem-Comum, sob a direção de um govêrno que o povo livremente escolhe, fiscaliza, mantém e substitui, se fôr o caso. Servir ao Estado é servir-se. Obedecer às leis é obedecer-se. Elas emanam de nossa vontade comum e atendem às exigências de nossa comum indigência. A devoção do cristão à Pátria é ato de caridade para com os próximos que nos são mais próximos — os nossos concidadãos. Amá-los é amar a terra que nos deu o primeiro berço, provavelmente, nos dará o derradeiro leite, e, entre cujas fronteiras terrenas, construímos a definitiva e eterna morada celeste.

Participar da vida política da Nação, informá-la de espírito cristão, para que o Estado seja tutela, presidio e suprimento da dignidade da pessoa humana e não se converta em agente de desagregação da vida social, que lhe cabe defender, incrementar e favorecer, é um indeclinável dever de todo cristão. Onde o Estado faltasse a essa tarefa sagrada, sabe o cristão que "é preciso, antes, obedecer a Deus do que aos homens".

A Igreja, como tal, encaminha o homem para a conquista de seu fim sobrenatural. Não lhe interessam os regimes temporais, nem as formas de govêrno civil, desde que postos a serviço da pessoa humana. Sua missão não é dêste mundo, embora se inicie e se processe, em parte, neste mundo. Ela constitui uma sociedade perfeita, no seu gênero. É mais perfeita do que o Estado, porque seu fim é mais nobre e seus domínios ultrapassam tôdas as fronteiras e abrangem todos os povos, raças, culturas e línguas. Da política, ela só cuida, quando, — como dizia Pio XI, — exorbitando de sua área própria, a política toca o Altar e usurpa direitos de Deus. Não se opõe ao Estado a Igreja, nem interfere na sua jurisdição. Mas quer que os cristãos que, por o serem, não deixem de ser cidadãos, não só não desertem das lides da Cidade terrena, mas a elas se dediquem, dando o melhor de seu esforço, o público testemunho de sua fé, a contribuição de sua lealdade, o exemplo de seu patriotismo.

Quem é César, senão criatura de Deus ? Que é a sociedade civil, senão o resultado de um impulso profundo por Deus depositado na natureza humana ?

QUEM É O SERVO INÚTIL

Um homem estava prestes a fazer uma longa viagem. Convocou, por isso, os servos de sua gleba e lhes entregou seus bens. A um, deu cinco talentos, a outro, dois, e um ao terceiro. A cada um, segundo a sua capacidade. E partiu. Os dois primeiros puseram os talentos a render e os multiplicaram pelo dôbro. Mas o que recebera apenas um, cavou a terra e, temeroso de que os ladrões o roubassem ou de que não fôsse bem sucedido nos negócios, escondeu o dinheiro do patrão. À sua volta, êste pediu contas aos servos. Todos foram louvados pelo seu engenho e pelo seu esforço. Mas ao que enterrou o talento, as palavras do seu dinheiro: "Servo iníquo e infiel, sabes que eu sego onde não semeiei e recolho onde não espalhei; devias, pois, entregar o meu dinheiro aos banqueiros e, vindo eu, receberia, certamente, com usura, o que é meu. Tirai-lhe, pois, o talento e dai-o ao que tem dez talentos".

Esta parábola evangélica retrata a figura dos que agem segundo a "prudência da carne", que é uma forma camuflada de pusilanimidade, de covardia e de fuga às responsabilidades e aos deveres impostos por Deus, através da consciência.

Deus é o grande distribuidor dos talentos. Dá a cada um, segundo as suas necessidades e segundo os desígnios de sua Providência. Põe-nos a juro e exige, implacavelmente, a satisfação das obrigações em tempo oportuno. Não tolera, nem suporta, que seus dons sejam desperdiçados ou ocultados. Não pede muito de ninguém: pede tudo de cada um. Na medida do que deu em administração. O óbulo do gasofilácio era tudo o que a viúva possuía. E com êle Deus se contentou. A oferta do Fariseu era apenas o tributo mesquinho de sua vaidade e de sua ostentação. E Deus o rejeitou. Ao servo infiel, ao servo inútil tudo lhe será tirado.

Quem é o servo inútil? É o que tendo recebido muito ou pouco não retribui na medida do que recebera. É o que retira do talento a sua fecundidade para afogá-lo no seio da terra do egoísmo, do comodismo, do conformismo, da fuga.

Servo inútil é o que deixa escorrer na ociosidade aviltante a seiva redentora do tempo, passando pelos campos da vida como as nuvens sôbre a superfície das águas.

Servo inútil é o que tranca o seu coração a sete chaves, sem profundir os tesouros de bondade e de amor que Deus deposita nos misteriosos abismos do ser humano. É o que não tem olhos de ver, nem ouvidos de ouvir e permanece indiferente a tudo e distante dos irmãos que sofrem e que imploram presença e afeto. É o que deixa as mãos, feitas para as divinas semeaduras, se amarrarem às frias colunas do egoísmo. É o que crava ao chão árido pés destinados a evangelizar a paz e o bem, pés que temendo a fadiga e os espinhos das estradas difíceis, mas necessárias, preferem a macia e cômoda inércia, onde a vida escorre mole e vazia.

Servo inútil é a figueira de verdes e frondosas ramagens, mas que não soube dar fruto em tempo oportuno. Por isso mesmo, recebeu a maldição de Deus.

Ah! pensar que as nossas mãos perdulárias nos podem estar preparando a ignomínia do repúdio de Deus!

A POSSE E O USO DO DINHEIRO

O dinheiro faz parte dos chamados valores de troca ou das riquezas artificiais. A sua função e a de outros valores semelhantes é de facilitar o intercâmbio das riquezas naturais. Tôda a terra foi criada para o homem, a fim de que dela usufruisse para o seu sustento. Depois do pe-

cado de Adão, o homem foi condenado a pagar o preço do trabalho pelo pão que lhe pudesse oferecer uma terra já então hostil e rebelada.

O dinheiro, nas suas formas mais variadas, foi inventado pelo homem, que lhe atribuiu valores convencionais, a fim de permitir a cada um a aquisição dos bens indispensáveis à vida.

A terra e tudo o que nela reside existem em função do homem e da comunidade humana. Não são homens donos da terra, senão usufrutuários de bens que a todos se destinam. Não é, entretanto, possível que o homem use desses bens, sem dêles se apropriar, destinando-se a seu uso exclusivo. A própria noção de consumo dá a idéia de incorporação e, portanto, de apropriação. O destino das riquezas do universo para o uso de todos não só não exclui, mas exige que cada um se aproprie do necessário ao seu sustento e às demais necessidades de uma vida dignamente humana.

O Cristianismo longe de ser contrário à posse e ao uso das riquezas, no caso concreto, do dinheiro, exige apenas que não se lhe retire a função social, nem se êle despoje da fecundidade que lhe é própria.

Pio XI costumava dizer: "O dinheiro é um ótimo escravo, mas é um péssimo patrão". E o Evangelho possui palavras de dura condenação para os que fazem das riquezas um fim e não um meio ao qual se subordinam os supremos valores da vida humana.

O moço rico se entristeceu, quando Jesus o aconselhou a vender tudo o que possuía, para seguí-lo, e assim ganhar a vida eterna. A figura do rico avarento é a imagem perfeita do homem que encalhou o coração entre os arrecifes de ouro e de prata de sua arca. O Bezerro de Ouro é um deus a que nunca faltaram adoradores fiéis.

Entretanto, bem-aventurados são os pobres de espírito — os que tendo tudo é como se não tivessem nada. Os que, possuindo os bens da terra, que os ladrões roubam, a traça devora e o tempo corrói, põem-nos a serviço de bens imperecíveis. Os que descobriram, com o Apóstolo São Paulo, que "tudo é vosso, vós, porém, sois de Deus".

"Meus filhos, disse Jesus, como é difícil àqueles que se comprazem em suas riquezas, entrar no reino de Deus!"

"Quem poderá então salvar-se?" perguntaram os Apóstolos.

E Jesus: "Aos homens isto parece impossível, mas a Deus tudo é possível".

É um pêso tão grande a riqueza, é um fardo tão pesado que Jesus estimou ser mais fácil a um camelo passar pelo fundo de uma agulha do que a um rico entrar no Reino do Céu. Não se redime o rico, se antes não redimir o seu dinheiro. E como redimí-lo, senão pela posse justa e pelo uso adequado? Quanta cédula e quanta moeda clamam vingança a Deus, porque manchadas de sangue, porque maculadas pela injustiça, porque banhadas em lágrimas de desespero! Quanto palácio construído à custa de choupanas úmidas, insalubres e esquálidas! Quantas mesas opulentas existem, graças ao fogo apagado e aos pratos vazios, que garantem a continuidade da fome do pobre! O que sobra ao rico, é exatamente o que falta ao pobre. Se não sobrasse a uns, não faltaria a tantos. Como, se não faltasse a tantos, não sobraria a tão poucos.

Para que o dinheiro não queime as mãos dos que o possuem em abundância, é preciso fazer dêle um escravo obediente e não um patrão avassalador.

Do contrário, permanecerá sempre o problema de fazer passar o camelo pelo fundo de uma agulha...

A CASA PRÓPRIA COMO UM DOS ELEMENTOS PARA A INSTAURAÇÃO MORAL E CRISTÃ DA FAMÍLIA

Jesus um dia lamentou: "As aves do céu possuem seus ninhos e as feras a suas furnas, mas o Filho do Homem não tem onde repousar a cabeça". Era uma alusão ao abandono e à solidão a que O condenaram no alto da Cruz. As aves do céu possuem ninhos onde abrigam os seus

filhotes, e os galhos das árvores os acolhem para a ternura dos doces aconchegos e para a música das madrugadas e dos crepúsculos.

Os rios e os oceanos são a morada dos peixes.

As florestas e os desertos abrigam a fúria das feras.

Os répteis encontram repouso e esconderijo nos charcos.

O que dependia de Deus foi dado a tôdas as criaturas e, em primeiro lugar, ao homem, glória e coroa dos seres criados. Mas, o que depende dos homens, êles o negam a seus irmãos, através do abuso, da cupidez, dos incontrolados apetites com que se atiram a devorar um patrimônio, que é comum e, por isso, não pode frutificar apenas em favor de uns poucos. De uns poucos que usurpam como privilégio o que é de direito natural, primordial e inalienável, de todos. Uma organização social e econômica anti-humana e, por isso mesmo, anti-cristã, nega, hoje, à maioria dos homens o que nem às aves do céu, nem às feras do deserto, nem aos peixes dos mares é negado: o direito de possuir um teto, onde germina para as alegrias do amor, e no amor realiza a sua missão social e sobrenatural, a célula da comunidade humana.

Empilhados nos cortiços ou arquivados nos ásperos arquivos dos arranha-céus, sem luz, sem calor, sem um mínimo de higiene e de conforto, sem espaço para locomoção, na mais desumana promiscuidade, sacrificando a maior parte ou a sua quase totalidade dos minguados salários, como poderão ser fecundas as famílias, como poderão crescer saudios os filhos, que porventura vierem, como poderão adquirir virtudes morais, onde o meio, a promiscuidade, os exemplos de vícios de toda ordem fazem desencadear a tempestade dos instintos, insuflada e alimentada pela revolta e pelo ódio contra uma sociedade que não protege, mas asfixia o homem?

Dois direitos ninguém poderia tirar ou dificultar a ninguém: o direito a um teto para abrigar-se, enquanto vive, e o direito a sete palmos de terra para o derradeiro repouso do corpo adormecido pela morte. Pois já os cemitérios — pelo menos aqui, nesta "Paulicéia desvairada" — entraram também na esfera da especulação. Já se cobra aos vivos o preço — e que preço! — pela morte de seus mortos. Ao lado da tola vaidade e do mau gosto dos túmulos, onde a piedade e a saudade muitas vêzes, e a vaidade, quase sempre, enfeitam a morte com o vazio de vidas estéreis, já se alinham os cortiços dos mortos. Dos mortos, que nada tendo recebido da vida são obrigados, no fim, a pagar-lhe ao menos o preço de sua definitiva ausência. Enquanto isso, se especula sobre o metro quadrado de terra, empurrando-se os homens para a promiscuidade dos morros ou para o cimo dos arranha-céus. Talvez assim tenham a impressão de que a sociedade os conduz para o alto, quando na realidade os rebaixa a um nível inferior ao dos próprios animais.

Até quando ou até que ponto chegará o desatino de uma sociedade que diviniza a máquina e mecaniza o homem? De uma sociedade que se destrói com as próprias mãos, destruindo no homem a confiança, a esperança, a própria vida? De uma sociedade que nega ao homem os meios mais elementares para sobreviver com decência e dignidade?

As aves do céu possuem seus ninhos e os filhos dos homens não possuem um teto onde repousar seus membros cansados e viver seus sonhos de amor.

A AUSÊNCIA DE TESTEMUNHO SOCIAL DOS CRISTÃOS É A CAUSA DOS MALES SOCIAIS

O cristão é o sal da terra e a luz do mundo. Que será do sal (e, em consequência, da terra), se perder a sua virtude de salgar, de preservar, de conservar. Que vale o candieiro, se sua luz se ocultar e não espancar as trevas, que povoam a noite de fantasmas e matam para os olhos o milagre das formas? O sal preserva da corrupção e a luz preserva da ignorância. Mas o cristão é também fermento na massa ainda

não corrompida, e, que, entretanto, não atingiu a plenitude das suas dimensões. De que vale, porém, o fermento, se permanece ausente e distante da massa que precisa ser levedada?

“Eu vos envio como cordeiro entre lobos. O mundo vos odeia. Se assim procedem com o ramo verde, que não farão com os ramos secos? Eles não são do mundo, como nem eu pertença ao mundo... Como Tu (ó Pai) me enviaste ao mundo, assim Eu também os envio ao mundo. Por eles Eu me sacrifico, a fim de que eles também sejam imolados pela verdade”. São palavras de Cristo. E se referem à honestidade com que o mundo receberia os seus discípulos de todos os tempos. E, no entanto, os envia para que dêem testemunho d’Ele “na Judéia, na Galiléia, na Samaria, até os últimos confins da terra”.

O testemunho do cristão consiste na sua presença viva e atuante no meio do mundo, no coração da massa humana, onde quer que um coração humano reclame soluções, no tempo, para problemas que transcendem o tempo e se projetam na Eternidade.

O testemunho do cristão consiste na sua fidelidade à verdade, na sua imolação por ela, segundo a vontade de Cristo manifestada nos últimos instantes de sua vida.

Não há muito, o Santo Padre Pio XII tinha a coragem de lembrar, em palavras, que eram censuras e apêlo, as nossas responsabilidades nas crises que retalham êste pobre mundo mecanizado e sem alma.

O Cristianismo não foi uma revolução. Foi a Revolução. Porque tantos cristãos o vêm traindo, jogando os dados sôbre a túnica inconsútil de Cristo, aos pés da Cruz do mundo; porque tantos cristãos se trançam no castelo fortificado de seu egoísmo e escavam fossos e levantam barreiras que separam e dividem os homens; porque tantos cristãos negam na vida o Evangelho que dizem professar em palavras; porque tantos cristãos deixam cair em terreno sáfaro as sementes que os Sucessores de Pedro vêm lançando desesperadamente num mundo que renega a Cruz de Cristo para sucumbir ao pêso de outras cruces, que não redimem, nem salvam; por isso, foi possível que a bandeira esfarrapada do Cristianismo pudesse carregar nas suas dobras os símbolos do ódio e da destruição.

Quando os comunistas pregam a igualdade e a justiça, foi do Cristianismo que roubaram as palavras e as idéias, para transformá-las, por culpa dos cristãos ausentes, em gazuas que tentam abrir o coração desiludido das massas e lançá-las na aventura do ódio e do sangue.

Que será da massa, se o fermento não atuar em seu seio?

Que será da noite, se a luz que deve iluminá-la fôr colocada debaixo do alqueire?

Que será da carne mortal e cúpida, se o sal perder a sua virtude preservativa?

Nesta hora de pesadelos e de angústia, neste crepúsculo de uma civilização que ameaça enterrar-se no esplêndido mausoléu que ela construiu para o homem, a mesma Voz que feriu Saulo de Tarso na estrada de Damasco, que embargou os passos a Pedro fugitivo na Via Ápia, poderá interrogar-nos: “Sentinela, que é que se passa dentro da noite?” Que Lhe responderemos nós?

O ABUSO DO PODER ECONÔMICO É UMA DAS CAUSAS DOS MALES SOCIAIS

O dinheiro é um dos mitos e dos ídolos mais adorados no mundo moderno. É a chave que abre quase tôdas as portas. É o título de nobreza, de honra e de glória. A sua posse substitui cultura, virtude, honra, dignidade. O dinheiro faz governos e depõe governos. Faz guerra e compra a paz que é compasso de espera entre duas sangueiras. Mas, principalmente, o dinheiro humilha o homem e fabrica miséria.

O mundo gira de tal modo sôbre o eixo das riquezas mal adquiridas ou mal usadas, que o comunismo quer atribuir a um determinismo das forças econômicas tôda a realidade social.

São Jerônimo e São João Crisóstomo têm palavras que são chicotadas no rosto do rico, cuja fortuna, ou tem origem inconfessável, ou é prodigada no supérfluo, no luxo, num insulto ostensivo ao pobre e ao miserável, ao invés de servir para minorar a pobreza e destruir a miséria.

“Não tenho o intuito de afirmar que a riqueza seja um pecado — diz São João Crisóstomo —; o pecado está em negar-se em distribuí-la entre os pobres, e em fazer dela uso condenável... As riquezas não representam um mal em si; o mal é essa estreiteza de espírito que faz da riqueza miséria... Recebestes a fortuna em maior abundância que os demais; isso, não para que dela vos aproveiteis egoisticamente, mas para que a administreis em benefício dos outros... Se (o rico) retira para seu proveito mais do que o necessário, está destinado a padecer cruéis suplícios na outra vida; seus bens não lhe pertencem exclusivamente, são propriedade comum de seus irmãos em Cristo... Não digais, portanto; gasto o que é meu, gozo do que me pertence. Na verdade, não pertence a vós, mas aos outros; e isso com a vossa aprovação, pois que a vontade de Deus seria que os bens que vos confiou para vossos irmãos se tornassem verdadeiramente vossos...”

A doutrina do Evangelho sôbre as riquezas é clara e explícita. É mais fácil a um camelo passar pelo fundo de uma agulha do que a um rico entrar no Reino do Céu. Difícil, mas não impossível. Nosso Senhor ao proclamar bem-aventurados os pobres de espírito, proclamou a bem-aventurança do rico, para o qual a riqueza não é um meio de gozo e ilícito, nem um instrumento de opressão, mas uma fonte geradora de prosperidade social.

O capitalismo desvairado, que mergulha as mãos nas fontes da corrupção, que explora os bens mais sagrados do pobre — o suor e a vida —, que nada em ouro para que o pobre se atole na miséria, é o gerador mais fecundo da justa revolta, dos desajustes sociais, do comunismo ateu e anti-humano que estimula, consciente ou inconscientemente.

Como podem acreditar no amor, na solidariedade humana, na democracia, aquêles que, vítimas da inconsciência, da injustiça e da opressão do poder econômico, encontram no ódio a única válvula de escape para a revolta, a amargura e o desespero?

Falai de democracia a quem tem fome e o estareis convidando a engrossar as fileiras da revolução.

É preciso ter a coragem de afirmar que o comunismo não é causa, mas efeito do criminoso abuso que tantos cristãos fazem das suas riquezas.

O PAPEL E A RESPONSABILIDADE DE CADA UM, EM FACE DOS MEIOS DE DIFUSÃO DO PENSAMENTO

“O que eu vos digo nas trevas, dizei-o às claras; e o que vos é dito ao ouvido, pregai sôbre os telhados”, disse Jesus.

A verdade tem inalienáveis direitos de cidadania no mundo. Amável ou acre, é preciso dizê-lo sempre e em tôda parte. Nos telhados para que ninguém se furte a ouvi-la e para que seus pregadores vistos por todos não fujam ao testemunho que ela exige deles.

Todos os meios de difusão da palavra escrita ou falada, inventados pelo gênio do homem, foram postos por Deus à sua disposição para que a verdade seja difundida e semeada no rumo dos quatro ventos.

Imprensa, rádio, televisão, cinema, — de mão em mão, de ouvido em ouvido, de olhos em olhos, — percorrem o mundo, galgam montanhas, galopam sôbre os oceanos, se entrecruzam nos ares, como porta-

dores e mensageiros de palavras e de imagem, que podem enriquecer os espíritos e ajudá-los a atingir a plenitude da perfeição como podem semear as sementes da corrupção moral, das agitações sociais, das guerras fratricidas.

Não se podem transformar em meras emprêsas comerciais, meios que implica, numa tamanha responsabilidade em relação ao bem comum de um povo. São êles antenas sempre voltadas para a realidade social e, por isso, porta-voz dos anseios comuns. São as janelas abertas pelas quais um povo se contempla e contempla a sua paisagem humana. Mas são também guias e orientadores dos que, por si mesmos, não se podem guiar nem orientar, e recorrem aos meios que mais facilmente lhes chegam às mãos ou aos olhos.

Já não há barreiras nem fronteiras para as imponderáveis ondas do éter. Não se podem furtar os lares aos seus efeitos benéficos, como não há paredes nem grades capazes de impedir o assalto e a pilhagem dos valores e das virtudes a que, porventura, êles se decidam.

Uma sociedade cristã, ou que aspira integrar-se nos valores cristãos, não pode permitir que a pregação feita, não já sôbre os telhados de suas casas, mas dentro do próprio recinto de seus lares, seja de molde a rasgar para a sua juventude as cômodas, às vêzes, mas sempre trágicas estradas do repúdio e do desprezo dos únicos valores que sustentam a dignidade do homem e fazem a felicidade das Pátrias.

Pio XI, na Encíclica "Vigilanti Cura" e Pio XII, em reiterados pronunciamentos, têm posto em relêvo a suma importância dos meios modernos de difusão do pensamento e a profunda influência exercida por êles em tôdas as camadas da sociedade. Os cristãos não têm o direito de permitir que a sua poderosa capacidade de penetração e de atração se ponha a serviço de desintegração da Cristandade, ao invés de ser usada como um dos mais eficientes portadores do Evangelho.

Mais do que nunca, a um mundo torturado e disperso, dividido e angustiado, é preciso que se pregue o Evangelho, não apenas no recinto limitado das igrejas, mas sôbre os telhados das casas dos homens.

É preciso gritar aos homens do século trágico, da amplidão dos telhados do mundo: "Há vinte séculos estou no meio de vós e vós ainda não me conheceis!"

A RESPONSABILIDADE DA FAMÍLIA E DA ESCOLA

Família e escola são duas realidades que se completam. A família é a primeira escola e a escola é o prolongamento da família. Uma não dispensa a outra nem uma se substitui à outra. Uma escola que se pusesse contra os inalienáveis direitos da família, trairia a sua missão, destruindo nos seus bancos o que a família, a custo, depositou na alma da criança. Uma família, que esperasse tudo da escola e se furtasse ao primeiro e mais duro trabalho de formação e desenvolvimento da personalidade infantil, retiraria à escola a maior parte das chances de vir a cumprir o seu dever.

Pais e mestres têm nas mãos os destinos do mundo. Ao Estado cabe garantir-lhe o exercício de seus direitos e os meios para que possam realizar a sua missão natural.

A escola — em todos os seus níveis — se se limitasse a instruir, a transmitir uma pletora de conhecimentos, mas desprezasse a função de formar o homem, seria uma escola falha.

A educação, no seu sentido mais profundo, é missão da família e da escola. Educar é tirar de dentro para fora. É descobrir as virtualidades do ser humano e acalentá-las e cercá-las do carinho, do tato, dos recursos indispensáveis, como se faz às sementes, a fim de que a criança seja permitido realizar-se e vir a cumprir o seu destino de homem.

O educador não é um escultor que desbasta um bloco de granito, áspero e agressivo e nêle infunde as formas preexistentes na sua mente

criadora. Ele é como o jardineiro e o agricultor: apanha com humildade e com respeito a semente de homem que já contém no seu frágil invólucro toda a potência que precisa ser transformada em ato e sobre ela se dobra com inteligência e com amor, a fim de ajudá-la a crescer em "estatura, idade, sabedoria e graça".

A criança é uma esperança. A mais bela forma de esperança. A inteligência e o coração dos pais e dos mestres cabe a missão de não permitir que seja apenas uma esperança.

Famílias, onde o calor dos corações já não aquece, porque o gelo do egoísmo o neutralizou; escolas transformadas em máquinas de diplomas ou na fábrica mecanizada de técnicos distantes das pulsações da vida, são instituições falidas, são germes de desagregação da comunidade humana.

Educar é difícil e exige uma longa paciência, porque se trata de colaborar na formação de homens e não na construção de "robots". Nem a família nem a escola estão dispensadas dessa paciência que tanto se assemelha à paciência de Deus.

O LÍDER E A REFORMA DOS COSTUMES E DAS INSTITUIÇÕES

O líder é, por direito de natureza e de eleição, o guia da comunidade. Ninguém é líder sem ter nascido para isso. Um complexo de qualidades naturais desenvolvidas e aprimoradas acaba por levar o homem às culminâncias da chefia. A história da humanidade está repleta dessas figuras de homens-condutores de povos, saídos muitas vezes do nada e das esferas sociais mais humildes e guindados pelo próprio esforço e pelo auxílio das circunstâncias, que eles sabem explorar em seu favor, às posições mais destacadas. Alguns levaram seus povos à prosperidade, à riqueza, à paz. Muitos, quiçá a maioria, conduziram-nos às piores catástrofes.

Não porque lhes faltasse qualidades para conduzir os povos pelos caminhos do progresso e do bem, mas porque se deixaram dominar pela ambição e arrastar pela vertigem das alturas.

A única forma aceitável de liderança é a do serviço em benefício da comunidade. "... O maior dentre vós seja como o mais pequenino" — disse Jesus aos Apóstolos que disputavam os melhores lugares à mesa. "O que comanda seja como o que serve".

A ambição desmedida esteriliza a capacidade das boas obras. "De que vale ao homem ganhar o mundo inteiro, se vier a perder a sua alma?"

Por outro lado, se o grão de trigo, caindo na terra, não morrer, como poderá frutificar? Quem governa vive num clima de renúncia e de sacrifício, pois as honras só se entendem na proporção dos ônus, que as justificam.

O líder, entretanto, não é apenas o que governa. É quem, de qualquer maneira, exerce influência sobre o seu meio e, de qualquer modo, o orienta e conduz.

Maquiavel pedia dos líderes a aparência da virtude. O Cristianismo lhes pede a prática efetiva do bem para que os súditos e os comandados encontrem neles o espelho em que se possam mirar. Como se poderia exigir do homem comum a prática da virtude, o respeito às leis, a probidade e a honra, se seus chefes, se os homens a quem reconhecem como guias, se colocam acima do direito, violando as leis de Deus e as leis por eles mesmos promulgadas? Como pretender intuições sadias e, solidamente estruturadas, se os líderes, traíndo a sua missão, assentam o seu prestígio sobre a mentira e a rapina, sobre a corrupção e a fraude?

O que se pede ao líder é a capacidade de renúncia, é a humildade de servir, é o combate à tentação de se transformar em meio, em chefe carismático, em homem providencial.

O Papa se atribuiu o título de "Servo dos Servos de Deus". Não é outra coisa o líder cômico das suas responsabilidades.

Cristo, que veio "para servir e não para ser servido" derramou o Seu sangue para que o sangue dos homens fôsse economizado e fez uma causticante comparação entre o bom pastor (o que conhece as suas ovelhas e as ama e dá a vida por elas) e o mercenário (o que não serve ao rebanho, mas dêle se serve e, por isso, não é pastor).

O mundo precisa de líderes que o ajudem a redescobrir os perdidos caminhos da paz e da fraternidade. Só a Cristandade os poderá plasmar.

Nós que, sem compromissos políticos ou ambições de mando, aí nos congregamos para cultivar o estudo da História, e dêle induzir lições que aproveitem à Pátria, aproveitemo-nos dessa solene oportunidade, em que o grande livro está em repouso, para fazer uma exoração a quantos nos ouvirem ou lerem.

De tôdas as torturas e dores que no **Pandemonium**, de Milton, pudessem torvar-me o ânimo, nenhuma delas equivaleria a esta dupla pena moral, que fundamente me fere o sentimento do patriotismo: o modo como é o Brasil conhecido no estrangeiro, o modo como estamos hoje conduzindo a nossa estremecida Pátria.

Ah, senhores meus! Não é curta a linha que tenho percorrido em viagens e estudos, e quantas, quantas vêzes o sangue da indignação não se me borbulhou nas veias, ao ouvir ler as mais estólicas referências ao nosso amado Brasil, ao ver quão grosseiramente é êle ignorado!

Tolerai que aqui deixe registradas algumas dessas provas da nossa pequenez política, ou melhor, da crassa ignorância alheia.

Já o Dr. João Monteiro, no seu grande trabalho **Da Universalização do Direito**, refere a necessidade daquêle banqueiro de Alexandria, que, em Nápoles, ao lhe dizer que era do Brasil, anunciou lhe parecer que **tão cedo não teríamos o canal do Panamá!** Igual a esta, só a parvoíce de um vienense, que em Karlsbad, à notícia do medonho naufrágio do "La Bourgogne", em viagem, em 1898, de Nova York ao Havre, disse-lhe sorrindo: E o senhor de que escapou! — Como assim? Volveu, sem o ter compreendido, aquêle ilustre homem de lêtas. — Sim; e se tivesse vindo do Brasil naquele vapor?!

Algures já também lembrei uma página do aliás sábio Alfonso de Candole, no seu livro **Histoire des sciences et de savants depuis deux siècles**. Depois de indicar que, nos países vizinhos do Equador, acanhado é o desenvolvimento intelectual, quase nula a cultura das ciências, a qual, afirma êle, somente na Europa e na América do Norte teve êxito, acrescentou que felizmente no Brasil se deu brilhante exceção na pessoa do nosso último imperador. Eis aí D. Pedro II era o único sábio desta terra prodigiosa.

Não admira, pois, há sessenta e sete anos apenas, o editor Souflot, de Paris, perguntava, admirado, ao já citado dr. João Monteiro: Pois no Brasil já há academias?! E no entanto aquela casa sustentava continuamente, e de muitos anos, comércio de livros de ciência com as nossas principais cidades.

Certa feita, na formosa cidade Walter Scott, perguntou-lhe famoso advogado do tribunal de Edimburgo se no Brasil havia juizes. "Onde vistes — perguntou-lhe o Dr. João Monteiro — nos vossos estudos da história do direito, povo sem juizes?" Êle corou, gaguejou uma réplica, que não saiu à luz, e pretextando trabalho urgente, lá se foi para a sala da **Advocat's library**, não sem deixar êsse talentoso brasileiro, como confissão de uma consciência pouco instruída, mas honesta, estas palavras: "**You are right, very right!** — Tem o senhor razão, muita razão!

Outro ilustre escritor, seu contemporâneo, Leroy-Beaulieu, em seus estudos sôbre o **Estado moderno e suas funções**, ensinava que o regimen florestal no Brasil, como no Canadá e na Austrália, por causa, principalmente das corporações religiosas e dos prejuizos nobiliários, estava entregue às mãos do Estado!

Vêde agora esta monstruosidade **of our dear friends** da República dos Estados Unidos da América do Norte. Em uma das mais modernas obras da literatura científica, de então, a **Cyclopoedia of Political Science**, de Lalor, editada em 1895, seis anos depois do nosso 89, em todo o artigo sôbre o Brasil, artigo de dez cerradas colunas, nem uma palavra só que indique a nossa condição política atual. Pois se o artigo começa dizendo que **êste império sul-americano é de ontem!**

Ao lado disto, só aquêle compêndio de **História do Brasil**, de Malvino Reis, que começa assim: A República dos Estados Unidos do Brasil foi descoberta em 1500 por Pedro Álvares Cabral!!!

Eis aí o que sabem de nós, ainda hoje. Como nos livros dos antigos, em que o mundo tinha por âmbito os tratados de Aristóteles e a cosmografia de Ptolomeu era o próprio criador do cosmos, sabem tanto do que somos quanto então fôra possível que nos conhecessem.

Revoltemo-nos contra tão cruel injustiça; e hasteando o pendão de um partido novo, o partido da Pátria, vamos em resoluta cruzada contra os modernos muçulmanos nossos detratores, e faremos o Brasil se sentar à mesa das nações civilizadas. Não há mister que dilatemos os marcos extremos de nossa existência geográfica, como, para vergonha do Direito Internacional, fizeram inglêes e norte-americanos. Seja nosso único anseio iluminar deslumbradoramente a nossa história moral, fazendo-nos infatigáveis na ilustre empresa de recompor esta República, que nasceu aplaudida pelas adesões de quase todos, e é hoje lapidada por muitos a quem ela acolheu e afortunou.

Para tanto, mais não é preciso do que êste facilimo movimento: nos coordenarmos, indissolúvelmente como escrevi algures, "na cultura do Direito, que é o único modo de ser fisiológico das sociedades honestas; no culto à Honra, que é o único ambiente a que se adapta o Direito; no exercício da simpatia, essa doce afinidade que deleita o humor, encanta a existência, cura as contrariedades, êsse morbo do espírito, e faz do homem o único ser amável da escala zoológica; finalmente na defesa da República, que é hoje a Pátria, o brio e a dignidade nacional.

Só assim não morrerá por completo a seiva nos amados seios desta estremecida terra de nossos avós, até ontem pomposo alcáçar da paz, na liberdade; da segurança, no Direito; da ordem, na Fraternidade; da alegria, na Esperança de um porvir que assombrava pelo brilho de uma luz solar sem igual no mundo pelos prodígios das inexauríveis forças da mais fértil natureza conhecida, pelas abundâncias creseanas do mais largo crédito econômico. Morte às dissensões egoísticas, vida às convergências produtivas.

Pouco importam os golpes que se vibram nos quædros das organizações seculares do universo e os novos pensamentos que, principalmente a Segunda Grande Guerra fêz flutuar nos ímpetos de um furação geral.

A verdade, como diz Alencar, filha do Céu, é como a luz que nunca se apaga; no seio da escuridão mais densa jaz a centelha que afinal propaga a chama.

A confusão dos espíritos não altera os planos da Providência, posto que nos sentimos todos perplexos no turbilhão que redemoinha em torno de nós.

A guerra sacudiu o cérebro e o coração em todos os setores da atividade humana.

Nas belas artes o cubismo, o futurismo, o dadaismo têm procurado um trono sôbre os destroços do gênio e do bom gosto.

Na pintura, a perfeição do desenho, a harmonia das linhas, o vigor do colorido, a delicadeza das concepções, o equilíbrio do conjunto, a riqueza infinita do pincel de um Rafael, tudo esbarrondado pela escopeta dos cubistas. Na poesia, o estro de Homero, Virgílio, Dante, Milton, Camões, Castro Alves, Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, ensombrado pelos futuristas e dadaístas. Na música, as delícias e sublimidade dos compassos de Rossini, Donizetti, Verdi, Gounod, Strauss, Carlos Go-

mes, abafadas pela ciência dos que imaginam que para as composições basta conhecer as regras do contraponto e harmonia, como para a poesia é suficiente aprender a métrica, sem o fogo sagrado da inspiração. Assim na escultura, na arquitetura, na eloquência, e na própria corografia, em que os enlevos e modéstia dos cantos e figuras de outrora cedem o passo às algazaras e maluquice do jazz-band e aos histéricos galopes dos cordões.

Nas ciências políticas, as mesmas drásticas metamorfoses.

Reorganizaram-se várias Nações sob um tipo novo de constituição. Embora desde as priscas eras tenham os estadistas e pensadores procurado travar o organismo do Estado ao sopro dos ditames da razão e da experiência, havendo mesmo neste sentido inúmeros tratados, alguns dos quais retroagindo aos primeiros filósofos gregos, fala-se em racionalizar os aparelhos e serviços públicos, como se se tratara de grande novidade. Os neófitos da governança impam de sabedoria e mistério quando matelam a palavra racionalização.

Apregoa-se o predomínio dos técnicos, a escola da tecnocracia. Conquanto não seja senão a habilidade na escolha dos meios e modo de empregar-los no desempenho de um mister, a destreza e jeito no exercício de uma profissão, um dom e qualidade que realça o profissional entre os pares de qualquer profissão, e não uma arte autônoma, constituindo disciplina à parte, desligada da idéia de outro ofício; sem embargo de tudo isso, os técnicos é que devem ser os mentores dos povos e dos interesses coletivos.

Mudou-se o cenário; é possível que se haja mudado para melhor.

Vejo que uma torrente de entusiasmo olha para o panorama hodierno, pasmados e embevecidos, à imagem e semelhança daquelas figuras graves a contemplarem as maravilhas do mundo através da lanterna mágica de Floriano.

Lamento não poder compreendê-los, nem a êles nem às maravilhas. Fraqueza de minha inteligência e do meu senso estético. Sempre entendo que a mentalidade de uma Nação se forma nas profundezas das camadas populares, paulatinamente, através de seu gênio, de suas tendências, de sua cultura, de seus grandes homens, de seus tempos, de sua vida, de sua história e que, em pequena escala, segue o mesmo processo a mentalidade do indivíduo, na sua categoria de nômade ou microcosmo na gama da Criação. De sorte que quando oiço falar em mentalidade nova, fico atrapalhado, tão atrapalhado que não sei mesmo onde colocar o objetivo e se devo dizer nova mentalidade ou mentalidade nova.

Quando Deus fez o homem à Sua imagem e conforme a Sua semelhança, para que dominasse sobre os peixes do mar e sobre as aves do céu e sobre a Terra, dotou-o de um dedo singularíssimo, oposto aos outros, o polegar. E foi o polegar que tornou as mãos do homem perfeito instrumento de apreensão, capaz de fazer coisas verdadeiramente maravilhosas, impossíveis aos outros animais.

Graças ao polegar, o homem descobriu que poderia multiplicar a força das suas mãos usando um simples pedaço de pau ou uma pedra.

Surgiu, assim, o primeiro martelo.

A história das mãos do homem é a história da inventiva humana, o que equivale a dizer do progresso.

Com as mãos obedecendo ao cérebro e o cérebro ao comando das suas necessidades, o homem trançou a primeira corda, modelou o vaso em argila tenra, executou a alavanca que lhe permitiu erigir as pirâmides, os dólmens e as gigantescas colunas e peças de granito dos palácios de reis e faraós. E fez cestos e aquedutos e moinhos e vidros e castelos pitorescos e plantou árvores e semeou trigais.

Mas as mãos podem fazer muitas outras coisas, além de segurar, levantar, puxar e bater.

Por isso, a inteligência do homem com os instrumentos de que dispunha — faca de pedra, pontas de lanças ou de flechas, ossos e chifres

— riscou, um dia, nas paredes das cavernas, fatos que não queria esquecer ou que desejava fossem conhecidos pelas gerações seguintes. Esta foi a primeira linguagem escrita, a **escrita figurada**, porque se vale da representação pura e simples dos objetos e dos animais, de acôrdo com a maneira de sentir do homem primitivo.

Depois veio a escrita simbólica ou ideográfica, com a representação de idéias por meio de objetivos desenhados. Finalmente, Moisés, a maior figura do Antigo Testamento, guia dos hebreus na volta do Egito, para a conquista de Canaã, apresentou aos homens as Tábuas da Lei, grafadas no Monte Sinai, 1491 anos antes da vinda de Jesus Cristo.

Um arqueólogo inglês, J. L. Starkey, que encontrou valiosos achados no outeiro de Tel Duwier, na Palestina, afirmou "A mais antiga forma de grafia articulada foi encontrada na península de Sinai, na Arábia, entre os golfos de Suez e de Akabah".

A antiguidade do articulador da linguagem não pode acarretar quaisquer dúvidas. Ele é 300 anos mais velho do que Sanconatibão, o primeiro dos fenícios, precedeu a Homero em 500 anos, a Confúcio em 1000, e a Heródoto em 1240.

As mãos do homem, que caminharam da escrita figurada à representação do som, por meio de caracteres especiais, as letras, aprenderam, desde os albores do mundo, que todo pensamento digno de eternidade deve ser transportado para a pedra. Daí a constante expressão artística da arquitetura, o valor íntimo das catedrais da Idade Média, cujos lavôres perdem para a majestade nua das aves, onde estão consubstanciadas a idéia de Deus e a disciplina da Sua Igreja; daí o impacto emocional que sentimos ao adentrar São Pedro, de Roma, registro inalterável da seiva, da força, da originalidade criadora de Miguel Ângelo — artista a serviço do Senhor.

A arquitetura religiosa é uma síntese de tôdas as artes: é o verbo escrito em pedra; é o pensamento humano, voltado para o Criador, e que se faz monumento; é a pintura que lhe ilumina os vitrais; é a escultura que lhe faz a estatuária e lhe cinzela os detalhes; é a poesia que se faz hinos cristãos; é a música que nasce dos seus órgãos, que salta dos seus bronzes em homenagens de Paz e de Esperança.

Nem sempre, porém, as mãos do homem trabalham a seara de Deus. Muitas vêzes estiveram completamente voltadas para a impiedade. E aguçaram pontas de lanças e afiaram, com ódio fraticida, gumes de espadas e ergueram tôrres em lugares altos, topos de montanha ou blocos de rochedo, para assim dificultarem o assalto dos seus inimigos e resguardadamente oprimirem os seus semelhantes.

Houve, contudo, uma tórre que teve significação ainda pior do que a guerra entre os homens: a Tórre de Babel, tentativa arrogante da vaidade humana para atingir os céus. Deus aniquilou, por meio da confusão das línguas, êsse insensato.

Não se entendendo, os homens se dispersaram em diferentes direções e nesse momento é que se processou a separação dos descendentes de Noé.

A Tórre Antônia ficava do lado norte de Jerusalém; construída sôbre altas rocas, dominava a área do Templo. Era composta de numerosas construções, entre as quais as casernas, e dispunha de bom espaço para o exercício dos legionários, de um ginásio e piscina de banho. Ao centro ficava a cidadela, com as suas quatro tôrres. A Tórre Antônia, que exprimia o poder romano sôbre a cidade do Grande Rei, foi a tórre da traição, porque ali se consumou o maior de todos os crimes, a entrega de Jesus ao Sinédrio. Lavando as mãos, na segurança da sua Tórre Antônia, o procurador romano da Judéia, Pôncio Pilatos foi cúmplice no assassinio do Filho do Homem. De onde se depreende que tôda indiferença é cumplicidade...

Modernamente os homens constroem, com as suas mãos, poderosas tôrres metálicas, símbolos do Bem e do Mal. A antena de rádio que re-

cebe e transmite as ondas hertzianas, que serve à navegação do mar e no ar, propaga alegria, cultura e aproxima os povos.

O periscópio de um submarino é o Olho Invisível da morte que faz pontaria, que surpreende inermes criaturas de Deus, que transforma a beleza do mar num lameiro de sangue e de ódio.

A sonda do petróleo é a imagem da cobiça que ateia a cólera no coração dos homens e revive a sanha de Caim.

Em tôdas as épocas, em tôdas as arquiteturas, de madeira, de pedra ou de aço, redonda ou quadrada, grossa ou delgada como um estilete, a tórre aparece com a fôrça de um símbolo.

Pois, senhores meus, nos nossos dias de receio, de luta e incompreensões, esqueçamos todos os nossos temores e as nossas divergências e, animados pela extraordinária crença de verdadeiros idealistas, pugnemos pela difusão da instrução do nosso povo; ergamos, patrioticamente as tórres que simbolizarão a alfabetização da nossa gente. Elas significarão a nossa fé e a nossa religiosidade, sobrepujando o utilitarismo do tempo em que vivemos. Representarão o grande desejo que leva tôdas as almas ao intangível ideal da Suprema Beleza. Derramarão, através da voz cálida e amiga, da sergipana intelectualidade, as mensagens alentadoras da Concórdia e da Esperança nos destinos da Pátria comum.

Com as nossas mãos de intelectuais e católicos, prontas sempre a socorrer os que precisam, mãos que acompanham o Missal, que se entrecruzam em oração, que mergulham em água lustral, que desenharam na frente e no peito o lenho do Sacrifício, que acariciam, que consolam, que perdoam, com essas mãos que Deus nos deu, patrícias ou plebéias, delicadas ou rudes, velhas ou moças, sejamos todos operários da imensa obra da alfabetização da nossa gente. E que êsse movimento parta, continui e percore na Casa maior da sergipana inteligência, a douta e nobilíssima Academia de Lêtras. E quando tivermos contribuído com o nosso esforço, por mais humilde que êle seja, poderemos dizer ao nosso filho, ao nosso irmão, ao nosso vizinho: "Ajudei a extinguir o analfabetismo em nosso Estado. Ajude você também!"

O emblema "Ajudei", numa porta ou numa lapela, significará a cooperação realizada, a despeito das dificuldades presentes, da existência de uma crise moral e espiritual ameaçadora, contra a qual só a fôrça da convicção religiosa, a Fé, poderá resistir. E esta existe, para a maior glória de Deus, de Sergipe e do Brasil.

A unidade da circulação vital, diz Novicow, é o que constitui o indivíduo tanto na biologia como na sociologia. Unamo-nos, todos, sem distinções de partidos, sem antipatias pessoais, sem disparidade de intuits, e sejamos tudo para esta terra, esta Pátria bendita.

Esta é a minha eterna delenda, a constante preocupação do meu espírito diante das aflições atuais da Pátria. Pois que! Digo muitas vêzes a certa misteriosa voz que de dentro de mim mesmo, me interroga: Pois quê! Tanto talento desaproveitado, tanta dedicação posta à margem, tanta vontade, tanta energia, tanto patriotismo, tanta aptidão — tudo isso é esquecido ou negado ou egoisticamente se retrai — e o mar cada vez mais se encapela, o vento cada vez mais desapruma os mastros, a cerração cada vez mais nos tolhe a derrota, ao rouco e contínuo grito da sirena, ao lúgubre incessante badalar do sino, vozes há que não respondem ao desolado ranger do navio, braços que se encolhem, fôrças que se negam, e até, quem sabe? Pétreos corações que se comprazem!

Vamos! Porque tal crime? Ao leme está a mão vigorosa de um dos mais jovens e puros dos propagandistas da República; sua vontade é forte, sua experiência suficientemente adestrada. Confiemos nêle, e vamos todos pedir postos entre a maruja destemida. Naveguemos para o futuro, afrontando resolutamente as tempestades de hoje.

Nada nos apavore ou faça desertar do pôsto que a cada qual fôr designado. Lutemos, lutemos contra qualquer inimigo, seja êsse embora o tenebroso mal de Alepo, a terrível segadora que no Decameron, de

Bocaccio, se chama l'orrida pestillenza, e em *I promessi sposi*, de Manzoni tem o nome de scelerata. Até ela, a tétrica mensageira da morte, há de ser vencida. Lutemos até imitar, se preciso fôr, o obstinado Cinegiro, que na batalha de Maratona, derrotando a frota de Xerxes, deixou-se talhar em pedaços, cortadas uma após a outra, as robustas mãos com que nervosamente segurava navio inimigo, quebrados, um a um, os dentes com que afinal o queria reter ainda. O céu um dia se nos voltará azul e límpido, as ondas alongarão o dorso, submissas, as alvas garças da bonança nos anunciarão, gritando alegres, o almejado pôrto do nossos majestáticos destinos.

Mas, senhores meus, perdoai-me as inocentes críticas e divagações, que me permiti. Jamais hão de esmaecer na memória e no coração a extraordinária homenagem que me tributaram meus eminentes coetâneos.

Desbordando gratidão e alegria, quero formular os augúrios por que as vozes que encham de harmonia e de fama essa Academia de Letras continuem a vibrar para sempre, gloriosas na reminiscência do majestoso e solene Reduto do Saber, rejuvenescidas nos esplendores e opulências dêsse estupendo Templo de Luzes.

Sei do pensamento alegre dos que começam e da esperança que os estimula, como sei da idéia oposta que me absorve e contrista na derradeira estância em que resvalo. Relato-a, e deixo-lhes na mente, ao invés do amanhecer cantante dos seus dias, minha expressão final de boas noites:

Migrar. Fugir o ergástulo do mundo.
Ir-se embora. Deixar o corpo e a vida.
Ser o sol que transmonta e, moribundo,
Geme na queda o adeus da despedida.

Ver a luz apagar-se num segundo
E outra acender-se na mansão florida.
Descer primeiro do coval ao fundo,
Subir depois a esplêndida subida.

Partir. Trocar o grânulo suspenso
Da Terra feia pelo Céu que é lindo.
Morrer para viver! Tanto é o que penso.

E eu possa, então, de espírito mais brando
Fechar os olhos ao que odiei sorrindo,
Abrir os olhos ao que amei chorando.

ORLANDO Álvares de Carvalho de Contreiras e **DAMASCENO**

JENIPAPEIRO

EPIFÂNIO DÓRIA

Tenho pena de ti, jenipapeiro,
por Deus plantado à beira do caminho;
abrigo do sol o forasteiro,
que nem sempre merece o teu carinho.

Mal se levanta o sol alviçareiro,
doirando além o matagal maninho,
e tu, heril e bom jenipapeiro,
frutos espalhas pelo chão vizinho.

E vais assim o bom exemplo dando,
o bem fazendo sem cuidar de ti,
qual mãe ditosa os filhos aleitando...

Planta bendita, meu conselho ouvi,
teme os ingratos que vão proliferando,
como urtigas cruéis ao pé de ti.

Aracaju, 2-9-1957.

MACHADO DE ASSIS

RUI BARBOSA

Designou-me a Academia Brasileira de Letras para vir trazer ao amigo que aqui de nós se despede, para lhe vir trazer, nas suas próprias palavras, num gemido de sua lira, para lhe vir trazer o nosso "coração de companheiros".

Eu quase não sei dizer mais, nem sei que mais se possar dizer, quando as mãos que se apertavam no derradeiro encontro, se separam desta para a outra eternidade. Nunca ergui a voz sobre um túmulo, parecendo-me sempre que o silêncio era a linguagem de nos entendermos com o mistério dos mortos. Só o irresistível de uma vocação como a dos que me chamaram para órgão destes adeuses me abriria a bôca ao pé dêste jazigo, em tôrno do qual, ao movimento das emoções reprimidas se sobrepõe o murmúrio do indizível, a sensação de uma existência cuja corrente se ouvisse cair de uma ou outra bacia, no insondável do tempo, onde se formam do veio das águas sem mancha as rochas de cristal exploradas pela posteridade.

Do que ela se reserva em surpresas, em maravilhas de transparência e sonoridade e beleza na obra de MACHADO DE ASSIS, di-lo-ão outros, hão de o dizer os seus confrades, já o está dizendo a imprensa, e de esperar é que o diga, dias sem conta, derredor do seu nome, da lápide que vai tombar sobre o seu corpo, mas abrir a porta do ingresso da sua imagem na sagração dos incontestados, a admiração, a reminiscência, a mágoa sem cura que lhe sobrevivem. Eu, de mim, porém, não quisera falar senão do seu coração e da sua alma.

Daqui, dêsse abismar-se de ilusões e esperanças que sossobram ao cerrar de cada sepulcro, deixemos passar a glória na sua resplandescência, na sua fascinação, na impetuosidade do seu vôo. Muito ressumbra sempre da nossa debilidade, na altivez do seu surto e na confiança das suas asas. As arrancadas mais altas do

Nota da Redação — Em homenagem ao insigne escritor que foi MACHADO DE ASSIS, cujo cinquentenário de morte se comemora brilhantemente em todo o país, em setembro dêste ano, reproduzimos êsse trecho do discurso de RUI, proferido em 1908, porque de M. DE ASSIS ninguém poderia dizer melhor que o pontífice das nossas letras.

gênio mal se libram nos longes da nossa atmosfera, de tôdas as partes envolvidas e distanciadas pelo infinito. Para se não perder no incomensurável dêste, para avizinhar a terra do firmamento, para desassombrar a impenetrabilidade da morte, não há nada como a bondade. Quando ela, como aqui, se debruça fora de uma campa ainda aberta, já se não cuida que lhe esteja à beira, de guarda, o mais malquisto dos numes no sentimento grego, e os braços de si mesmo se levantam, se estreitam, se abrem, para tomar entre si a visão querida, que se aparta.

Não é o clássico da língua; não é o mestre da frase, não é o árbitro das letras; não é o filósofo do romance; não é o mágico do conto; não é o joalheiro do verso, o exemplar, sem rival entre os contemporâneos, da elegância, do aticismo, e da singeleza no conceber e no dizer; é o que soube viver intensamente da arte sem deixar de ser bom. Nascido com uma destas predestinações sem remédio ao sofrimento, a amargura do seu quinhão nas expiações da nossa herança o não mergulhou no pessimismo dos sombrios, dos mordazes, dos invejosos, dos revoltados. A dor lhe aflorava ligeiramente aos lábios, lhe roçava ao de leve a pena, lhe requemava sem azedume das obras, num ceticismo entremeio de timidez e desconfiança, de indulgência e receio, de quando em quando, sem maldade, por entre as dúvidas e as tristezas do artista. A ironia mesma se desponta, se embebe de suavidade no íntimo dêsse temperamento, cuja compleição, sem desigualdades, sem espinhos, sem asperazas, refratária aos antagonismos e aos conflitos, dir-se-ia emersa das mãos da própria Harmonia, tal qual essas criações da Hélade, que se lavraram para a imortalidade num mármore cujas linhas parecem relevos do ambiente e projeções do céu no meio cenário que as circunda.

Dêste lado moral da sua entidade, quem me dera saber exprimir, neste momento, o que eu desejaria. Das riquezas da sua inspiração na lírica, da sua mestria no estilo, da sua sagacidade na psicologia, do seu mimo na invenção, da sua bonomia no humorismo, do seu nacionalismo na originalidade, da sua lhaneza, tacto e gosto literário, darão testemunho perpétuamente os seus escritos, galeria de obras primas, que não atesta menos de nossa cultura, da independência, da vitalidade e das energias civilizadoras da nossa raça do que uma exposição inteira de tesoiros do solo e produtos mecânicos do trabalho. Mas, nesta hora de entrada ao ignoto, a êste contacto quase direto, quase sensível com a incógnita do problema supremo, renovado com interrogações da nossa ansiedade cada vez que um de nós desaparece na torrente das gerações, não é a ocasião dos cânticos de entusiasmo, dos hinos pela vitória nas porfias do talento. A êste não faltarão comemorações, cujo círculo se alargará com os anos, à medida que o rastro de luz penetrar, pelo futuro além, cada vez mais longe do seu foco. O que se apagaria talvez, se o não colhêssemos logo na memória dos presentes, dos que lhe cultivaram o afeto, dos que lhe seguiram os

dias, dos que lhe escutaram o peito, dos que lhe fecharam os olhos, é o sôpro da sua vida moral. Quando êle se lhe exalou pela última vez, os amigos que lho receberam como derradeiro anélito, contraíram a obrigação de o reter, como se reteria na máxima intensidade de aspirações, para o dar a seguir aos sobreviventes, e dêle impregnar a tradição, que não parece.

Eu não fui dos que o respiraram de perto. Mas homem do meu tempo, não sou estranho às influências do mal e do bem, que lhe perpassam no ar. Numa época de lassidão e de violência, de hostilidade e fraqueza, de agressão e anarquia nas coisas e nas idéias, a sociedade necessita justamente, por se recobrar, de mansidão e energia, de resistência e conciliação. São as virtudes da vontade e as do coração as que salvam nesses transes. Ora, dessas tendências que atraem para a estabilidade, a pacificação e a disciplina, sobram exemplos no tipo desta vida, mal extinta e ainda quente.

Modêlo foi de pureza e correção, temperança e doçura: na família, que a unidade e devoção do seu amor converteu em santuário; na carreira pública, onde se extremou pela fidelidade e pela honra; no sentimento da língua pátria, em que prosava como Luís de Sousa, e cantava como Luís de Camões; na convivência dos seus colegas, dos seus amigos, em que nunca deslizou da modestia, do recato, da tolerância, da gentileza. Era na alma um vaso de amenidade e melancolia. Mas a missão da sua existência, repartida entre o ideal e a rotina, não se lhe cumpriu sem rudeza e sem fel. Contudo, o mesmo cálice da morte, carregado de amargura, lhe não alterou a brandura da têmpera e a serenidade da atitude.

.....

Mestre e companheiro, disse eu que nos íamos despedir. Mas disse mal. A morte não extingue: transforma; não aniquila: renova; não divorcia: aproxima.

Um dia supuseste "morta e separada" o consorte dos teus sonhos e das tuas agonias, que te roubara "por um mundo inteiro no recanto" do teu ninho; e, todavia, nunca ela esteve mais presente, no íntimo de ti mesmo e na expressão do teu canto, no fundo do teu ser e na face das tuas ações. Êsses quatorze versos inimitáveis, em que o enlêvo dos teus discípulos resume o valor de toda uma literatura, eram a aliança de ouro do teu segundo noivado, um anel de outras núpcias, para a vida nova do teu renascimento e da tua glorificação, com a sócia sem nódoa dos teus anos de mocidade e madureza, da florescência e justificação de tua alma.

Para os eleitos do mundo das idéias a miséria está na decadência, e não na morte. A nobreza de uma nos preserva das ruínas da outra. Quando êles atravessam essa passagem do invisível, que os conduz à região da verdade sem mescla, então é que entramos a sentir o comêço do seu reino, o reino dos mortos sôbre os vivos.

CÂNTICO DE AMOR À MEMÓRIA DE PIO XII

J. FREIRE RIBEIRO

"Vere Papa Pius XII mortuus est" — disse o
Cardial Tisserant, depois de chamar três vêzes o
Papa pelo prenome "EUGÊNIO, EUGÊNIO, EU-
GÊNIO"

Na Grande Luz, na Aurora Eterna, pousa
o Pontífice Da Paz, que PIO XII
foi chamado por nós nesta jornada
tão passageira em que nos vamos todos
aos mistérios de DEUS na ETERNIDADE !

Seu corpo, argila em que pousara o SÔPRO
do Princípio Imortal que nos anima,
dorme em São Pedro no silêncio augusto
à luz dos círios, do SENHOR presença !...

Em seu redor, de sol a sol, gravitam
o Amor e a Prece, — eternos alimentos
da Concórdia e da Paz de JESUS CRISTO !

Pontificado Augusto foram os dias
dos seus dias no Tempo navegando
no mar da humanidade, em rumo certo,
quer noite ou tarde, dia ou madrugada,
no Divino Caminho !

Quando as mãos da Discórdia, pela GUERRA
os homens separaram, ensangüentando
a alma das Nações dilaceradas,
PIO XII foi senha de bonança
levantando o Amor-Fraternidade
aos olhos do Planeta conturbado,
o ESTANDARTE DA PAZ DE JESUS CRISTO !

DO VATICANO as portas sempre abertas
receberam a todos que buscavam
pousada certa neste mundo incerto,
nesses dias noturnos pela Morte
em que Caím e Abel se multiplicam
no horror dos combates, desatentos
ao "AMAI-VOS" do Pastor Crucificado !

À sombra do SENHOR dorme essa argila
que foi Eugênio na corpórea veste,
no trânsito da vida em que nos vamos
na procissão das sombras dolorosas,
à procura do Nada !...

Dorme EUGÊNIO PACELLI aos pés de PEDRO
de JESUS CRISTO a pedra em que se poussa
a CRUZ que resplandece iluminando
o CAMINHO PERFEITO !

Mas seu Espírito-imortal presente
pelos reinos de DEUS inda alumia
a noite dêste mundo em que vagara,
— semeador da paz no Val das Sombras,
onde o rio da vida se deságua
no mar da ETERNIDADE !

"EUGÊNIO, EUGÊNIO, EUGÊNIO, por três vêzes
TISSERANT o chamou, mas seus ouvidos
além da terra, no MISTÉRIO, ouviam
do Senhor tão sòmente: "AMADO FILHO,
BEM-VINDO O TEU REGRESSO AO MEU REGAÇO !"

Na Grande Luz, na Aurora Eterna, poussa
o Pontífice da Paz, que PIO XII
foi chamado por nós nesta jornada
tão passageira em que nos vamos todos
aos mistérios de DEUS, na ETERNIDADE !

GUMERSINDO BESSA

JOSÉ DE FIGUEIREDO LÓBO
CORONEL DO EXÉRCITO

Contribuição histórica em comemoração ao primeiro centenário de Aracaju, minha terra natal.
Conferência proferida em sessão solene na Academia Sergipana de Letras.

Os homens de valor morrem para se engrandecerem.

Sem a intenção de retrazar-lhe pròpriamente o perfil, escrevi algumas páginas de emoção e evocação sôbre êsse grande luzeiro das letras pátrias, visando realçar as magníficas exaltações do conterrâneo cuja memória sempre se deve reverenciar.

Gumersindo Bessa foi um lutador que se extenuou de bracejar em ininterrupto esforço pelas idéias na sua beleza ou na sua imperfeição.

Ao apreciar-lhe as faces complexas da personalidade, não é possível rememorá-lo sem aludir à incandescência do estilo para sentir-lhe as vibrações, acionado sempre pela eloquência do verbo trepidante, característica fascinante de sua vida e da sua obra.

Mas o que se pode dizer de Gumersindo Bessa, homem que realmente deixou a tradição de uma vida ?

Em primeiro lugar, foi uma consciência em ação que se requintou e se fêz a inspiradora destas palavras, tal era o traço moral ou espiritual que lhe marcava a superioridade de homem. E não foram poucas em sua vida as horas aziagas dos seus descontentamentos. Nada obstante, sempre venceu com varonilidade as suas inquietudes.

Nas justas tribunícias convencia e apaixonava. Lúcido, maravilhosamente lúcido, por vêzes demonstrou a sua faculdade de esteta das apoteoses verbais. Jamais se conteve e sempre se revelou incompatível com o domínio da injustiça.

Falar-se assim de homens do passado, num presente de incultura quase bárbara, é arrojarse às críticas mais ferinas da mediocridade em franca ofensiva aos valores. Mas que importa? desejamos que as nossas palavras tenham ao menos o mérito de recordar as sombras fagulhantes que ainda nos inspiram e nos atraem.

Gumersindo Bessa foi um perdulário do seu talento e do seu trabalho, porquanto de sua obra apenas um livro póstumo! E a sua luta foi sempre mais incandescente pelo saber e pela integridade moral. Como tantos outros desta época, em a qual a conjuração da inépcia e da incultura obscurece os méritos, não o encontramos no merecido lugar em que as gerações costumam premiar e celebrar os espíritos de eleição.

Nos relevos luminosos da sua grande inteligência está a admiração intelectual, sobretudo de seus conterrâneos.

Espírito fascinante, porém dispersivo, aqui estamos para reviver-lhe o esplendor do talento peregrino, tal foi o esforço mental de sua vida. E foi essa característica fundamental de Gumersindo Bessa que lhe não permitiu erigir uma obra que o perpetuasse entre os pósteros, apesar de tão prodigioso labor. Mentalidade experimentada e clarividente, poderia ter-nos legado um monumento em sua própria glória. Mas não arrumou pedra sôbre pedra para construí-lo, e habituou-se à penumbra. E aqui estamos para despertar-lhe o renome ao silêncio.

Há quase cem anos, realmente, nascia no meu amado Sergipe Gumersindo Bessa, o fulgor do verbo que se conduziu aos impulsos de uma inteligência transcendentalizante, que agitava o homem, sobrepondo-o às vicissitudes de seu tempo.

O seu ideal foi de harmonia e perfeição, encouraçado sempre numa energia indomável e no vigor do pensamento. Não obstante os percalços, levou a termo a sua obra de perfectibilidade moral, enquanto que a espiritual ficou por escrever. Esta seria o espelho de sua consciência. Por isso, entre os símbolos vitais e prestigiosos de uma geração, reivindicamo-lhe um honroso lugar eternizando-lhe o esplendor da inteligência, tal foi a sombra tutelar sôbre que viveu.

Desveladamente perlustrei as páginas de "Pela Imprensa e Pelo Foro", publicação póstuma de autoria de Prado Sampaio levada a efeito em 1916. Lá está a vida tumultuária do jurista e filósofo. Ali se verifica que êle viveu exclusivamente para as idéias, pelas quais pelejou tem tréguas, imprimindo-lhes tôda a vibração, não raro entrecortada a sua luta de rudes e amarguradas desilusões, desalentos, tão cruenta se manifestara por um mundo melhor, de paz e de amor, como atestam os do seu tempo. E tantos foram os travos, não obstante sempre inviolável aos ultrajes, que quase o tornaram um retraído e um insulado do seu meio. Foi por isso mesmo, com tais subsídios, que ultrapassou os humbrais honrosos da imortalidade.

Para a literatura que por aí vige e viça hoje em dia, é possível que Gumersindo Bessa encontre reações para a sua glória definitiva, porque vivemos uma época em que está ausente aquela larga intuição científica e as extraordinárias somas de conhecimentos de que se faziam portadores os homens do passado.

Jornalista por índole, honrava essa classe de sã poligrafia e foi um infenso aos sórdidos interêsses que atualmente tanto deslustram essa profissão, da qual emergiu como jurista e brilhante ornamento. E êste exemplo é oportuno que se destaque no momento em que cur-

sos de jornalismo pretendem formar jornalistas. Essa é, no entanto, de tôdas as profissões, a que mais exige vocação, caráter, asseio de costumes, superioridade de visão e julgamento, e não será com o simbólico anel que ela creditará os homens de imprensa. Não, o jornalista nasce na redação do jornal, não aparece ressuscitado de um curso de Faculdade.

E o que foi êle no jornalismo?

Escutemos Prado Sampaio:

“No jornalismo indígena, onde pontificou com as irradiações de seus grandes talentos e a fôrça insuperável de inabaláveis convicções, êle cedo rumou ininterruptamente o ideal, seguindo a trajectória do dever, pelo culto que soube prestar de homenagens sinceras aos espíritos elevados e às ações abnegadas”.

É um dos seus mais amados admiradores, Prado Sampaio, que ainda declara: “Documentam essa minha afirmativa, entre outras, os luminosos artigos que lhe devemos por ocasião do passamento de Tobias Barreto, e os seus estudos sôbre “A Filosofia do Inconsciente”, de Hartmann e a tela Pery e Cecy, de Horácio Hora”.

Seria impossível nestas poucas palavras fixar tôdas as fulgurações dessa inteligência que viveu inadapável às condições do meio e do momento em que passou pela existência.

Corajoso no afrontar os reveses, não hesitou em percorrer o caminho toldado de amaríssimos desgostos, obedecendo à influência de um destino inflexível.

E não teria sido Gumersindo Bessa o precursor de uma nova geração de pensadores?

Dileto amigo do mestre, Tobias Barreto, êle carpiu em peça imortal o seu valor intelectual e genial, e talvez em o seu trabalho “Que é direito?” esteja o seu primeiro passo nesse sentido, que envolveu ao não menos formoso espírito de Sylvio Romero, que sob a influência de sua doutrina definiu o direito como “o complexo das condições criadas pelo espírito das várias épocas, que servem para, limitando o conflito das liberdades, tornar possível a convivência social.”

E para Gumersindo Bessa o direito era “um belo postulado da liberdade” na vastidão da sua cultura polimática e polimórfica.

Não me é possível seguir-lhe os itinerários no instante que tento rememorá-lo e fixar-lhe alguns aspectos por entre suas peregrinações infatigáveis através das idéias, porque isto de muito excederia às minhas possibilidades mentais, mas, surpreendendo-o aqui e ali, dentro ou fora de sua obra, esforçar-me-ei ainda em descobrir-lhe as influências predominantes sem as extravagâncias de que costumeiramente tanto se abusa.

Revelando os traços essenciais do pensamento, tenho acentuado o critério de seus conceitos e a justeza de suas observações sob o descortino de sua palavra singular, que modelava a sua mentalidade de filó-

sofo e jurista. E é no vigor e opulência de sua cultura que se encontra o prolongamento das idéias e a transubstanciação das energias espirituais.

E seu notável e erudito trabalho "Que é direito?" é uma obra de cultura histórica, uma das projeções maiores, se não a maior, de seu espírito.

E foi no aceso dos prélios judiciários que viveu os seus grandes dias tribunícios e a sua eloquência magnetizava as assistências deslumbradas.

Não sei descrever para os que me ouvem, por incapacidade e pela distância em que vivemos, o tamanho do embevecimento a que aludo, mas afirmar talvez possa que êsse vigor fê-lo segregar-se do bulício exasperante das ambições e dos egoísmos terrenos.

É possível que como filósofo não tenha atingido à serenidade da perfeição espiritual, mas tudo fêz para encontrar "na Athenas de Péricles um complemento de sua cultura".

Para a minha pequenina e extremecida terra é que recordo, cheio de emoção, essas horas hipnotizantes vividas e proporcionadas por Gumersindo Bessa. E são homens dêsse porte que resuscitam o passado e indicam os roteiros aos que, jovens e estudiosos, não desejam perder-se no torvelinho da mediocridade do presente.

E a biografia dos grandes homens, mesmo que retraçada insuficientemente pelos despidos de méritos para fazê-la, como êste que escutais, tem o merecimento de advertir as novas gerações sôbre o esplendor e o declínio, os altos e os baixos das épocas históricas, delineando as diversidades e os imprevistos dos seus aspectos.

Não ignora quem vos fala que compete à consciência estética dos historiógrafos traduzir, num minuto de êxtase, as configurações superiores. A êles está destinado fazer a refulgência de muitas páginas lapidares, que poderão servir de modelo às antologias, o que jamais poderia esperar-se do simples e desprezioso conterrâneo, de si mesmo incapaz de trabalho que concorra para a glória de quem quer que seja.

A obra de Gumersindo Bessa, em sua profunda complexidade, desafia os estudiosos. Ela ficou por escrever; portanto, aos intérpretes do seu porte, cabe palmilhar conforme seus temas, para que se faça o elogio de um de seus irmãos no ideal e na amargura.

Evocando essa vida de claridades e ardências do lidador das letras pátrias em Sergipe, que a voragem política e do despeito absorveu, insulando-o, proscrevendo-o irradiamos seu nome sem suspeitar a vertigem dos tempos modernos em tudo apagar, esquecer, demolir do passado, tal o acervo de sabedoria e humanidade que as suas idéias encerravam.

Sob a influência de seus artistas e pensadores, a linguagem de seus trabalhos passa pelo cadinho da exegese filosófica, vasados todos em vernáculo de cristalina translucidez, á meu ver uma das projeções maiores de seu espírito.

Advogado ardoroso e veemente nos seus debates e nas suas pugnas judiciárias; foi um animador de consciências e conquistara os loiros das causas difíceis e perigosas.

E ao referir-me à sua linguagem, vem a pêlo recordar a rebeldia com que via a gramática, sôbre a qual assim se pronunciou:

“O gramático é o animal menos sensato da criação; pretende fazer de uma língua o que o botânico faz de uma planta: — para lhe conhecer os órgãos, tira-lhe a vida, a côr, o odor, a frescura, a beleza, o crescimento espontâneo, o viço, e coleciona cadáveres.”

E Gumersindo Bessa, não a suportando, exclama: “Fora com ela!”

Não obstante essa ogerisa pela gramática, amou desesperadamente a boa linguagem e assim a entendia: “A linguagem é a flor da vida comunicada de vivos a vivos”. E num conselho para quem queira falar fluente e escoreitamente dirige-se aos moços nestes termos:

“Moços, odiai as gramáticas tôdas, se quereis chegar a escrever com acêrto e graça a língua de vossos pais.”

E acrescenta:

“Lede e relede os “Lusíadas”, a “Vida do Arcebispo” de Frei Luis de Sousa, “Os Sermões” e cartas do incomparável Padre Antônio Vieira; lede com amor a “Nova Floresta” de Manuel Bernardes, a tradução da “Bíblia” do Padre Antônio Pereira; lede os livros todos de Almeida Garrett, de Antônio de Castilho, do gigante Alexandre Herculano, de Latino Coelho, de Rebelo da Silva, de Camilo Castelo Branco, de Mendes Leal, de Gomes Monteiro, de Andrade Corvo, Marreca, Barreto Feio, Pinheiro Chagas, Eça, Ramalho, Antero, e do nosso Rui Barbosa”. Foram êsses autores um êxtase prolongado na inquietude de suas emoções estéticas.

Contrário aos gramáticos, termina o seu conselho com essas palavras:

“Aí, sim, é que a palavra viva vos ensina a vida da lingua. Aí, sim, é que o talento, o tacto, o gôsto vos mostra, — não a regra, que é uma falsificação da realidade, — mas a conveniência, que é uma adaptação da oportunidade.

Quem ensinou gramática a Camões e Vieira?

Quem já viu um gramático ser um escritor notável?

Se a gente tem talento, as linhas se vão alinhando numa fila disciplinada, luzida, garbosa, triunfal!

Se o não tem; — ah!! meu Deus! — chamem o preto Leandro para fazer a limpeza.”

De sua obra esparsa é rara a página onde se não vislumbre o sulco de suas admirações literárias e afinidades espirituais.

Em Peri e Ceci êle traça o relêvo impressivo da tela de Horácio Hora e demonstra-se também o intérprete profundamente estético, estudando-a desde a simples sensação à inteligência pura até as lindes que sòmente os artistas podem palmilhar. E, transpondo com delícia os escolhos dos vocabulários, em linguagem de cristal, apresenta-nos de lucidez penetrante, quase que ensinando como se imprime vibração e emotividade às obras dos artista. E tanto é assim, que expende êste conceito: "Todo aquêle que quiser conscientemente dar parecer sôbre a pintura, deve saber que a primeira coisa em que se revela o talento do artista é a escolha do assunto."

Com suas impressões sôbre as pinturas de Horácio Hora, destacadamente a tela Peri e Ceci, de logo se denuncia Gumersindo Bessa, no perfil daquele pintou, e por êle podem-se aferir iguais o diâmetro da mentalidade do perfilador e do perfilado.

Em segundo lugar, para melhor focalizar-lhe a figura de escritor, releio os seus escritos intitulados "Filosofia do Inconsciente", "Fausto Cardoso", "Retalhos", etc.

Dos seus trabalhos ou estudos de maior vulto, podemos citar "Filosofia do Inconsciente", que é um dos que mais lhe afirmam a solidez do preparo mental. Se em tôdas as suas produções a contextura dos períodos radiosos e plásticos o consagrou como escritor dos mais formosos e de mais suave estilo, onde se realça a nobreza antiga da lingua materna, como assevera Prado Sampaio, é em sua obra "Que é direito?", em a qual se erigem os fundamentos da cultura clássica, que transparece na invejável beleza de cada torneio de idéias em alto-relêvo, num vernáculo impecável, revestindo-a das pompas sonoras do estilo. E a corporatura do grande homem exsurge dos lampejos de sua pena. E a sua obra tôda é a história de um pensamento em ação, de uma cerebração no apostolado das idéias. Se assim foi Gumersindo Bessa, quando ocorrer o seu primeiro centenário de nascimento, êle determinará um momento histórico da nacionalidade, porque sua obra estuante de exemplos e ensinamentos, fecunda, vive através de sua memória peregrina.

As suas idéias políticas ou sociais, discutidas, debatidas, analisadas na tribuna, na imprensa ou na Assembléia da Província, sob os raios de sua eloquência, foram uma inexpugnável muralha e uma reação persistente contra a opressão das liberdades, do direito, da mesma forma comportando-se nos prélios jornalísticos com seus golpes inflexíveis.

Em "Retalhos" destacamos o que escreveu Gumersindo Bessa sôbre a festa em que se celebrou a ereção da cumieira do novo Ateneu Sergipense, palavras que êle mesmo classificou de "reflexões à salubridade das escolas primárias", que por si só valem meditadas.

Aludindo ao conceito de um mestre italiano que afirma nunca se poder obter os benefícios da instrução sem sacrifício da saúde, evoca a seguir o eco da velha palavra do **Eclesiastes**: "Quem aumenta o saber aumenta o sofrer." E num percorrer de conceitos recai em seu predileto Hartmann: "Com o crescer da cultura cresce o desgosto da vida."

É uma página curta e expressiva de sã pedagogia sôbre a incerta e oscilante orientação do ensino primário entre nós.

Louvido nas provas que exhibe o monografista italiano, que assevera "com os dados mais eloquentes das estatísticas que quase tôdas as enfermidades dos homens feitos foram adquiridas na meninice e no ambiente das escolas", investe Gumersindo Bessa sôbre o que ocorria nesse setor do nosso Brasil e pinta uma de nossas escolas primárias como "Renques de bancos toscos, verdadeiros bancos de galerianos, enchem-se de crianças a vozear um clamor monótono de taboadas ou de cartas de nomes, numa esfalfante melopêia de idiotas, em frente de uma mesa com tinteiro, palmatória e mestre ou mestra." E prossegue: A roda dê-les, fechando-lhes o cárcere, paredes sem limpeza, chão poeirento, tecto revestido de teias de aranha, um ambiente morno, escuro, abafadiço e triste." Na verdade, até hoje, pouco ou nada, principalmente no interior, mudou o aspecto dessas escolas, porque ainda encontramos êsse mesmo ambiente escolar no curso primário.

Citando Vitor Hugo diz :

"Vitor Hugo, invectivando os mestres caturras — comparava o ensino primário com o reopantar da aurora nas almas e lembrava que a aurora sempre chegava cantando e não ralhando nem entristecendo.

Pois, a primeira condição para que o ensino seja alegre e grato é a sala clara, lavada de ar, larga de modo que assegure a cada aluno os metros cúbicos de ar necessário à respiração normal; com janelas bem rasgadas à esquerda dos escolares, única direção da luz que lhes poupa a integridade da visão; pavimento assoalhado; bancos articulados para que se adaptem à estatura das crianças e separados uns dos outros oitenta centímetro pelo menos; agua abundante e gabinete decente, e afinal uma quadra anexa e ao ar livre para recreio e exercícios ginstásticos nos dias limpos.

É o que vamos colhendo no livrinho precioso num resumo avaro.

Satisfeitas as exigências do confôrto físico, falta cuidar do confôrto moral, que evita a fadiga cerebral e as moléstias nervosas."

Amparado pelo douto mestre, exclama perante as autoridades: "Enamore-se o sr. presidente do Estado desta causa santa e patriótica." E é sob o eco de seu pensamento já tão distante que aqui repetimos estas oportunas palavras aos representantes da instrução primária e por ela responsáveis em o nosso Brasil. Somos dos que pensam que nenhum funcionário da Nação ou do Estado merece maiores regalias e compensações do que o professor primário, tão pesada é a cruz que traz sôbre os ombros pela vida em fora e a delicada missão que os lares lhe confia.

Em o jurídico parecer "Do Primado Judiciário no Regimen Federativo" perante o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, Gumersindo

Bessa, versando o direito com talento, competência e saber, oferece-nos uma página de erudição e de estilo, por ser essa matéria o eixo central de sua cultura e a fonte da sua nutrição jurídica e filosófica. Numa digressão serena e entrecortada de conceitos, opõe-se aos desmandos e às opressões de um outro poder ; vai em análise impressiva discriminando o direito dos postulantes ao recurso que lança perante os juizes e prova-o exaustivamente no decorrer de abundantes raciocínios, numa condensação dos soberbos mananciais de sua cultura jurídica.

Não me atreveria a emitir qualquer opinião, ao falar-vos de Gumersindo Bessa, se me não tivesse demorado devotadamente em reler os trabalhos que se compendiam no livro póstumo "Pela Imprensa e Pelo Foro."

No tumulto dessa obra fragmentária do causídico, tudo fiz para aqui focalizá-la sem desvirtuar-lhe o pensamento e a beleza, não obstante a temeridade da empresa que estou prestes a findar.

E a sua obra na imprensa ou na tribuna, inculpida em lídimo vernáculo, deixa patente tratar-se de um escritor atilado e vivaz, claro e conciso, dando-nos tôda ela o valor exponencial dos seus conhecimentos de jurista e filósofo.

Ressaltando nestas poucas palavras o escritor, o artista ou o advogado, sua personalidade delineou-se complexa como complexas eram sua inteligência e seu espírito.

Desdenhando a celebridade, emparedou-se no direito, na filosofia, e não se fatigou de lhes tanger em tôrno os turibulos de oiro de suas oblatas.

E o tempo, contado por séculos, onde quase tudo é rapidez, velocidade, vertigem; alucinação, guardou na perpetuidade sua obra para a eterna reflorescência, tão ardentes e fecundas foram suas idéias, às quais jamais emprestou os artifícios das fanfarras da retórica.

Bateu-se sobretudo pela estética e a moral que as enobreciam. E Gumersindo Bessa envelheceu no culto de sua arte, desapercibendo-se das horas hostis e egoísticas que o saber lhe proporcionou, porque sua visão e sua sensibilidade se educaram apenas no embevecimento maravilhoso dos grandes séculos de arte e pensamento. Não se distraiu um instante com a volúpia dos inferiores e mediócrs do seu tempo. Meditar e estudar foram os seus maiores prazeres. Viveu dos enlevos do passado, compulsando as obras-primas, que se constituíram em larga medida da razão de ser da sua intransigência intelectual.

Sua vida foi de movimento, de entusiasmo, de ímpetos indomáveis, de ritmos acelerados, que a mim não cabe a excelsa fortuna de reconstruir na relação exata dos seus sentimentos, e razões me sobram para declarar-vos que tenho fundados temores de haver-lhe diminuído a magnitude das perspectivas, falta, involuntária que fôsse, de lhe ter imprimido uma interpretação medíocre.

Não lhe esmiuçando os acontecimentos secundários ou consideráveis, elementos probantes de sua justificada notoriedade, e minha volúpia foi penetrar-lhe apenas o jardim secreto, para aspirar com delícia as flores que êle cultivava, inebriando-me na suavidade dos seus aromas.

E a êsse crime fui levado pela admiração irrestricta à inteligência do homem que procurei espreitar nos seus refinamentos de sensibilidade, nas suas inquietudes torturadas. E estaria satisfeito comigo mesmo se, ao abandonar esta tribuna, levasse a certeza de que pude, embora a traços largos, dar-vos em parte os aspectos da personalidade moral e cultural dessa privilegiada inteligência da minha terra.

Combatendo pelos acreanos, revela-se o polemista erudito, destacando-se pelo mérito e aplicação nos estudos. Em lances tempestuosos e numa disciplina de conceitos mais afirma a sua vocação de advogado, que lhe foi a credencial de preliador, jamais cedendo à postura altiva que sempre lhe fortaleceu a têmpera. De suas atitudes viris e desassombradas suscitou a admiração dos cultos.

Patenteando nessa causa uma extraordinária capacidade de luta, seu prazer espiritual era escabichar as bibliotecas dos eruditos, embrenhando-se na floresta dos livros para contraditar os seus opositores em aturados raciocínios. No foro, viveu sempre de exaltação em exaltação, exercendo com fervor a sua profissão espontaneamente ou solicitado. O que lhe importava nas causas era a fisionomia moral ou espiritual, que lhe proporcionaram páginas admiráveis como jurista de construção estética. Inteligência aprimorada, foi um inesgotável reservatório para onde fluíram os ensinamentos do passado, refletidos na lucidez dos homens de pensamento. Indiferente sempre às angústias de sua vocação, que só tiveram nêle o efeito de mais lhe ensofregar o ânimo, cada vez mais estuante refervia a sua mentalidade e maior projeção granjeava no meio intelectual de seu tempo. Sua palavra desabava estentórica sôbre os êrros e as mazelas onde êle os percebesse, fulminando-os com a fúria das apóstrofes comburentes. Evangelizador do direito, paladino das idéias puras, de inquebrantável nobreza de pensamento e de ação, imolou-se para dignificá-las.

Verdadeiro sacerdote do direito, filósofo e orador dos maiores de sua época, foi um lider credenciado por êsses títulos que, com galhardia, encantou as suas vitórias com a cintilação do tribuno. Dardejante na argumentação, não era a metáfora a sua dialética, bem como nem o tropo ou a retórica foram buscados por êle para elementos de convicção.

Rigoroso nas análises, justo nas observações, de bravura rude nas afirmativas, procurava convencer sabendo dizer. E a medida de sua infirbratura está na lógica dos seus atos. Jamais desmentiu a intrepidez do seu caráter, e, daí, dimanava-lhe o relêvo das atitudes. E nessas polémicas requinta-se o seu gôsto decidido pelas lêtras, tal é a sua prodigiosa colaboração nos jornais.

Em sua vida reuniu uma resplendente plêiade de pensadores, nomes empolgantes no cenário brasileiro, tornando-se por vêzes o ponto de convergência dos artistas, escritores, juristas e filósofos, irradiando sempre saber e ardor pela cultura. Com essa admiração em tôrno de si intentou renovar a sensibilidade de sua época, e, mestre e discípulos, confundem-se nos ardores do mesmo movimento de idéias, que procuravam difundir vertiginosamente. E assim suas páginas ficaram célebres, o seu entusiasmo e a sua emoção avultaram-se diante do desenvolvimento histórico

do pensamento humano. Pela fidelidade aos seus princípios jamais conheceu o declive das transigências, e a sua capacidade trabalhadora, à prova em rudes embates, também não conheceu tibiezas nem desânimos. A sua figura exerceu sobre as elites culturais uma grande autoridade, pela magia de uma palavra mais amarga ou radiosa, que lhe dava colorido especial aos libelos e traduzia o estado de sua alma enamorada do direito.

Polemista de raça, era um indiferente diante das cóleras. Nada obstante conservava a boa ética jornalística, circunscrevendo-se ao ponto de vista de doutrina, sempre debatendo com elevação de princípios e de idéias. Jamais revestiu a sua linguagem de remoques e de insinuações de ordem privada, mantendo-se superior nas represálias aos opositores. Por únicos troféus das pelejas em que se empenhara deixou-nos a tradição de uma vida peregrina, que hoje corre de bôca em bôca nos centros cultos do país a excitar, ainda, a inteligência e a cultura dos homens de sensibilidade. E Gumersindo Bessa é um dos ídolos favoritos de renome de meu Sergipe, celeiro de inteligência, como o chamaram certa vez.

E como o mais ignorado de seus filhos, aqui estou para dourar-lhe o nome, a glória, fazendo drapejar, como plumas ao vento, estas folhas de papel, porque ainda escuto comovido o rumor de suas vitórias, reafirmando perante êste benévolo auditório o conceito altíssimo que lhe precedera o nome. E soberba é a minha audácia perante vós, mas perdoai-me! porque sofro o encanto de sua obra.

E como nos seus escritos "Em prol dos Acreanos" foi em "Esbulho entre Condôminos", "Agravo de Instrumento" (Memorial), "Supremo Tribunal Federal" (Memorial sobre a Companhia Aliança — Sergipe) e "Réplica" (Questões com autos de inventário), trabalhos que tenho à mão na hora em que revivo sobretudo o advogado, e onde êle se encontra com o mesmo arrôjo de sempre. E no exercício dessa profissão é oportuno dar-se a Gumersindo Bessa o conceito que li alhures em um clássico da língua "que de nada serve a espada se o combatente não tem alma para a florear com denôdo." Por isso, tôdas as suas energias de advogado e jornalista exercitaram-se nas justas em que se empenhara por inabável disciplina de princípios. Na tribuna tinha excepcional galhardia e nunca lhe foi maior nem mais resoluto a firmeza de ânimo. E a sua pena fúlgural evantou labaredas onde pelejava; e o seu verbo foi uma constante claridade pelo direito. Na fúria dos revides de seus opositores prosseguia a luta blindado na sua fé quase beneditina pelo saber. É porque êle nascera para defender, e o fazia por instinto, por amor ao seu próximo.

E essa foi a trajetória demarcada de relâmpagos e de surtos refulgentes que pude surpreender no turbilhão de uma obra esparsa, de uma vida que outra coisa não foi senão uma atordoante colmeia de sentimentos, pendores e inquietudes, de serena e impressionante beleza — espelho de vicissitudes e triunfos, de escaladas e reveses. Apesar de tudo, sua vida é uma exortação de energia, uma síntese de beleza moral, de pugnacidade.

E seu nome aqui pode ressoar porque é imortal.

QUADRO ACADÊMICO

Patronos :

CADEIRA N. 1 — Tobias Barreto (T. B. de Menezes). Nasceu na cidade do seu nome a 7 de junho de 1839 e faleceu no Recife a 26 de junho de 1889.

CADEIRA N. 2 — Sílvio Romero. Nasceu na cidade do Lagarto a 21 de abril de 1851 e faleceu no Rio de Janeiro a 18 de junho de 1914.

CADEIRA N. 3 — Fausto Cardoso (F. de Aguiar C.). Nasceu no engenho S. Félix, município de Divina Pastora, a 22 de dezembro de 1864 e faleceu em Aracaju a 28 de agosto de 1906.

CADEIRA N. 4 — Bittencourt Sampaio (Francisco Leite B. S.). Nasceu em Laranjeiras a 1º de fevereiro de 1834 e faleceu no Rio de Janeiro a 10 de outubro de 1895.

CADEIRA N. 5 — Ivo do Prado (I. do Prado Montes Pires da Franca). Nasceu em São Cristóvão a 20 de maio de 1880 e faleceu no Rio de Janeiro a 24 de abril de 1925.

CADEIRA N. 6 — Gumersindo Bessa (G. de Araujo Bessa.). Nasceu na Estância a 2 de janeiro de 1859 e faleceu em Aracaju a 24 de agosto de 1913.

CADEIRA N. 7 — Curvelo de Mendonça (Manuel C. de M.). Nasceu no engenho Quintas, município de Laranjeiras, a 29 de julho de 1870 e faleceu em Laranjeiras a 17 de setembro de 1914.

Titulares :

— GARCIA ROSA (Antônio G. R.).

1 — MAGALHÃES CARNEIRO (José de M. C.). Nasceu em Aracaju a 13 de novembro de 1880 e faleceu na mesma cidade a 28 de abril de 1951.

2 — FELTE BEZERRA.

— CLEÓMENES CAMPOS (C. C. de Oliveira).

— JOSÉ AUGUSTO (J. A. da Rocha Lima).

— DOM ANTÔNIO CABRAL (Dom A. dos Santos C.).

— GILBERTO AMADO.

1 — RANULFO PRATA (R. Hora P.). Nasceu no Lagarto a 4 de maio de 1896 e faleceu em Santos, S. Paulo, a 27 de dezembro de 1942.

2 — LUIZ MELO (L. Pereira de M.).

Patronos :

CADEIRA N. 8 — Felisbello Freire (F. Firmo de Oliveira F.). Nasceu em Itaporanga a 30 de janeiro de 1858 e faleceu no Rio de Janeiro a 7 de maio de 1916.

CADEIRA N. 9 — Maximino Maciel (M. de Araujo M.). Nasceu no Rosário do Catête a 20 de abril de 1866 e faleceu no Rio de Janeiro a 2 de maio de 1923.

CADEIRA N. 10 — Lapa Pinto (Eliziário Prudêncio da L. P.). Nasceu em São Cristóvão a 28 de abril de 1839 e faleceu na Bôca do Mato, Estação do Meier, Rio de Janeiro, a 22 de novembro de 1897.

CADEIRA N. 11 — Lima Junior (Francisco Antônio de Carvalho L. J.). Nasceu em Itabaiana a 4 de junho de 1856 e faleceu no Rio de Janeiro a 1º de fevereiro de 1929.

CADEIRA N. 12 — Severiano Cardoso (S. Maurício Cardoso). Nasceu na Estância a 14 de março de 1840 e faleceu em Aracaju a 2 de outubro de 1907.

CADEIRA N. 13 — Santa Cecília (Frei José de S. C.). Nasceu em S. Cristóvão no ano de 1809 e faleceu na mesma cidade a 6 de setembro de 1859.

CADEIRA N. 14 — Horácio Hora. Nasceu em Laranjeiras a 17 de setembro de 1853 e faleceu em Paris a 1º de março de 1890.

CADEIRA N. 15 — Armindo Guarará (Manuel A. Cordeiro G.). Nasceu em S. Cristóvão a 4 de agosto de 1848 e faleceu em Aracaju a 10 de maio de 1924.

Titulares :

— MANOELITO CAMPOS (M. C. de Oliveira).

— RUBENS DE FIGUEIREDO (R. de F. Martins) .

1 — ARTUR FORTES. Nasceu em Aracaju a 23 de junho de 1881 e faleceu na mesma cidade a 27 de novembro de 1944.

2 — SEVERINO UCHÔA (S. Pessoa U.).

1 — COSTA FILHO (Luiz José da C. F.) Nasceu em Propriá a 3 de outubro de 1886 e faleceu no Rio de Janeiro a 1º de novembro de 1948.

2 — SILVA RIBEIRO (José da S. S. R.).

— CARLOS COSTA (Mons. C. Camélio C.).

1 — CLODOMIR SILVA (C. de Souza e Silva). Nasceu em Aracaju e faleceu na mesma cidade a 10 de agosto de 1932.

2 — FREIRE RIBEIRO (João F. R.).

1 — SANTOS MELO (Manuel José dos S. M.). Nasceu no engenho São José do Arco, município de Japaratuba, a 5 de dezembro de 1870 e faleceu em Aracaju a 9 de janeiro de 1941.

2 — JOÃO E. CAJUEIRO (J. Evangelista C.).

1 — HELVÉCIO DE ANDRADE (H. Ferreira de A.). Nasceu no sítio Chapada, município da Capela, a 6 de maio de 1864 e faleceu em Aracaju a 19 de agosto de 1940.

2 — GARCIA MORENO (João Batista Pérez G. M.).

Patronos :

CADEIRA N. 16 — Pedro de Calazans (P. Luziense de Bittencourt C.). Nasceu no engenho Castelo, município de Santa Luzia do Itanhê, a 29 de janeiro de 1837 e faleceu a bordo do vapor em que viajava para a Europa a 24 de fevereiro de 1874.

CADEIRA N. 17 — Ascendino dos Reis (A. Ângelo dos R.). Nasceu em Divina Pastora a 20 de abril de 1852, e faleceu em S. Paulo a 16 de setembro de 1926.

CADEIRA N. 18 — Vigário Barroso (V. José Gonçalves B.). Nasceu em Laranjeiras a 21 de março de 1821 e faleceu em São Cristóvão a 17 de setembro de 1882.

CADEIRA N. 19 — Pereira Barreto (João Antônio P. B.). Nasceu na Estância a 13 de janeiro de 1876 e faleceu em Aracaju a 7 de agosto de 1926.

CADEIRA N. 20 — Coelho e Campos (José Luiz C. e C.). Nasceu no engenho Mata Verde, município de Siriri, a 4 de fevereiro de 1843 e faleceu no Rio de Janeiro a 13 de outubro de 1919.

CADEIRA N. 21 — Caldas Junior (Francisco Antônio Vieira C. J.). Nasceu no sítio Porteiras, município de Neópolis, a 13 de dezembro de 1868 e faleceu em Pôrto Alegre, Rio Grande do Sul, a 9 de abril de 1913.

CADEIRA N. 22 — Martinho Garcez (M. César da Silveira G.). Nasceu no engenho Comendaroba, município de Laranjeiras, a 30 de novembro de 1850 e faleceu no Rio de Janeiro a 11 de agosto de 1925.

Titulares :

1 — HERMES FONTES. Nasceu no Boquim a 28 de agosto de 1888 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro a 26 de dezembro de 1930.

2 — EXUPERO MONTEIRO (E. de Santana M.).

1 — OLIVERA TELES (Manuel dos Passos de O. T.). Nasceu em N. S. do Socorro da Cotinguiba a 29 de agosto de 1859 e faleceu em Aracaju a 15 de maio de 1935.

2 — MÁRIO CABRAL (M. de Araújo C.).

— DOM MÁRIO VILAS-BOAS (M. de Miranda V.).

— PIRES WYNNE (João P. W.).

— ALFEU ROSAS (A. R. Martins).

— MAURÍCIO CARDOSO (Joaquim M. C.).

1 — JOÃO CABRAL (J. Passos C.). Nasceu em Aracaju a 21 de fevereiro de 1900 e faleceu no Rio de Janeiro a 13 de abril de 1950.

2 — ALBERTO BRAGANÇA (A. B. de Azevedo). Eleito, não tomou posse ainda.

Titulares :

CADEIRA N. 23 — **Ciro de Azevedo** (C. Franklin de A.). Nasceu em Aracaju a 16 de outubro de 1858 e faleceu no Rio de Janeiro a 16 de janeiro de 1927.

CADEIRA N. 24 — **Pedro Moreira** (P. Ribeiro M.). Nasceu em Laranjeiras a 3 de setembro de 1848 e faleceu em Manaus a 30 de janeiro de 1914.

CADEIRA N. 25 — **Dias de Barros** (Antônio D. de B.). Nasceu em Aracaju a 19 de dezembro de 1871 e faleceu no Rio de Janeiro a 2 de fevereiro de 1928.

CADEIRA N. 26 — **Fernandes da Silveira** (Antônio F. da S.). Nasceu na Estância no ano de 1795 e faleceu no Itapicuru, Bahia, a 30 de janeiro de 1882.

CADEIRA N. 27 — **Manoel Luiz** (M. L. de Azevedo de Araujo.). Nasceu na Estância a 24 de novembro de 1834 e faleceu em Aracaju a 21 de outubro de 1883.

CADEIRA N. 28 — **Conselheiro Orlando** (C. Salustiano O. de Araujo Costa). Nasceu em São Cristóvão a 8 de junho de 1834 e faleceu no Rio de Janeiro a 23 de agosto de 1908.

CADEIRA N. 29 — **Jackson de Figueiredo**. Nasceu em Aracaju a 9 de outubro de 1891 e faleceu no Rio de Janeiro a 4 de novembro de 1928.

CADEIRA N. 30 — **José Jorge** (J. J. de Siqueira). Nasceu em Laranjeiras a 1º de fevereiro de 1845 e faleceu em Itabaiana a 4 de janeiro de 1870.

Patronos :

1 — **PRADO SAMPAIO** (Joaquim do P. de S. Leite). Nasceu em Aracaju a 3 de junho de 1865 e faleceu na mesma cidade a 13 de fevereiro de 1932.

2 — **LEITE NETO** (Francisco L. N.).

— **JÚLIO DE ALBUQUERQUE** (C.º J. Ferreira de A.).

1 — **CARVALHO NETO** (Antônio Manoel de C. N.). Nasceu em Simão Dias a 14 de fevereiro de 1889 e faleceu em Aracaju a 27 de abril de 1954.

2 — **DOM FERNANDO GOMES**. Eleito, não tomou posse.

— **FLORENTINO MENEZES** (F. Teles de M.).

— **BENEDITO CARDOSO** (B. da Silva C.).

— **GERVÁSIO PRATA** (G. de Carvalho P.).

— **DOMINGOS FONSECA** (C.º D. F. de Almeida).

1 — **ENOCK SANTIAGO** (E. Matuzalem S.). Nasceu no Lagarto a 10 de novembro de 1892 e faleceu em Aracaju a 16 de fevereiro de 1957.

2 — **JOSÉ OLINO** (J. O. de Lima Neto). Não tomou posse ain-

Titulares :

CADEIRA N. 31 — Gomes de Sousa (José Maria G. de S.). Nasceu na Estância a 15 de março de 1839 e faleceu em Ressaquinha, município de Barbacena, Minas, a 29 de novembro de 1894.

CADEIRA N. 32 — Oliveira Ribeiro (Pedro Antônio de O. R.). Nasceu no engenho Varzinha, município de Laranjeiras, a 8 de setembro de 1851 e faleceu no Rio de Janeiro a 29 de junho de 1917.

CADEIRA N. 33 — Oliveira Campos (Manuel Joaquim de O. C.). Nasceu no município de Tobias Barreto a 16 de junho de 1818 e faleceu na fazenda Tabocas, município de Boquim, a 12 de abril de 1891.

CADEIRA N. 34 — Aranha Dantas (Manuel Ladislau A. D.). Nasceu em São Cristóvão a 27 de junho de 1810 e faleceu em Salvador, Bahia, a 4 de novembro de 1875.

CADEIRA N. 35 — José Lourenço (J. L. de Magalhães). Nasceu na Estância a 11 de setembro de 1831 e faleceu em S. Paulo a 23 de novembro de 1905.

CADEIRA N. 36 — Brício Cardoso (B. de Azevedo C.). Nasceu na Estância a 9 de julho de 1844 e faleceu em Aracaju a 11 de novembro de 1924.

CADEIRA N. 37 — Joaquim de Oliveira (J. José de O.). Nasceu em São Cristóvão a 2 de novembro de 1820 e faleceu no Rio de Janeiro a 16 de setembro de 1872.

CADEIRA N. 38 — Guilherme Rebelo (G. Pereira R.). Nasceu em Aracaju a 5 de junho de 1858 e faleceu em Niterói a 19 de março de 1928.

Patronos :

1 — JOÃO ESTEVES (J. E. da Silveira). Nasceu na Estância a 20 de outubro de 1868 e faleceu em Ubá, Minas Gerais, a 21 de junho de 1936.

2 — FILADELFO OLIVEIRA (F. Jônatas de O.).

1 — EDISON RIBEIRO (E. de Oliveira R.). Nasceu em Laranjeiras a 21 de agosto de 1897 e faleceu no Rio de Janeiro a 4 de janeiro de 1957. S. D.).

2 — SEIXAS DÓRIA (João de)

— HUMBERTO DANTAS (H. Olegário D.).

1 — OLEGÁRIO SILVA (O. Ananias e S.). Nasceu no Riachão do Dantas a 6 de julho de 1883 e faleceu em Aracaju a 22 de abril de 1956.

2 — CLODOALDO DE ALENCAR.

— AUGUSTO LEITE (A. César L.).

— HUNALD CARDOSO (H. Santaflor C.).

1 — PEDRO MACHADO (P. Sotero M.) Nasceu em Maruim a 13 de maio de 1885 e faleceu em Salvador, Bahia, a 29 de dezembro de 1939.

2 — LUIZ GARCIA.

— MARCOS FERREIRA (M. F. de Jesus).

Patronos :

CADEIRA N. 39 — Joaquim Fontes (J. Martins F. da Silva.). Nasceu no engenho Salobro, município de N^a S^a do Socorro, da Cotinguiba, a 22 de agosto de 1866 e faleceu em Bananal, São Paulo, a 9 de novembro de 1918.

CADEIRA N. 40 — Balthazar Góis (B. de Araujo G.). Nasceu no município de Itaporanga a 30 de outubro de 1853 e faleceu em Aracaju a 13 de janeiro de 1914.

Titulares :

— ZÓZIMO LIMA.

— EPIFÂNIO DÓRIA (E. da Fonseca D.).

